



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TATIANE PÍVARO

QUANDO A AMAZÔNIA VIRA PAUTA:
UMA VIAGEM PELAS REPRESENTAÇÕES DA FLORESTA E
DE SEUS POVOS NA EDIÇÃO AMAZÔNIA (1971) DA
REVISTA REALIDADE

TATIANE PÍVARO

QUANDO A AMAZÔNIA VIRA PAUTA:
UMA VIAGEM PELAS REPRESENTAÇÕES DA FLORESTA E
DE SEUS POVOS NA EDIÇÃO AMAZÔNIA (1971) DA
REVISTA REALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Londrina - UEL, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Márcia Neme Buzalaf.

Londrina
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

P693 Pívaro, Tatiane.

Quando a Amazônia vira pauta: : uma viagem pelas representações da floresta e de seus povos na edição Amazônia (1971) da revista Realidade / Tatiane Pívaro. - Londrina, 2026.
121 f.

Orientador: Márcia Neme Buzalaf.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2026.

Inclui bibliografia.

1. Amazônia - Tese. 2. Revista Realidade - Tese. 3. Decolonialidade - Tese. 4. Povos Originários - Tese. I. Neme Buzalaf, Márcia . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 316.77

TATIANE PÍVARO

QUANDO A AMAZÔNIA VIRA PAUTA:
UMA VIAGEM PELAS REPRESENTAÇÕES DA FLORESTA E
DE SEUS POVOS NA EDIÇÃO AMAZÔNIA (1971) DA
REVISTA REALIDADE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^a. Dr^a. Márcia Neme Buzalaf
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr. Renato Forin Junior
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof.^a Dr.^a Mônica Panis Kaseker
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Reginaldo Moreira
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 27 de fevereiro de 2026.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a quem me gerou – minha mãe. Devo tudo a ela, se hoje sou a pessoa e profissional que sou é porque ela sempre lutou por mim. Abriu mão, inúmeras vezes, do conforto dela por minha causa. Sua doçura, compromisso e educação (mesmo com chinelo voando) fizeram eu realizar sonhos e conquistar coisas que nunca imaginei, e quando falo coisas, não necessariamente são objetos, mas vivências, pensamentos, experiências e conclusões. Obrigada, mãe, por ser mãe, pai e amiga.

Agradeço também ao meu irmão por sempre me apoiar e me orientar nos melhores caminhos e decisões. Você é meu espelho de dedicação e inteligência, mesmo quando me tira do sério.

Sou grata também aos professores que compõem essa banca por terem um papel fundamental na minha formação, por serem compreensivos com minhas mudanças de trabalho, casa e vida (que foram muitas durante o período do mestrado) e por terem contribuído com este trabalho de forma tão precisa e acolhedora. Aprendi e ainda aprendo muito com vocês. O estudo faz a gente romper bolhas e que bom que eu tive pessoas para me guiarem nesse caminho. A pesquisa acadêmica, em muitos momentos, é solitária... sorte de quem tem com quem compartilhar, trocar e aprender. Obrigada!

Não posso deixar de agradecer meus amigos, tanto as amizades de infância quanto aquelas que me atravessaram no decorrer da vida e se fazem presentes até hoje. Vocês me dão forças para continuar.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho que me acolheram em uma nova cidade, nova experiência e fizeram os dias de dificuldade serem menos desgastantes. São família enquanto a minha, de sangue, está há 500 km de distância.

Por último, mas não menos importante, sou grata também ao cara lá de cima! Deus, você sabe que minha relação com a igreja e com os que se dizem fiéis está bem estremecida por várias questões, como a hipocrisia, mas sei que apesar de eu estar distante da construção física, de tijolos, Você segue aqui comigo e sou grata a tudo o que Você tem feito na minha vida. Obrigada!

Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característica de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder. (Lilia Schwarcz, 2019, p.19)

RESUMO

PIVARO, Tatiane. **Quando a Amazônia vira pauta**: uma viagem pelas representações da floresta e de seus povos na edição Amazônia (1971) da Revista Realidade. 2026. 121 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

Esta dissertação tem como objetivo analisar a forma como a Amazônia foi representada na edição especial da revista *Realidade*, publicada em outubro de 1971, durante a ditadura empresarial-militar brasileira. A partir da perspectiva da análise da narrativa com aspectos da cartografia sentimental proposta por Suely Rolnik, a pesquisa adota uma abordagem metodológica que considera os afetos, a subjetividade e os atravessamentos da pesquisadora, compreendendo o jornalismo como um campo também sensível às transformações históricas e políticas. A revista *Realidade* foi um marco no jornalismo brasileiro por seu caráter literário e aprofundado, sendo amplamente valorizada por sua proposta inovadora. No entanto, este estudo problematiza a visão idealizada do periódico, destacando suas limitações e contradições ideológicas. A análise da edição escolhida é sustentada por um mapeamento detalhado de sua estrutura editorial, por meio da catalogação das páginas e categorização de conteúdos (reportagens, editoriais, anúncios, etc.), permitindo uma leitura crítica da narrativa construída pela revista. Para embasar teoricamente a pesquisa, dialoguei com os autores como Eliane Brum, Davi Kopenawa, Bruce Albert, Rubens Valente, entre outros. A obra Banzeiro Òkòtó, de Brum, teve papel central na construção da análise, especialmente por propor um olhar imersivo e crítico sobre a Amazônia. O estudo evidencia como o discurso jornalístico pode tanto informar quanto reforçar estruturas de poder e apagamento histórico. Assim, a revista *Realidade*, embora inovadora em sua forma, reproduziu narrativas alinhadas ao autoritarismo estatal, reforçando a marginalização dos povos-floresta e a ideia de domínio sobre a natureza.

Palavras-chave: Amazônia; Revista *Realidade*; Decolonialidade; Comunicação; Povos Originários.

ABSTRACT

PÍVARO, Tatiane. **When the Amazon becomes a news agenda**: a Journey Through the Representations of the Forest and Its Peoples in the Amazonia Edition (1971) of *Realidade* Magazine. 2026. 121 p. Master's dissertation (Master's Degree in Communication) – Center for Education, Communication and Arts, State University of Londrina, Londrina, 2026.

This dissertation aims to analyze how the Amazon was represented in the special edition of *Realidade* magazine, published in October 1971, during the Brazilian business–military dictatorship. From the perspective of narrative analysis, incorporating aspects of the sentimental cartography proposed by Suely Rolnik, the research adopts a methodological approach that takes into account affects, subjectivity, and the researcher's own crossings and engagements, understanding journalism as a field that is also sensitive to historical and political transformations. *Realidade* magazine was a milestone in Brazilian journalism for its literary and in-depth character, widely praised for its innovative approach. However, this study problematizes the idealized view of the periodical, highlighting its ideological limitations and contradictions. The analysis of the chosen edition is supported by a detailed mapping of its editorial structure, through page cataloging and content categorization (reports, editorials, advertisements, etc.), allowing a critical reading of the narrative constructed by the magazine. Theoretical foundations include authors such as Eliane Brum, Davi Kopenawa, Bruce Albert, and Rubens Valente, among others. Brum's work *Banzeiro Òkòtó* played a central role in shaping the analysis, particularly by proposing an immersive and critical view of the Amazon. The study reveals how journalistic discourse can both inform and reinforce power structures and historical erasure. Thus, despite its formal innovation, *Realidade* reproduced narratives aligned with state authoritarianism, reinforcing the marginalization of forest peoples and the notion of domination over nature.

Key-words: Amazon Region; *Realidade* Magazine; Decoloniality; Communication; Indigenous People

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A primeira edição de <i>Realidade</i> – abril 1966.....	38
Figura 2 – Edição Especial Mulheres - janeiro de 1967	40
Figura 3 – Fotografia nas reportagens: Um dia no Cais - setembro de 1968	41
Figura 4 – Nasceu! A reportagem censurada.....	43
Figura 5 – A equipe original de <i>Realidade</i>	45
Figura 6 – Cargos da equipe	45
Figura 7 – A capa da edição de nº 67 Amazônia	46
Figura 8 – A seção Opinião	48
Figura 9 – Roy Philips	50
Figura 10 – A nossa vida nos Trópicos	59
Figura 11 – Já imaginou o Brasil sem a Amazônia?	62
Figura 12 – Os tesouros da Amazônia	69
Figura 13 – O inimigo somos nós.....	73
Figura 14 – Anúncio Phebo.....	77
Figura 15 – O “progresso” em anúncios e informes publicitários nas revistas da época	79
Figura 16 – O filho do “progresso”.....	80
Figura 17 – O “sucesso” do projeto agropecuário	81
Figura 18 – Na direção do “progresso”.....	83
Figura 19 – “Já estou na Transamazônica”	84
Figura 20 – “Garanta já o seu Filet-Mignon”.....	85
Figura 21 – A capa (de novo).....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As fases da revista <i>Realidade</i>.....	40
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UEL	Universidade Estadual de Londrina
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
COP 30	30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
PPCDAM	Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
PIN	Plano de Integração Nacional
SIDERAMA	Companhia Siderúrgica da Amazônia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
CNV	Comissão Nacional da Verdade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SPIILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
DER	Departamento de Estradas de Rodagem

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Análise da narrativa	20
1.2	Cartografia sentimental	21
2	ENTRE A <i>REALIDADE</i> E O ARBÍTRIO	25
2.1	O autoritarismo sangrento da ditadura	26
2.2	Povos floresta	31
2.3	<i>Realidade: a revista</i>.....	38
3	RASTRO DA CENSURA: AS ENTRELINHAS DE OUTUBRO DE 1971	46
3.1	O que se diz da floresta	48
3.2	Retratos da floresta: reportagens sobre a Amazônia	59
4	FLORESTA À VENDA: A AMAZÔNIA COMO MERCADORIA	77
4.1	Narrativas em contraste: os anúncios e informes publicitários	79
5	POVOS INVISÍVEIS? O APAGAMENTO DOS INDÍGENAS.....	88
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UMA CARTA COM ‘QUASE’ FIM	91
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICES.....	99
	APÊNDICE A – Tabela com paginação da edição 67º de Realidade	99

1 INTRODUÇÃO

Sair da zona de conforto é algo bom, mas ao mesmo tempo desafiador, enquanto alguém que sempre gostou de coisas práticas, é engraçado me aventurar por linhas, palavras, sílabas e, ainda mais, por duas monografias: uma para encerrar a minha graduação em Jornalismo na Universidade Estadual de Londrina e outra, para concluir o Mestrado em Comunicação na mesma instituição. Porém, é ainda mais desafiador e ao mesmo tempo gratificante me aventurar por um novo modelo, em primeira pessoa, como a escrita de uma carta. Falar diretamente com você aí do outro lado da página e me desprender das amarras do padrão, sair da caixa, do comum é algo inédito para mim. Durante o processo me perdi, precisei recalcular a rota para me reencontrar e assim prosseguir. O que era para durar dois anos, se transformou em três. E mesmo assim, ainda não consegui me desprender de todas as amarras da academia tradicional, mas tentei com Kambeba aprender. “A aldeia em si é uma grande escola, um laboratório a céu aberto. Mas, para aprender, precisamos nos despir de nossos conceitos prévios (preconceitos) e de nossas certezas, além de nos permitir aprender algo novo a partir do zero”. (KAMBEBA, 2020, p.30).

Eu particularmente sempre gostei de ler e escrever, minhas matérias preferidas no colégio eram português, história, sociologia e filosofia. Escolher o jornalismo foi fácil na época, no auge dos meus 14 anos. Com a afinidade pelas áreas humanas e uma admiração por quem aparecia na telinha todos os dias nos jornais, eu disse “é isso que vou ser! ”. O caminho até chegar aqui não foi fácil e hoje eu concretizei o meu sonho de infância: sou jornalista. Se sou completamente realizada e feliz com isso é outra história, mas você pode estar se perguntando, se eu trabalho na TV como repórter e editora todos os dias por qual razão escolhi me debruçar nas páginas de uma revista publicada na época da ditadura empresarial-militar¹?

A minha história com a revista *Realidade* iniciou em 2019, durante uma aula da disciplina de Análise de Texto Literário. Na época o professor responsável pela disciplina foi o também jornalista Renato Forin Junior. Ao longo das aulas ele citou sobre um autor, um tal de João Antônio. O que me chamou atenção era que esse escritor mesclava jornalismo e literatura nos textos – para quem sempre gostou de

¹ Eu uso “ditadura empresarial-militar” nesta dissertação seguindo Eliane Brum, por entender e defender que o regime foi sustentado pelos militares, mas também por empresários e elites conservadoras que financiaram movimentos golpistas e se usaram da publicidade para promover obras do regime, com a ideia do “progresso”.

literatura, foi como borboletas no estômago. Para conhecer mais sobre João Antônio, me debrucei nos livros e também nas páginas online, descobri que o autor tinha um conto-reportagem publicado na revista *Realidade* de 1968 intitulado “Um dia no cais”.

Peguei gosto pelo texto do escritor paulista e resolvi que, a partir daquele momento, o meu objeto de estudo do trabalho de conclusão de curso seria a rotina do Porto de Santos e a construção textual do que foi considerado o primeiro conto-reportagem brasileiro. Com os livros entre o nariz, conheci mais sobre a própria revista *Realidade*, já que João Antônio publicou o texto nesse periódico.

Realidade foi lançada pela editora Abril em abril de 1966, época considerada de efervescência cultural. Os conteúdos retratados pela revista e a forma como eram escritos foram considerados inovadores para a época, visto que se diferenciava do jornalismo objetivo e tinha uma proposta editorial diferente das revistas publicadas até então – importante dizer que no período da ditadura empresarial-militar diversos periódicos nasceram ou se consolidaram, principalmente os alternativos, como O Pasquim, O Sol, Lampião da Esquina, Brasil Mulher, ChanacomChana, Nzinga, entre outros. Mas a equipe de jornalistas da *Realidade* teve um marco na grande reportagem brasileira com textos híbridos de jornalismo e literatura, exercitando papel imersivo, no qual vivencia a rotina dos entrevistados.

Quem olha assim imagina que o periódico era realmente extraordinário! Eu me incluo nisso! Durante o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, enxerguei a revista como perfeita, intocável, mas era uma visão ideal. A reflexão sobre o que de fato era o periódico surgiu durante a minha apresentação do TCC, em 2022. A professora Márcia Neme Buzalaf, orientadora desta dissertação e banca na graduação, me questionou sobre a minha percepção idealizada e tirou uma venda dos meus olhos. Aquela provocação sadia e necessária me deixou com curiosidade. Como eu já conhecia a revista, decidi então que seria aqui, no mestrado que iria de fato desvendar este mistério e, de uma vez por todas, me debruçar no que de fato foi *Realidade*.

A revista teve 10 anos de duração e 120 edições. Como então fazer um recorte neste período e viajar pelas páginas? Foi então que me lembrei das edições temáticas. Conversando com a minha orientadora, decidimos por *Amazônia*.

A edição de outubro de 1971 foi uma das consideradas especiais, já que o exemplar foi todo destinado à região amazônica. Com mais de 300 páginas (falo de forma genérica, pois há uma dualidade nas informações, na tabela em que construí

com a análise da paginação, aparecem 341 páginas, porém, Luiz Carta, Diretor Editorial do Grupo Abril afirma em sua carta ao leitor que foram 320 páginas) e grande efetivo de jornalistas e fotógrafos, a equipe passou cerca de 5 meses na Amazônia, retratando o cotidiano, as dificuldades e a destruição da floresta, que foi rasgada em partes durante a ditadura empresarial-militar no Brasil.

A edição mostra uma dualidade entre a falsa ideia de “progresso”² imposta pelo regime ditatorial e a rotina de seringueiros e povos originários ao verem a floresta e o fruto do sustento em chamas. Apesar de retratar a região, a partir desta pesquisa, a equipe da *Realidade* reproduziu visões colonialistas. Isso é evidenciado por meio das reportagens, espaços de opinião e anúncios publicitários, que enfatizam a importância do “progresso” e da ocupação do “deserto verde”.

A ditadura empresarial-militar no Brasil foi a responsável por manchar o solo de sangue. O período de 1964 a 1985 foi caracterizado pela centralização do poder nas mãos do exército e pela supressão de direitos democráticos da população, mas foi também o mais sangrento quando se fala nos povos originários. Foi nesta época que os indígenas foram exterminados em massa, tanto pela transmissão de doenças dos brancos, quanto pela exploração da região a todo custo. Os relatos dessa situação – presente mais à frente do trabalho – me rasgaram o peito.

Nesse ponto deve surgir mais um questionamento seu, caro leitor: como eu, do outro lado do país, no sul do Brasil, sendo uma mulher branca, privilegiada, descendente de europeus e que nunca foi para a região amazônica vai estudar algo a que não tenho lugar de fala? Na verdade, eu tenho sim um lugar de fala ou melhor falha! E para tratar deste assunto me coloco nesta pesquisa como uma mulher (sim), branca (também), mas como uma jornalista passeando pelas páginas da revista, em um barco viajando pelo rio caudaloso das palavras escritas há 53 anos. Me incluo também enquanto jornalista que trabalha em uma mídia hegemônica, em uma empresa que é o maior conglomerado de mídia e comunicação da América Latina e que exerce um domínio cultural e ideológico, reforçando valores e interesses. Por isso, coloco neste texto a minha percepção enquanto tudo isso a que pertenço, mas também enquanto leitora e profissional através do meu ponto de vista.

Para isso, me alicercei em obras de pessoas que vivenciaram a rotina, mas também que pertencem à região amazônica, como Eliane Brum por meio do livro

² Ao longo da dissertação vou utilizar o termo progresso entre aspas, já que a palavra foi usada na época e, em muitos casos, continua sendo usada como justificativa para a violência e extermínio.

“Banzeiro Òkòtó: uma viagem à Amazônica centro do mundo”; Bruce Albert e Davi Kopenawa através do “O espírito da floresta”; “Saberes da Floresta” de Márcia Wayna Kambéba e outros que fazem passagem por aqui. A pesquisa segue com a minha visão, mas uso as lentes destes, que me mostraram o caminho, moldaram minha pesquisa e são grande fonte de inspiração.

Reforço também que esta edição de *Realidade* ainda não tinha sido vista e revisitada por pares e colegas de profissão e esse é o intuito. Aproveito e já adianto que, em alguns momentos no decorrer desta escrita, irá aparecer o eu jornalista dialogando com o eu intelectual, em uma tentativa de soltar as amarras do pensamento hegemônico, este que ainda se fará presente por conta da minha trajetória e vivência enquanto profissional há quase 4 anos no jornalismo diário, também conhecido como “Hard News”³. Por aqui, também terá a mescla entre a primeira e terceira pessoa do discurso, já que a academia tradicional ainda tem forte influência sobre a minha liberdade de se jogar nas palavras em um texto acadêmico.

Voltando ao foco: durante os governos militares, a Amazônia foi posta como um inimigo do “progresso”, do desenvolvimento do país e da expansão econômica. De acordo com dados do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 2014, estima-se que pelo menos 8.350 indígenas⁴ foram mortos por ações diretas ou omissão do Estado entre 1946 e 1988. O dado registra mortes documentadas, mas o número pode ser ainda maior.

[...] o governo nem sabia ao certo quantos índios havia no país. Estimava entre 70 mil e 110 mil o número de “aldeados”, isto é, os que viviam em terras demarcadas sob jurisdição e controle da União. [...] esses grupos de índios já haviam decidido fazer as pazes com o homem autodenominado “civilizado”, vencidos pelos massacres, pelas doenças e pela fome, acabando por reconhecer sua inferioridade numérica e a inutilidade de suas bordunas, seus arcos e flechas diante de armas de fogo, por fim aceitando a derrota para tentar sobreviver em um novo mundo com novas regras. Mas o número real de índios no país era muito maior. (VALENTE, 2017, p. 6)

³ O jornalismo hard news refere-se à produção jornalística voltada à cobertura de acontecimentos de relevância pública imediata, caracterizados pela atualidade, factualidade e impacto social, como fatos políticos, econômicos, policiais e institucionais. Trata-se de um modelo informativo orientado pela urgência do tempo noticioso, pela centralidade da objetividade como valor profissional e pela adoção de estruturas narrativas diretas, que privilegiam a hierarquização das informações essenciais e a rápida compreensão dos fatos pelo público (TRAQUINA, 2005)

⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório final da Comissão Nacional da Verdade: Volume 2 – Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Brasília: CNV, 2014. v. 2.

Os dados presentes no Relatório Final da CNV foram levantados com base em documentação oficial e testemunhos e estão disponíveis para a população no site do órgão. Mesmo sem ter o número definido, é fato que milhares de quilômetros de floresta também foram desmatados com o incentivo da pecuária predatória e da construção de rodovias emblemáticas, como a Transamazônica e a Perimetral Norte. Uma propaganda da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de 1971, dizia “toque sua boiada para o maior pasto do mundo”. O problema é que o desmatamento não teve fim e em 2021, durante o “desgoverno” do então presidente Jair Bolsonaro mais de 13mil km² de Floresta Amazônica foram derrubados, considerado o maior volume anual em 15 anos. De acordo com o InfoAmazônia, organização sem fins lucrativos e veículo independente, a média de desmatamento anual em territórios indígenas mais que dobrou no governo Bolsonaro. Entre 2019 e 2021 foram desmatados 426km², o que equivale a 42 mil campos de futebol devastados por anos⁵. Por isso, se faz importante colocar este assunto em evidência, mesmo com o passar dos anos, os atuais governantes não estão cientes da importância de se respeitar a região amazônica e os povos que lá vivem.

Por isso, enquanto autora, tenho como objetivo analisar a forma como a Amazônia foi representada na edição da revista *Realidade* em outubro de 1971. Para isso, irei verificar os termos utilizados e figuras retratadas durante as reportagens sobre a Amazônia, além de determinar se a abordagem da equipe da revista *Realidade* dialogou com o autoritarismo do regime vigente na época. Isso, por meio da classificação dos conteúdos abordados na revista e qual foi a linguagem utilizada. Ao mesmo tempo fui atravessada por alguns questionamentos: “Quais são as contradições dessa edição? ”. “Será que não há potencialidades também nessa edição? ”. Para me auxiliar, iniciei esta pesquisa com uma análise da paginação da revista. Fiz uma tabela separada em três colunas, contendo o número da página, o que tem naquela página e qual é o conteúdo em sua profundidade. A tabela está presente no apêndice deste trabalho e está separada por cores. A ideia foi facilitar a identificação e leitura por meio da divisão de cores. Conteúdos opinativos foram pintados de vermelho, o que é anúncio está identificado de amarelo, reportagens: roxo e assim por diante.

⁵ BISPO, Fábio; CHAVES, Leandro. **Em imagens de satélite:** a devastação da Amazônia no governo Bolsonaro. 28 out. 2022. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2022/10/28/imagens-satelite-desmatamento-amazonia-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 13 maio 2025.

A escolha deste tema se deu, principalmente por dois motivos, um: *Realidade* foi uma revista que marcou gerações e é ainda grande referência quando se fala em jornalismo de profundidade. Contudo, apesar de ser muito apreciada e até vangloriada em cursos de Comunicação Social, o periódico apresenta falhas e visões autoritárias sobre determinados temas, influenciado também pelo período em que foi publicado. Desta forma, desmistificar a visão perfeccionista que muitos têm da revista é algo fundamental.

O outro motivo: colocar a Amazônia no centro do diálogo e mostrar o quanto ela foi agredida, invadida, estuprada é de extrema importância, principalmente porque este comportamento ainda é visto e incentivado nos dias atuais, sobretudo pelos líderes do governo. Eliane Brum retrata essa situação em seu livro “Banzeiro Òkòtó”, obra guia e de extrema importância para esta pesquisa. Segundo a autora, em 6 de julho de 2019, Bolsonaro fez uma declaração pública: “O Brasil [referindo-se à Amazônia] é uma virgem que todo tarado de fora quer”. (BRUM, 2021, p.36). Como visto e ainda veremos a seguir, a Amazônia continua a ser desmatada e, por isso, o diálogo sobre a preservação da floresta o respeito a mãe natureza e os povos-floresta se faz ainda mais importante.

A visão da floresta como um corpo para violação, exploração e espoliação nunca foi abandonada por nenhum dos governos da democracia retomada no Brasil a partir do final dos anos 1980. Mas em nenhum momento foi tão fortalecida e acelerada como na retomada da militarização do Estado sob Bolsonaro, a partir de 2019. (BRUM, 2021, p. 29-30)

A floresta, sim com “A” maiúsculo, artigo feminino. Ou A natureza, A mãe natureza. São os “as” que remetem também a violação de tudo aquilo que é feminino: A floresta, As mulheres, As crianças, As mães, As filhas. Mesmo em meio às lutas, os corpos, ou melhor, as corpas sobrevivem a uma eterna tentativa de violação.

Florescer Mulher

*Quis eu me vestir de tons de verde
Fiz brotar sementes
Flores e frutos
Vida*

*A mulher é floresta
Guarda rios
Ciclos de lua
Silêncios que germinam
Ideias que florescem
Novas vidas que nascem*

*A floresta é mulher
Pele viva
Respira fundo
Cria raízes
Alimenta
Mesmo quando o corte chega*

*Há mãos que ferem
E chamam de direito
O que é invasão*

*Há mãos que tiram
E chamam de amor
O que é violação*

Até quando?

Tatiane Pívaro

Faço esse comparativo entre floresta e mulher, pois é isso, dadas as devidas proporções e circunstâncias, somos violadas. Como alguém que já viveu na pele a violência doméstica, guardo as marcas dessas agressões. Agora não mais no corpo, mas na alma. São memórias que impactam no caminhar, nas decisões, nas escolhas e até com quem e como vamos nos relacionar. São feridas que a ação do tempo não consegue cicatrizar. O medo toma conta. Depois da violência, nunca mais somos as mesmas, seja mulher, seja floresta.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, em fevereiro de 2022 199 km² da Amazônia legal foram desmatados, no mesmo mês dos anos seguintes, o número foi ainda maior: em 2023 foram 322km² desflorestados e em 2024, 227km². O valor só teve redução em fevereiro de 2025, quando 81 km² foram desmatados (PEIXOTO, 2025). Apesar da queda desde o início da série histórica em 2016, os dados preocupam e mostram uma realidade em que a Amazônia continua sendo vista como inabitada, virgem, enquanto um local em que pode ser explorado, abusado, assim como os povos originários e as comunidades tradicionais, como os beiradeiros. A região é vista como um corpo “natural”, “selvagem”, intocado, o que mostra as relações de poder.

Quando a covid-19 chegou, as terras indígenas foram deixadas abertas para o vírus. O governo não só se eximiu de fazer um plano imediato de proteção aos povos originários como vetou direitos básicos, como leitos emergenciais e água potável. Negou até mesmo uma campanha de informações nas diferentes línguas indígenas. A negligência deliberada de Bolsonaro, Mourão e outras autoridades do governo brasileiro em relação à pandemia gerou comunicações por genocídio e outros crimes contra a humanidade ao Tribunal Penal Internacional. (BRUM, 2021, p. 75).

Em novembro de 2025, também foi realizada no Brasil, em Belém no Pará, a COP 30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, onde foi discutido a recriação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM) e a reativação do Fundo Amazônia, um mecanismo de financiamento climático que ajuda a manter projetos de proteção da região. O Fundo foi paralisado durante o governo Bolsonaro e retomado em 2023. Apesar de ter o “Pacote de Belém” aprovado, não houve um acordo global sobre a eliminação de combustíveis fósseis ou desmatamento. A lista de pendências deve voltar para a pauta em 2026, o que demonstra a necessidade de o assunto ser discutido ainda mais, para

que as próximas edições tenham cada vez mais avanço na causa.

Além disso, na visão utópica de “progresso”, a floresta ficou e ainda está em chamas e os povos-floresta foram dizimados. A matança iniciou ainda no período colonial e segue até os dias atuais. De acordo com o relatório “Violência Contra os Povos Indígenas” do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) o número de assassinatos de indígenas no país aumentou de 180 casos em 2022 para 208 em 2023, representando um crescimento de aproximadamente 15,6%. (ROCHA, 2025).

Só que viramos adultos, estamos devastando o planeta, cavando um fosso gigantesco de desigualdades entre povos e sociedades. De modo que há uma sub-humanidade que vive numa grande miséria, sem chance de sair dela – e isso também foi naturalizado. (KRENAK, 2020, p.4).

Para a construção desta pesquisa, seguindo caminhos decoloniais, inicialmente utilizou-se a proposta antimetodológica de cartografia sentimental de Suely Rolnik, porém no decorrer da dissertação e depois de orientações, percebi que o mais correto é usar aspectos da cartografia sentimental, ou seja, fazer uma análise da narrativa com inspirações cartográficas de Rolnik.

1.1 ANÁLISE DA NARRATIVA

A análise da narrativa fundamenta-se na compreensão de que os sujeitos constroem sentidos por meio de histórias, organizando suas vivências de forma temporal e contextual. Nesse sentido, a análise não se limita à interpretação do relato narrativo, mas busca mapear as intensidades, afetos, rupturas e linhas de força que emergem nas narrativas, considerando o pesquisador como parte implicada no campo investigativo.

Essa pesquisa adota a análise de narrativa como abordagem metodológica, compreendendo que os sujeitos constroem e comunicam sentidos sobre suas experiências por meio de histórias situadas no tempo, no espaço e nas relações sociais. Conforme Clandinin e Connelly (2015), a narrativa constitui-se como uma forma privilegiada de acesso às experiências humanas, uma vez que permite compreender como os indivíduos organizam, interpretam e atribuem significado aos acontecimentos vividos.

Nessa perspectiva, a investigação narrativa não se limita à coleta de relatos,

mas envolve um processo interpretativo que considera as dimensões pessoais, sociais e contextuais das experiências narradas. O foco da análise desloca-se do “o que é dito” para o “como é dito”, atentando-se às escolhas discursivas, às temporalidades, às rupturas, aos silêncios e às intensidades que atravessam as narrativas.

Para Roland Barthes (2011), toda narrativa estrutura sentidos por meio de códigos, seleções e formas de organização discursiva, razão pela qual sua análise exige atenção às estratégias de composição textual. De modo complementar, Luiz Gonzaga Motta (2013) destaca que, no campo comunicacional, as narrativas midiáticas não apenas informam acontecimentos, mas constroem versões da realidade, articulando valores, disputas simbólicas e modos de ver o mundo.

Desse modo, a análise da narrativa adotada neste estudo reconhece o pesquisador como sujeito implicado no campo investigativo, participante ativo na construção dos sentidos atribuídos às narrativas. Tal implicação não compromete o rigor científico, mas, ao contrário, fortalece a análise ao explicitar as escolhas metodológicas, os atravessamentos subjetivos e os posicionamentos teóricos que orientam a interpretação das informações.

1.2 CARTOGRAFIA SENTIMENTAL

Suely Rolnik propõe uma reflexão sobre as subjetividades e os processos de desejo na sociedade contemporânea, influenciada por conceitos da filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, além da psicanálise e da micropolítica. A psicanalista prevê a subjetividade e a poesia como proposta metodológica. Rolnik investiga como as forças sociais e históricas moldam nossa sensibilidade e nossos modos de existência. Por isso, em alguns momentos, o trabalho é escrito em primeira pessoa, com relatos de como aquele texto, aquele anúncio me afetou enquanto mulher e jornalista.

A autora desenvolve o conceito de "cartografia" como um método para compreender as dinâmicas do desejo e da subjetividade em transformação. Diferente de um mapa fixo, essa cartografia é fluida e mutável, acompanhando as experiências e os afetos que emergem nas relações humanas.

Para os geógrafos, a cartografia – diferentemente do mapa: representação de um todo estático – é um desenho que acompanha e

se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem. Paisagens psicossociais também são cartografáveis. A cartografia, neste caso, acompanha e se faz ao mesmo tempo que o desmanchamento de certos mundos – sua perda de sentido – e a formação de outros: mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornaram-se obsoletos. (ROLNIK, 2011, p. 23)

A proposta antimetodológica deste livro também analisa como o neoliberalismo influencia nossa maneira de sentir, desejar e se relacionar, promovendo um individualismo que limita a criação de novas formas de vida e resistência. Rolnik defende a necessidade de uma "clínica política", isto é, um processo de escuta e atenção às forças invisíveis que moldam nossa sensibilidade, permitindo novas formas de subjetivação.

A obra é dividida em duas partes independentes, mas, ao mesmo tempo, interdependentes. A primeira parte trata da concepção de desejo como processo de produção e como dimensão do poder, além disso, desenha o perfil do cartógrafo para a atualidade. Já na segunda parte, o foco se torna o tempo de desterritorialização das “noivinhas”. (ROLNIK, 2011, p. 230).

As cartografias vão se desenhando ao mesmo tempo (e indissociavelmente) em que os territórios vão tomando corpo: um não existe sem o outro. Concluindo: a produção do desejo, produção de realidade, é ao mesmo tempo (e indissociavelmente) material, semiótica e social. (ROLNIK, 2011, p. 46)

Eu poderia resumir a obra, “Cartografia Sentimental”. Ela propõe ferramentas teóricas e práticas para mapear e transformar os modos como vivemos e desejamos, enfatizando a importância da escuta do inconsciente e das forças coletivas na construção de novas realidades. Como afirma Rolnik (2011, p. 231), é importante ressaltar que “sentimental” não está relacionado ao sentimento ou sentimentalismo. “O ‘sentimental’ aqui tem mais a ver com afeto: cartografia do afetar e do ser afetado dos corpos vibráteis de uma geração”. (ROLNIK, 2011, p. 231).

Em relação ao ser afetado, a autora mostra o trabalho do cartógrafo que vem ao Brasil durante a ditadura empresarial-militar com o intuito de estudar e entender o “coronel-em-nós” e também os “resistentes-em-nós” e “o golpe dos que goram-e-grudam”. “Foram necessários dez anos para em silêncio, assimilarem o golpe, neutralizarem o veneno com que ficaram intoxicados e se fortalecerem para voltar a

enfrentar as forças reativas que tanto as magoaram”. (ROLNIK, 2011, p.167). No balanço da cartografia, foi registrado apenas um trauma, o dos “efeitos da ditadura na alma da “resistente-em-nós”. (ROLNIK, 2011, p. 219).

A cartografia vai se fazendo ao mesmo tempo que certos afetos são revisitados, ou visitados pela primeira vez. Um território vai se compondo para eles.

Outro momento crucial é quando no Brasil, como na maioria dos países da América Latina, esses movimentos sofreram o violento impacto de ditaduras militares. De um ponto de vista micropolítico, o que caracteriza a política de subjetivação de tais regimes, sejam eles de direita ou de esquerda, é o enrijecimento patológico do princípio identitário. A fim de se manterem no poder, não se contentam em não levar em conta as expressões do corpo vibrátil, ou seja, as formas culturais e existenciais engendradas numa relação viva com o outro e que desestabilizam a cartografia vigente. (ROLNIK, 2011 p.16)

Para fundamentação teórica usei também a pesquisa bibliográfica através de obras e trabalhos que expõem os problemas da ditadura empresarial-militar, como “1968: o ano que não terminou” de Zuenir Ventura, “Sobre o autoritarismo brasileiro” de Lilia Moritz Schwarcz e “Os fuzis e as flechas” de Rubens Valente. Eliane Brum foi a grande guia deste trabalho, por meio da obra “Banzeiro Òkòtò: uma viagem à amazônia centro do mundo”. A jornalista se muda para Altamira, cidade considerada o coração da Amazônia, para investigar os impactos da presença branca na região. Me banho nas águas de Eliane para explicar o que é o “branco”.

Inimigo e branco dividem a mesma palavra, não porque a dividem, mas porque se confundem. Tornam-se outros que são o mesmo. Branco, neste caso, não depende da cor, mas se refere àqueles que pertencem ao que Davi Kopenawa chama de ‘povo da mercadoria’, ou ‘comedores de floresta’. (BRUM, 2021, p.17).

Com a leitura das páginas de Brum há uma transformação profunda e contínua do leitor, da autora e também da floresta, fenômeno que faz referência ao nome do livro. “Banzeiro” refere-se a ondas formadas nos rios, o trecho mais imprevisível das águas. Já “òkòtò” é associado no candomblé ao Exu e representa a força do movimento, processo de crescimento. Por meio da vivência de Brum, dos estudos e desenvolvimento desta pesquisa, foi como se o banzeiro mudasse para dentro de mim, ora no meu estômago, ora na minha cabeça, hora nas minhas entranhas, me desestruturou. Não tem como, somos impactados e saímos diferente da experiência,

através da experiência do outro. Esse encontro com o outro, a energia criada nessa relação formou um terceiro corpo, agora sou outra! Essa mudança também é abordada por Rolnik, chamada de “corpo vibrátil”. (ROLNIK, 2011, p.12).

Bruce Albert e Davi Kopenawa com “O espírito da floresta” também compõem grande parte deste trabalho, com a visão dos povos originários - em específico os Yanomami – e os ensinamentos sobre a terra-floresta e a dor sofrida por ela e seus povos causada pela destruição ambiental.

As histórias sobre a revista *Realidade* ficaram a cargo de Mylton Severiano (*Realidade - história da revista que virou lenda*); José Salvador Faro (*Revista Realidade 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*).

A consulta a esse exemplar e, conseqüentemente, a análise de conteúdo, só foi possível por meio da disponibilização da revista de forma digital através do acervo presente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, já que não houve a possibilidade de acesso ao exemplar físico.

Convido você a viajar comigo pelos rios da Amazônia e pelas páginas de *Realidade*. Vamos nessa?

Mas antes de colocar o colete para cair no banheiro, explico: enquanto sua parceira de viagem trago comigo minhas vivências, experiências, dores e lutas. E reforço o meu lugar de fala enquanto uma mulher, branca, da região Sul do Brasil, jornalista e funcionária de um veículo de comunicação hegemônico. Mesmo sem intenção, dentro deste barco há bagagens e preconceitos, mas também uma vontade de ser uma pessoa melhor e mais aberta ao novo. Em muitos momentos, é uma tentativa de se soltar das amarras do privilégio, abrir a mente e retirar dos olhos a venda do colonialismo, para buscar a decolonialidade⁶.

⁶ O termo decolonial refere-se a uma perspectiva crítica que problematiza a permanência das estruturas de poder, saber e hierarquização social herdadas do colonialismo. Sistematizado a partir dos anos 1990 por intelectuais latino-americanos, o conceito propõe questionar a centralidade de modelos eurocêtricos e valorizar conhecimentos e experiências de grupos historicamente marginalizados.

2 ENTRE A REALIDADE E O ARBÍTRIO

*Temor pela Amazônia
Para que vender nossa Amazônia?
Temos muito o que “temer”
Tememos que um dia não haja
Rio limpo para correr.*

*Tememos pelo fim de nossas árvores
O agronegócio nos faz “temer”
Tirar do solo a matéria orgânica
Fará a população microbiana morrer.*

*A onça assustada mergulhou
Sumiu na lama da devastação
A preguiça apressada
Morreu de intoxicação.*

*Os encantados estão tristes
Como pássaros se fazem ouvir
É lamento de raça e de vida
Que canto? Onde canto?
Quem vai sentir?*

*Salve a Amazônia!
Que guarda encanto e beleza
Onde a nossa natureza
Produz o ar
E o mundo respirou.*

*Salve a Amazônia”
Para não “temer” o que tememos
Para não morrer de calor
O mundo precisa entender
A Amazônia no seu esplendor.*

*Árvore em pé, animais vivos
Povos nas aldeias, no seu lar
E uma casinha espelhada na água.*

*Sozinha? Não sei
Por perto tem a mata, rio
O boto para nadar
Um templo para cuidar.*

(KAMBEBA, 2020, p.153-154)

2.1 O AUTORITARISMO SANGRENTO DA DITADURA

Em 1964, [...] um golpe empresarial-militar deu início à ditadura que mataria mais de 8 mil indígenas. Foram exterminados à bala e por epidemias provocadas em diferentes regiões do país por estarem no caminho do projeto de exploração da Amazônia e de outros ecossistemas. Há relatos de que até roupas contaminadas por varíola foram jogadas de aviões sobre suas aldeias”. (BRUM, 2021, p. 74).

Brum retrata o extermínio dos povos originários e a maldade dos generais na época ditatorial, em que o que mais importava era o próprio umbigo deles e o “progresso”. A ditadura empresarial-militar consumou o que Eliane coloca como “o primeiro grande projeto de destruição massiva da floresta” (BRUM, 2021, p. 27). O período autoritário aprofundou um modelo de desenvolvimento que transforma a floresta em mercadoria, em negócio. Tanto que foi um momento em que grandes projetos foram anunciados, como a construção de usinas hidrelétricas, a própria Transamazônica, entre outros. Obras firmadas na ideia do “progresso”, que resultaram em destruição social, cultural e ambiental. A sensação que dá, é como se o Brasil tratasse a Amazônia como uma colônia interna, ou seja, um território a ser explorado economicamente sem respeito à vida que ali existiu e existe.

Valente (2017) também cita o período, o autor afirma que depois do golpe, os militares retomaram as ideias de “ocupação da Amazônia”, mas sem deixar claro qual seria o papel dos povos originários. O objetivo deles era ocupar o que foi chamado pelo general Golbery do Couto e Silva como “deserto verde” e incorporar o território à nação já que faltava “gente e energia criadoura” (VALENTE, 2017, p. 26).

Ao saber disso me questiono: será que os generais acreditavam mesmo nisso? De que a região era despovoada? Sinceramente acho difícil o governo de um país não saber das ocupações do seu território. O que me aponta para um plano arquitetado para conquistar territórios, poder e angariar riquezas terrenas e materiais. Esse discurso não é em vão. Foi uma forma de justificar a violência na região. Me choca ver essa atuação e esse “desgoverno” da época – que se manifesta até dos dias atuais.

A ditadura empresarial-militar instalou-se no Brasil em 1964. Com a tomada do poder pela extrema direita e sua onda de suspensão de direitos da sociedade, como afirma Schwarz (1978). O período foi de invasão de igrejas, da dissolução das organizações estudantis, da censura, intervenção e terror nos sindicatos em um

embate político e ideológico.

Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estreias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia – que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo – é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 64 e 69. (SCHWARZ, 1978, p. 62).

A opressão no Brasil foi de 1964 a 1985 – apesar de refletir nuances ainda neste século. Em dezembro de 1968, o regime endureceu as ações repressivas da ditadura no país e concedeu o poder absoluto ao governo militar por meio da instituição do Ato Institucional de número 5 (AI-5) pelo Presidente da República Marechal Costa e Silva. A medida significava o início de uma ditadura explícita e declarada cujos efeitos eram óbvios, como afirma Zuenir Ventura (2008):

Como anunciava o texto que todos foram obrigados a ler, ia-se fechar o Congresso por tempo indeterminado, interrompiam-se as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, podia-se cassar, demitir, transferir, reformar funcionários civis e militares à vontade e suspendia-se o *habeas corpus*, o que – com o reforço da posterior Lei de Segurança Nacional – permitia manter qualquer preso acusado de delito político em regime de incomunicabilidade por dez dias [...] (VENTURA, 2008, p. 249).

Depois do anúncio do Ato, jornais foram censurados e, muitos, retirados de circulação e apreendidos. Quando circulavam, eram impostos sob censura prévia. As equipes dos periódicos tentavam burlar a repressão, denunciando a censura e usando estratégias para divulgar o que estava acontecendo, com linguagem metafórica, figurada, bom humor, entre outros. Muitos jornalistas e escritores foram presos e torturados. O período foi marcado por lutas políticas e ideológicas.

A tese de que o Exército deveria liderar um esforço nacional de “ocupação” da Amazônia era recorrente entre os militares desde, pelo menos, o final do século XIX, quando o primeiro presidente da República, o marechal Deodoro da Fonseca, pregou a ‘fundamentação de colônias nacionais’ no vasto território do atual estado do Amapá, de forma a utilizar ‘terrenos férteis, hoje inteiramente inertes, para a formação da riqueza nacional’. Nesse processo caberia ao índio, considerado um ‘estorvo’, o papel de trabalhador braçal (VALENTE, 2017, p. 24).

Foi nos governos dos generais-presidentes Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979) que essa exploração da floresta e dos povos-floresta foi ainda maior. Foi através destes governantes que a falsa ideia de “progresso” foi implantada e amplamente divulgada pela imprensa, como em anúncios publicitários e propagandas nos periódicos. Era posto um sentimento de urgência e ânsia de proteger aquilo que é propriedade do Brasil do interesse dos estrangeiros, em uma necessidade absurda de povoar a região amazônica e rasgá-la com estradas, espaço que já estava habitado há milhares de anos.

[...]os generais difundiram uma campanha publicitária que consolidou o imaginário que até hoje domina mente de muitos: a de que a Amazônia seria a tal virgem intocada por humanes. A ditadura difundiu essa ignorância intencional com slogans como “deserto humano” ou “deserto verde”, que justificavam a operação de invasão e destruição da floresta pelo suposto objetivo de “integrar para não entregar”. Integrar a floresta à única civilização que consideram válida, a dos brancos exploradores, para supostamente não entregá-la aos brancos exploradores estrangeiros. (BRUM, 2021, p. 27).

Como parte disso, Valente (2017) conta que em 1966, Castello Branco reuniu empresários e governantes para anunciar a “Operação Amazônia” que tinha como objetivo “criar condições para o povoamento da região”. Dentre as medidas anunciadas três que mais chamavam a atenção e foram significativas para o desrespeitar a região amazônica.

A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), [...] a abertura de linhas de financiamento nas áreas agropecuárias e serviços e a formação de um Fundo de Valorização Econômica da Amazônia mantido com receitas tributárias da União, estados e municípios. (VALENTE, 2017, p.27).

O programa de incentivos ainda previa o abatimento no Imposto de Renda para empresas que se instalassem na região. Nitidamente medidas que privilegiavam os burgueses, empresários da época, por isso, a decisão de usar o termo ditadura-empresarial-militar, assim como Brum, já que houve um envolvimento ativo do empresariado, em setores como construção, bancos e agronegócio, na sustentação do regime. “Para a ditadura-empresarial militar que dominava o Brasil, a floresta era o corpo de onde se arrancaria tudo, minérios principalmente”. (BRUM, 2021, p.54). Isso fica ainda mais evidente na seção que trata sobre os anúncios e informes publicitários

presentes na revista.

Mas a atuação do governo ditatorial foi além, em 16 de julho de 1970, o então presidente Emílio Garrastazu Médici instituiu o Plano Nacional de Integração, PIN, que compunha a construção de estradas na região amazônica com a intenção de colonizar a área. As duas rodovias mais conhecidas que fizeram parte desse plano são a BR-230, chamada Transamazônica e a BR-210, conhecida como Perimetral Norte. Nesta época, o regime atuou com mais ênfase na imprensa, com o objetivo de garantir um cenário positivo aliado ao otimismo de que o país se tornaria uma grande potência mundial.

Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) foi o presidente do Brasil durante o período mais sangrento da ditadura, quando mais de 8 mil indígenas e centenas de opositores brancos foram mortos e outros milhares torturados. Em 1970 o ditador foi a Altamira para celebrar o início da construção da estrada e produzir imagens da conquista da Amazônia para a imprensa submissa aos generais. O ato simbólico de Médici para manter o poder do homem sobre a natureza, tão típico da modernidade, foi a derrubada de uma castanheira de mais de cinquenta metros de altura. (BRUM, 2021, p. 28).

Jornais e discursos da época estampavam a visão de que a região amazônica precisava ser explorada, viés presente também na revista *Realidade*. O objetivo da construção da rodovia Transamazônica era conectar o nordeste ao norte do país, com mais de 4 mil e 200 quilômetros, passando por 63 cidades e sete estados. Situação parecida a da Perimetral Norte, que cortaria quatro estados com extensão média de 3 mil quilômetros, sendo apenas menor do que a BR-230. Outra obra faraônica e que também teve seu projeto desenvolvido na década de 70 foi a construção de Belo Monte, sobre o Rio Xingu, um dos grandes rios da Floresta Amazônica. A hidrelétrica foi nomeada pelos povos-floresta de Belo Monstro, como afirma Brum:

O nome que deram a essa monstruosidade humana é Belo Monte, porque há violência também no ato de nomear as coisas. Há gozo no sadismo de chamar a arma de destruição de 'belo'. E assim, aqueles por ela esmagados resistiram também pela palavra ao renomear a carcereira do Xingu de Belo Monstro. Belo Monstro é uma hidrelétrica que só produz energia uma parte do ano, porque na outra a água do Xingu encolhe". (BRUM, 2021, p. 81).

Considerando os impactos ambientais causados por essas construções eu diria que todas as hidrelétricas são Monstros. Isso porque para formar o reservatório para

o funcionamento do sistema, grandes áreas são alagadas, ou melhor, quilômetros de florestas, vilarejos, cidades, lares são alagados. Há o deslocamento forçado de diversas famílias, moradores, ribeirinhos, indígenas. Há a destruição do patrimônio histórico e cultural dessas regiões, já que, em alguns casos, cidades inteiras ficam submersas. A fauna, a flora, as biodiversidades locais são afetadas, o curso do rio muda, inúmeros animais e plantas morrem. Morrem também o sentimento de pertencimento das pessoas pela violação dos direitos humanos e morrem também comunidades inteiras.

Fazendo um paralelo com minha vida atual, morando em Foz do Iguaçu onde há a Usina Hidrelétrica de Itaipu, atualmente a terceira maior hidrelétrica do mundo e um dos empreendimentos nacionais projetados pelos militares como símbolo de poder, posso afirmar através de minha pouca experiência aqui que a maioria dos iguaçuenses não se sentem pertencentes à cidade. Não há laços culturais, não há orgulho. A construção apagou paisagens, comunidades indígenas e ribeirinhas, mas também a história de um povo, os 111 anos de uma cidade que abriga a produtora de energia, mas não usufrui do que é produzido. Na época houve a remoção forçada dos povos originários Avá-Guarani. 135 mil hectares de terras foram inundadas, o que obrigou a transferência de 40 mil pessoas, de acordo com um relatório produzido pela Procuradoria Geral da República.⁷ A Binacional ainda fez, recentemente, um pedido de desculpas ao povo Avá-Guarani reconhecendo o impacto da construção da hidrelétrica, mas o pedido, veio 52 anos depois do início da construção, que ocorreu entre 1973 e 1982.

Por aqui, há ainda o sentimento de que tudo é destinado ao turista. Em partes, justificável, já que a principal economia que movimenta o município é o turismo. Mas é curioso como a cidade não valoriza a própria história, não há museu, os registros não são facilmente acessíveis. Cadê a história da cidade para além dos pontos e atrativos turísticos? Foi submersa com o Lago de Itaipu? Esses questionamentos certamente dariam uma outra pesquisa.

⁷ KRÜGER, Helena; FERNANDES, Mayala; FÁVARO, Bruno; BUDEL, Caio. Terras sagradas x usina hidrelétrica: como construção da Itaipu Binacional causou “apagamento violento” de indígenas do Paraná. G1, 30 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2025/10/30/historico-e-impacto-construcao-usina-hidreletrica-itaipu.ghtml>

2.2 POVOS FLORESTA

A história da relação dos militares brasileiros com os indígenas na Amazônia foi, desde o começo, marcada por grandes incompreensões, tensões e violência. Um herói do Exército, o português Pedro Teixeira, nascido em 1587, é celebrado ainda hoje entre os militares como um símbolo da luta pela soberania nacional por ter combatido a invasão de europeus na Amazônia. Mas ele também participou de expedições de guerra contra os Tupinambá, deixando algumas aldeias “em cinzas”, e comandou ataques a índios para transformá-los em escravos. A missão geral das expedições militares de então era “amansar” os índios. As tribos que resistissem “eram consideradas tão inimigas quanto os ingleses, holandeses ou franceses”. (VALENTE, 2017, p. 25).

A história do Brasil sempre foi marcada pela visão europeia, principalmente pela forma como aconteceu a colonização por aqui. Sendo o único país da América Latina a ser colonizado por portugueses, o Brasil foi imposto a um desenvolvimento tardio quando comparado com os vizinhos. Uma reflexão que surge é, até que ponto a história do país é realmente brasileira? Em seu livro, “Sobre o autoritarismo brasileiro” (2019), Lilia Schwarcz conta que em 1844, no primeiro concurso público organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi solicitado aos candidatos que eles discorressem sobre como deveria se escrever a história do país.

Foi dado, então, um pontapé inicial, e fundamental, para a disciplina que chamaríamos, anos mais tarde, e com grande naturalidade, de ‘História do Brasil’, como se as narrativas nela contidas houvessem nascidas prontas ou sido resultado de um ato exclusivo da vontade ou do assim chamado destino. (SCHWARCZ, 2019, p.13-14)

Eu e você também leitor, estudamos a então chamada disciplina de história na escola. Sabemos que os livros vistos como tradicionais abordam a questão indígena como secundária. O foco é mostrar como os europeus chegaram aqui e transformaram a então Terra das Palmeiras em Brasil. Lembro da minha infância que os livros considerados tradicionais falavam sobre a chegada dos povos da Europa, mas com um teor benéfico e que os jesuítas foram os grandes responsáveis por catequizar os povos originários e transformá-los em “civilizados”, mas essa não é a única história ou a única versão verdadeira. Fui então em busca de respostas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Amazônia é habitada entre 14 mil e 12 mil anos por diversos povos indígenas, vindos

do continente asiático e que desenvolveram culturas sofisticadas. Essas civilizações construíram grandes aldeias, produziram cerâmica refinada e criaram terras férteis.

Antes do contato com os colonizadores, historiadores afirmam que existiam aproximadamente cem milhões de nativos no continente. Só no território brasileiro esse número girava em torno de cinco milhões. Estavam divididos em nações e não conheciam limites de fronteira, demarcação de terras, onde terminava uma aldeia ou começava outra. Com o contato, muita coisa mudou: os territórios foram delimitados por uma cruz que não era simplesmente de catequização, mas de posse de uma terra já habitada por nações pouco ou nada compreendidas em sua própria fala por quem chegava para dominar. (KAMBEBA, 2020, p. 50).

Segundo dados do Imazon⁸, estima-se que 5 milhões de indígenas viviam na Amazônia antes da chegada dos europeus, praticando a agricultura, caça, pesca e manejando a floresta de forma sustentável. “Para os povos originários, não existe natureza e as pessoas humanas, uma coisa e outra coisa. Há apenas natureza. Os indígenas não estão na floresta, eles são a floresta”. (BRUM, 2021, p. 23). Mas além dos povos originários (indígenas), também são considerados povos da floresta as comunidades tradicionais, como ribeirinhos, beiradeiros, quilombolas, etc. (BRUM, 2021, p. 25).

O certo é que, ao longo da história nacional, os povos indígenas foram dizimados pela violência dos colonizadores brancos, expulsos de suas terras e mortos por moléstias que lhes eram estranhas, além de serem expostos a práticas que pretendiam impor a sua invisibilidade. (SCHWARCZ, 2019, p.162).

Lembrando da minha época de escola, os primeiros europeus chegaram em meados do século XVI, com Francisco de Orellana (1541), que navegou pelo Rio Amazonas. Os portugueses começaram a ocupar a região para garantir o domínio sobre o território e combater invasões estrangeiras, como as dos holandeses, espanhóis e franceses. Durante esse período, missões religiosas foram estabelecidas para converter os indígenas ao cristianismo, mas muitas tribos resistiram e foram dizimadas por doenças e guerras.

⁸ VERÍSSIMO, Tatiana Corrêa; PEREIRA, Jakeline; MALCHER, Livando; PORTO, Biratan. A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia. 2. ed. Belém: Imazon, 2020. Disponível em: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

A redução do número de habitantes na Amazônia (povos originários, bem entendido, porque os brancos só fazem aumentar) é resultado, pelo menos nos últimos séculos, da colonização europeia. Os invasores exterminaram grande parte deles com vírus e bactérias carregados em seus corpos e também pela violência de suas investidas. (BRUM, 2021, p. 23).

Desde o período colonial, o Brasil vivencia conflitos pela posse da terra, especialmente envolvendo a violação dos direitos dos povos indígenas. Essas disputas, que têm raízes históricas profundas, continuam até hoje, resultando em violência e desrespeito às garantias constitucionais dessas populações.

A disputa pela posse de terras no campo é das maiores causas de morte no Brasil, e vítima especialmente as populações indígenas, cujo direitos constitucionais, os quais lhe facultam a posse de terras que pertenceram a seus ancestrais, são constantemente desrespeitados. Essa não é, entretanto, uma história dos tempos de agora. Os registros da prática remontam ao período colonial, quando se chamou de “descoberta” o que foi, na verdade, invasão de um território densamente povoado. (SCHWARCZ, 2019, p.161-162).

Durante o século XX, a Amazônia foi alvo de projetos de colonização e desenvolvimento, como a construção da Rodovia Transamazônica (década de 1970) e incentivos à pecuária e à exploração madeireira. Essas políticas resultaram em desmatamento acelerado e na morte de povos indígenas.

[...] a maior parte da Amazônia, que vai sendo destruída por grandes hidrelétricas, projetos de mineração, estradas e ferrovias, boi e soja. Junto com a floresta, são varridas todas as marcas nela impressas de uma história humana de milhares de anos. A exploração feita pelos brancos em nome do “progresso” é uma operação política de apagamento de tudo o que existiu antes de esmagarem a vida dos trópicos com suas botas. Os brancos têm a aborrecida obsessão de acreditar que todas as histórias começam com a sua chegada. Em geral, o que acontece é que as histórias terminam embaixo de suas botas, de suas motosserras e de suas armas. (BRUM, 2021, p. 26).

Em meados de 1907 e 1908, o avanço das frentes de expansão para o interior e regiões consideradas inabitadas aumentou as disputas territoriais, gerando polêmicas até no cenário internacional. O Brasil chegou a ser acusado no XVI

Congresso dos Americanistas de massacre aos povos indígenas⁹. Neste contexto surgiu em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), o que anos depois se chamaria apenas Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O órgão foi liderado basicamente por militares com o pensamento inicial de que os povos originários viviam em um estado transitório, já que logo iriam tornar-se trabalhadores rurais ou proletários urbanos. Por meio do Decreto-Lei nº 3.454, de 1918, o serviço foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais, contudo, mesmo com a divisão, a integração dos povos indígenas continuou a basear a atuação do órgão.

O SPI, porém, vivia uma contradição desde o nascimento. Foi criado com o objetivo de proteger os índios, porém ao mesmo tempo prepará-los para se tornarem parte da ‘comunhão nacional’, ou seja, virarem trabalhadores ou produtores rurais. (VALENTE, 2017, p. 26).

Inicialmente o órgão foi vinculado ao Ministério da Agricultura, liderado por generais, o que facilitava a manobra golpista e o extermínio dos povos indígenas. Valente (2017) detalha essas ações ao descrever acordos firmados entre instâncias federais e estaduais que beneficiavam a máquina pública e marginalizavam, com severidade, os povos indígenas e comunidades ribeirinhas. Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu com a assinatura de um convênio entre Pedro Pedrossian (1928–2017), então governador do Mato Grosso do Sul, e Ney Braga (1917-2000), Ministro da Agricultura à época. Esse acordo autorizou, de forma oficial, a ocupação de territórios tradicionalmente pertencentes a povos indígenas, inclusive áreas já demarcadas.

A nossa mãe, a Terra, nos dá de graça o oxigênio, nos põe para dormir, nos desperta de manhã com o sol, deixa os pássaros cantar, as correntezas e as brisas de moverem, cria esse mundo maravilhoso para compartilhar, e o que a gente faz com ele? (KRENAK, 2020, p.6).

A partir desse convênio, o governo estadual passou a conceder títulos de propriedade a colonos dentro de terras indígenas, promovendo a grilagem legalizada e a expulsão dessas populações. Como aponta Valente: “Com uma só canetada, os índios perderam mais da metade das suas terras em troca de migalhas e promessas”

⁹ POVOS indígenas no Brasil. Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI))>. Acesso em: 06 jul. 2025

(VALENTE, 2017, p. 39). A frase sintetiza o caráter violento e excludente das políticas fundiárias do período, revelando a lógica de desapropriação e subordinação que guiava o governo. Para que a exploração continuasse aos moldes do período ditatorial, os diretores do SPI faziam parte da máquina pública, como o Major da Aeronáutica, Luís Vinhas Neves e o Coronel da Polícia Militar do Paraná, Hamilton de Oliveira Castro. Isso se estendia por todo o órgão.

Apenas uma pausa aqui, caro leitor — ou melhor, caro companheiro de travessia. Ao me deparar com os nomes de dois militares que atuaram diretamente nas violações contra os povos indígenas, um incômodo me atravessou. Ambos, Hamilton de Oliveira Castro e Ney Braga, são do meu estado, o Paraná. Dois homens do Sul do país “metendo o dedo” onde não deviam. Isso me afetou profundamente, me fazendo pensar sobre como, historicamente, os estados das regiões Sul e Sudeste interferiram — muitas vezes de forma autoritária — na organização social, política e territorial de outras regiões do Brasil, especialmente no Centro-Oeste e na Amazônia.

Esse não é um dado neutro. Há algo de simbólico e estrutural nessa movimentação do poder. Trata-se de um modelo centralizador, em que decisões tomadas por pessoas distantes dos territórios afetados impõem lógicas desenvolvimentistas, coloniais e violentas sobre corpos, florestas e modos de vida que desconhecem ou simplesmente desprezam. Como mulher pesquisadora do Sul, não consigo ignorar essa sobreposição de camadas: o desconforto de me reconhecer geograficamente próxima desses sujeitos e, ao mesmo tempo, radicalmente distante de suas intenções e práticas. O campo de pesquisa, aqui, não é apenas externo — ele também me atravessa.

A impressão que me dá, é que o SPI foi criado à época apenas para legalizar a violência contra os indígenas.

Todos os principais agentes do serviço investigados em uma CPI do Índio pró-fazendeiros de 1963, aberta no Congresso Nacional continuaram influentes e ocupando cargos de chefia no SPI. O agente do SPI que havia sido acusado pela igreja de Guajará-Mirim, em Rondônia, de omissão na trágica epidemia dos índios pacaá-novo tornou-se um dos nove inspetores do órgão no país. (VALENTE, 2017, p. 38).

Algo interessante que ocorre é que após quase trinta anos na pasta do Ministério da Agricultura, o SPI foi transferido para o âmbito do Ministério do Interior,

porém a exploração e o desrespeito continuaram. Os povos indígenas foram escravizados, espancados, estuprados, dizimados...

Abreu [Flávio de Abreu servidor do SPI] obrigava as mulheres índias ao cumprimento de tarefas rurais, impossibilitando as mesmas de cuidarem de seus filhos recém-nascidos; as mães não dispunham de tempo sequer para amamentar seus filhos. Os índios eram alimentados apenas com grãos de milho seco e mamão verde cortado em pedaços. (VALENTE, 2017, p.45 – grifo da autora)

Para mim, esses relatos demonstram que o SPI, longe de cumprir sua missão declarada de proteção, consolidou-se como um instrumento de violação sistemática dos direitos indígenas, operando à serviço de um projeto estatal de ocupação e assimilação forçada, profundamente marcado por uma lógica colonial, autoritária e racista. Os povos originários foram violados, mas jamais vencidos! Eles existem e resistem.

O fim do Serviço de Proteção aos Índios foi conturbado, com investigações, comissão e demissão dos funcionários. Em 1967, em meio à crise institucional o SPI foi extinto e surgiu a Funai – Fundação Nacional do Índio, atualmente chamada de Fundação Nacional dos Povos Indígenas, com a intenção de proteger os direitos humanos dos povos floresta.

O uso deste termo, povos floresta, é baseado no conhecimento transmitido por Davi Kopenawa, indígena, Yanomami, xamã, ativista e líder. Kopenawa afirma que os povos da floresta não estão apenas na floresta. Eles são a floresta. Seus corpos, seus saberes, suas línguas, seus modos de plantar, caçar, cantar e viver não estão à margem do território: são o próprio território em movimento. Não é possível pensar separadamente o corpo indígena e o chão em que ele pisa. A floresta pulsa na pele, na memória, nos rituais, nas palavras. É por isso que o avanço da “civilização”, do “progresso” sobre esses povos não é só um deslocamento geográfico. É uma ferida aberta no tecido vivo, no cordão umbilical ligado à terra. A floresta precisa ser respeitada, pois por ser viva ela sente, ela sofre, ela sangra e ela queima! A fala do líder Yanomami atravessa, arrepiá, faz pensar.

Não pensem que a floresta está morta, que tenha sido posta ali sem motivo. Se estivesse inerte, nós também não nos mexeríamos. É ela que nos faz mexer. Está viva. Não a ouvimos se queixar, mas a floresta sofre, como os humanos. Sente dor quando a queimam e suas grandes árvores gemem ao cair. É por isso que não queremos deixar

que a destruam. (ALBERT, KOPENAWA, 2023, p. 59).

Falando em floresta, Bruce Albert afirma em “O espírito da floresta”, que a floresta amazônica forma um bioma-continente. Algo estimado em 6,5 bilhões de quilômetros quadrados, dividido em nove países latino-americanos. Representa também, de acordo com o antropólogo francês, quase a metade das florestas tropicais úmidas que restam no planeta, com grande biodiversidade e ecossistemas aquáticos e terrestres. É habitada, segundo ele, há 11 mil anos por povos indígenas que depois de massacres somam quase quatrocentos mosaicos de povos falando cerca de 240 línguas diferentes.

Portanto a Amazônia tem uma história cultural muito antiga [...] Longe de ser (ou melhor, de ter sido) uma floresta virgem, a Amazônia sempre foi uma floresta habitada, estudada e transformada por seus moradores indígenas há milênios. Sua excepcional biodiversidade está, portanto, intrinsicamente ligada à história de sua sociodiversidade. (ALBERT, KOPENAWA, 2023. p. 119-120).

Entre 1964 e 1985, os militares transformaram a Amazônia em campo de batalha de um “progresso” forçado. A floresta foi vista como obstáculo, e os povos indígenas, como empecilhos. Estradas foram abertas no meio da mata, projetos foram impostos e os corpos que resistiam — os corpos originários — foram silenciados, mortos.

Como já disse anteriormente, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, marcou esse momento com um dado que me atravessou: pelo menos 8.350 indígenas morreram por ações diretas ou omissões do Estado durante a ditadura empresarial-militar. O número é bruto, difícil de digerir. Mas ele não dá conta das histórias que não foram contadas, dos corpos que não foram encontrados, das línguas que se perderam, das comunidades desfeitas, das infâncias interrompidas, das perdas precoces. A própria comissão reconhece: esse número pode ser ainda maior. Não foi apenas morte física. Foi também morte simbólica, cultural, territorial.

O “progresso” vendido como salvação era, na verdade, um projeto de destruição. Davi Kopenawa – líder Yanomami, afirma: “Os brancos em torno da nossa terra são hostis, não sabem nada da gente e nunca perguntam como viviam nossos ancestrais. Só pensam em ocupar a floresta com seu gado e em destruir nossos rios

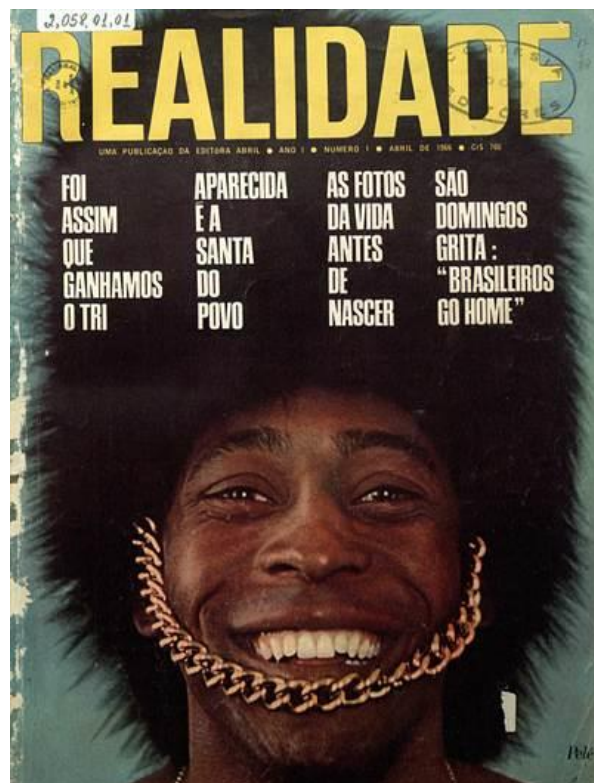
para catar ouro” (ALBERT; KOPENAWA, 2023, p. 54).

A Amazônia não era vazia — houve uma tentativa de esvaziá-la em prol de uma ideia dominante e autoritária. Os povos não eram obstáculos — foram obstaculizados. A floresta, os rios, as aldeias, os cantos, os modos de viver... tudo foi colocado sob ameaça em nome de uma ideia de Brasil que não cabia em si mesma.

2.3 *REALIDADE*: A REVISTA

Para falar de *Realidade* me aventurei pelas páginas de autores que integraram a equipe do periódico, como Mylton Severiano através de *Realidade - história da revista que virou lenda* e de estudiosos da revista como José Salvador Faro com *Revista Realidade 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. A revista brasileira *Realidade* foi lançada pela editora Abril em abril de 1966, época de ebulição cultural. Com periodicidade mensal, ela surgiu em meio às incertezas da revista semanal *Quatro Rodas*, que não estava em bom desenvolvimento. O grupo Abril deslocou então sua equipe entre as duas publicações. Na figura 1, a capa do primeiro exemplar publicado.

Figura 1 – A primeira edição de *Realidade* – abril 1966



Fonte: Hemeroteca Digital

Mylton Severiano, no livro *Realidade história da revista que virou lenda* afirma que Paulo Patarra foi quem criou o periódico. Segundo o autor, a nova mensal substituiu a *Revista de Domingo*, periódico semanal do mesmo grupo lançado em 1965 e que já dividia a redação na época quando o assunto era o que seria publicado: reportagens ou entretenimento e serviços. Foi Paulo Patarra que em conversa com Victor Civita, fundador do grupo Abril, propôs a publicação de uma revista voltada para reportagens. “Sim, com a gente o negócio era rua, reportagem” (SEVERIANO, 2013, p.42). E deu no que deu, após possíveis nomes como *Veja*, *Horizonte*, *Reviver*, *Repórter* e *Viver*, chegaram ao mais votado: *Realidade*.

A revista foi um grande sucesso nos chamados anos de ouro entre 1966 e 1968. Roberto Civita aparece como diretor do grupo no expediente de número 9, quando eram vendidos cerca de 450 mil exemplares, situação que muda ao final de 1968, como afirma Severiano:

Na edição de nossa despedida, a de novembro de 1968, já havia, acima do diretor de redação Paulo Patarra, sete diretores, até o de publicidade e outros medíocres, como Alessandro Porro, diretor de Grupo Redacional, e Odylo Costa Filho, diretor de redação Rio. (SEVERIANO, 2013, p. 53).

Para tanto, Paulo Patarra e sua equipe desenvolveram e consolidaram o projeto para a *Realidade* com a intenção de ser grande sucesso. A meta inicial deles, era fazer um periódico de qualidade, que agradasse e interessasse os leitores das revistas que já eram consolidadas, como a *Manchete*, *O Cruzeiro*, *Fatos & Fotos*, *Claudia*, *Quatro Rodas*, *Revista Sr.*, entre outros. A equipe de *Realidade* apresentou também temas e como os mesmos deveriam ser abordados pelos repórteres, além disso, pensou na paginação, nas cores, no papel e na forma de se escrever o texto.

O texto se guia pela simplicidade, clareza, classe. E emoção – o jogo de ideias e palavras capazes de entristecer ou alegrar. Texto que não dê alegria ou tristeza não corresponde às necessidades da revista. Não há matéria neutra: receita precisa dar vontade de comer; fome deve forçar o palavrão endereçado aos políticos nordestinos. (SEVERIANO, 2013, p. 82).

O periódico publicou 120 edições e teve três fases de atuação, de acordo com Brasil (2023), a primeira fase foi de 1966 a 1968, considerada a fase áurea. A segunda

de 1969 a 1973 - quando a edição especial sobre a Amazônia foi lançada - e a terceira fase, de 1973 a 1976, período de decadência. Seguindo essa lógica, temos a seguinte divisão.

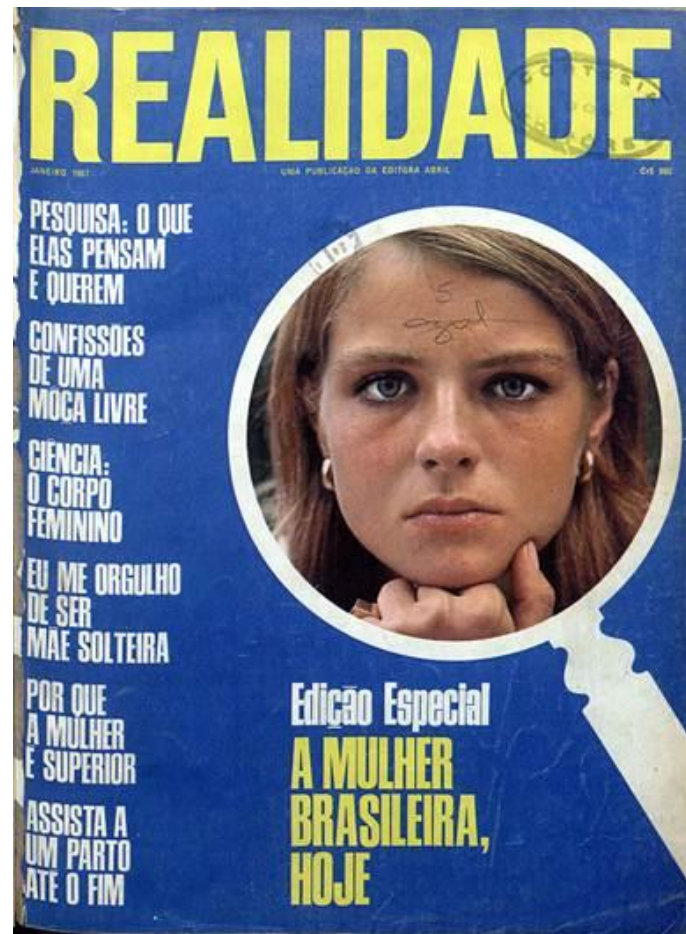
Quadro 1 – As fases da revista *Realidade*

Fase	Período	Características
1. Jornalismo Literário	1966–1968	Reportagens ousadas, presença do repórter, temas sociais e políticos
2. Censura e Adaptação	1969–1973	Restrições pós-AI-5, perda de liberdade editorial
3. Declínio	1973–1976	Perda de identidade, fim da revista

Fonte: a própria autora

Os conteúdos retratados pela revista e a forma como eram escritos foram considerados inovadores para a época, visto que se diferenciavam do jornalismo de pirâmide invertida e tinha uma proposta editorial diferente das revistas publicadas até então. *Realidade* não inventou a pirâmide simples, porém chegou ao patamar de refinamento da mesma, até então não utilizado por outros periódicos. Além disso, o periódico abordou temas polêmicos como racismo, drogas, sexo, mulher, guerra, entre outros. Publicou revistas temáticas, por exemplo, mulheres (janeiro de 1967), juventude (setembro de 1967), Amazônia (outubro de 1971), metrópole (maio de 1972), Nordeste (novembro 1972).

Figura 2 – Edição Especial Mulheres - janeiro de 1967



Fonte: Hemeroteca Digital

Utilizou interação com o leitor por meio de pesquisas de opinião, produziu fotografias de grande qualidade, tanto em definição, quanto em trato com o objeto retratado. O fotojornalismo já tinha tradição consolidada na imprensa nacional e no periódico fica nítido essa preocupação não só com o texto verbal, mas também com o não verbal, trazendo reportagens fotográficas, em que texto e foto se complementam, formando um conjunto único. Exemplo na Figura 3.

Figura 3 – Fotografia nas reportagens: Um dia no Cais – setembro de 1968

O menino equilibra a sacola na bicicleta

De longe em longe, uma locomotiva a óleo diesel apita, roubaria, e vem furando para as luzes na zona do gas.

— Epa!
Um menino branco se enforça, sobe da selim para o cano, metendo a perna contra o guidão, se avorça, equilibra a bicicleta e corre de frente ao vento. Vai que vai de parafusado, gozando nas curvas. O menino mais o seu vulto e a sua agonia, um cabelo cortado rente, sua camiseta, minicinto nas espaldas que atravessa.

Cruza da rua. As varetas de madeira correm nas mãos dos dois garçons, peitos de ferra, calças arrastadas, tumbados. Batem, estregam e olam da colcha do Bar Café Restaurante Chave de Ouro.

A cidade, os prédios e os muros dormem de todo. Cain não dorme. Não se apaga. Lá pelas casinhas, um que outro olho como fica no olho da rua. É feio.

O botequim é pequeno, velho encardido. E tem que seisma plantado. Agonia suas luzes, apaga, joga mulheres da vida que não foram dormer, agora mariboradas, bebidas que pertencem, giram, alguns cachorro solitário arrastado à porta de entrada. Rasca os cantos cobertos dos cubitos, gente da porta de dentro, martiriza ou a palana. E mistura verdadeiros, falsos, exploradores de mulheres, pedintes, vendedores de garrafas, ladrões, malandros magros e sonolentos.

O botequim é ruim. Aquela infidelidade e briga. Gente encosta o umbigo no mármore do balcão e quer o pé com bebida. Foi, tomaram, não contaram quanto. Oitenta.

— Vai lavar roupa, sua fedorenta!

Rita Pavão e Olen Cadilque se jogam. Dão das que tentam batendo na noite, cobertas nos trapacos, nas arrumadas para surrupio fregueses e levanta e grata, do que devem aturidos. E lá — malandres que é malandres, no caso, não deve ir com trauca. Tonta-lhe o olho ao joão, debaixo de piaçaba e manta. Cacha e corre e peita e peita.

Mas por umas ou por outras, de contrário, se enfarcam com desmandamento. E se não sabem se encurtando. Como ninguém. Salta um desolado:

— Vai lavar roupa, sua fedorenta!

São e mais e sentem as luzes dos trilhos dos bondes. Últimos minutos, cobertas, guilhermes e tiradas, passam em grupo, devagar. Entram no botequim, se chegam para o balcão. Podem malda, pedintes, malandres. E é como se não fossem fregues. Briga de mulher pode ir quente, gente do céu não faz lá.

— Nem vem louca, que não tem. Vai cuidar da tua vida! Depressa. Sai da minha cozinha.

Casual, umas ligeiramente e ligadas, mancomunadas na variação dos odores. Mas Rita Pavão e Olen Cadilque se casaram num desses tempos quentes. Uma querendo comer a outra pela porta, pela grata de algum freguês. E se afastam. Flores, horas. Cada uma para o seu canto e uma não quer nem ver a cara da outra. Fritinha não come piranha.

— Me deixa. Olen não sou parente nem da sua vida. Vê lá. É, Manoel, como você lá por ferra.

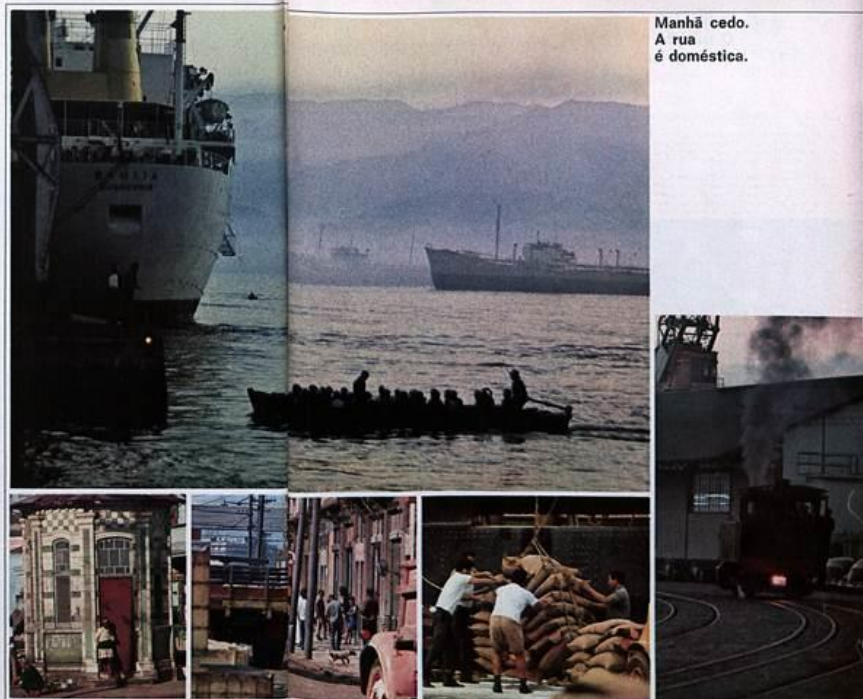
— O Manoel de Manoel é mesmo. Não, manoelinho, de todo. É descomodado.

Amanhã a noite. Rita, culpada, se larga para entrar lá. Deixa a parentela falando sozinho. Mais tarde, na vida de dois parentes, se duas se voltam, se mandando depressa, e apertam um bom grampo, frito de boi, e vão em cima curtas, jantadas. Alô, alô, outra vez. Freguês apertar no freguês e a moedinha não os olam.

Estirando suas horas. Os trabalhadores do caso se apressam, corre de sono, chegado de casa. O apito, se vem, é o do bonito. Anuncia distritos, sempre arredados, boa intenção de conflito em pé. Prilongado, machado, não

B

300



Manhã cedo.
A rua
é doméstica.

Fonte: Hemeroteca Digital

Além disso, as publicações priorizavam abordagens profundas, com reportagens extensas e descrições minuciosas, com uso de adjetivos pelos escritores. Jornalistas e fotojornalistas ficavam cerca de um mês em reportagem, em imersão profunda, assim como outros periódicos. *Realidade* experimentou mais disso e trouxe outros formatos além da reportagem, como os perfis e o ensaio jornalístico. Por conta dessas características citadas, o uso da primeira pessoa era muito recorrente nas publicações, visto que os jornalistas participavam dos acontecimentos relatados nas reportagens.

A proposta editorial de *Realidade* vinha responder às expectativas geradas por essa conjuntura cultural: uma proposta marcada, a um só tempo, pela horizontalidade e pela verticalidade, no sentido de que situava o leitor no âmbito universal dos problemas de seu tempo, mas não fazia de forma acanhada ou apenas plástica; fazia isso desnudando a crise do contemporâneo. A revista procurava dar ao público a dimensão essencial de suas indagações através de uma extraordinária variedade temática [...] (FARO, 1999, p. 89)

Como foi lançada no período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), a revista passou por momentos de censura. Como exemplo, temos o caso da *Realidade* de número 10 de janeiro de 1967, *Mulher brasileira hoje*. Nesta edição, uma das

reportagens era sobre parto e trazia a imagem da mulher dando à luz (Figura 4), como conta Oliveira (2015). Na época esse número da revista foi censurado por ordem do juiz de menores de São Paulo com a prerrogativa de que a foto, no qual mostrava a criança nascendo, ofendia as mulheres. Os exemplares só foram liberados em 1º de outubro de 1968 após decisão do Supremo Tribunal Federal.

Figura 4 – Nasceu! A reportagem censurada



Fonte: Hemeroteca Digital

O fim da *Realidade* apresenta dois pontos de vista: o término teria se dado após a instituição do AI-5 em dezembro de 1968, em que as publicações foram perdendo seu formato original devido à censura. Foi nesse mesmo período que o último número com resquícios da equipe fundadora da revista foi publicado, liderado por Paulinho Patarra, edição de número 32, novembro de 1968. Como conta Mylton Severiano: "A partir daí, [...] começa a queda. Até março de 1969, a tiragem havia sido reduzida para 322 mil. No meio de 1971, vendia menos de 200 mil fazia tempo" (SEVERIANO, 2013, p.208). Outra possibilidade do fim teria sido pelo deslocamento dos recursos para a nova revista lançada em outubro de 1968 pelo grupo, a *Veja* que consequentemente, inviabilizou os altos custos da redação de *Realidade*, composta

por grande número de profissionais. Por conseguinte, a televisão já estava tornando-se popular e preferida pelo público por sua cobertura acelerada e dinâmica. Com isso, a revista entrou em decadência, e em março de 1976 teve sua última edição publicada. Olhando assim, a revista parece extraordinária e realmente inovadora, não é mesmo? Ela ainda é usada como referência e exemplo nos cursos de comunicação, mas será que é realmente tudo isso?

Um ponto que me afetou de forma profunda, enquanto mulher e jornalista, foi a composição da equipe da Revista *Realidade*. Apesar de se apresentar como uma publicação inovadora, ousada e plural — que mergulhava em temas considerados tabus para a época — sua redação era composta quase exclusivamente por homens brancos. A fotografia publicada no livro “*Realidade: a história da revista que virou lenda*”, escrito por Mylton Severiano (um dos integrantes da equipe), materializa essa ausência: nela aparecem treze homens e apenas uma mulher. Seu nome é Tavinha, e ela não é repórter, nem editora. É a secretária da redação. (Figuras 5 e 6).

Essa imagem me causou incômodo, um incômodo que carrego também como dado de pesquisa. Porque ela revela que, mesmo em um espaço que se propunha moderno e provocador, as estruturas de gênero permaneciam inabaladas. A mulher estava presente, sim, mas num lugar de apoio silencioso, longe da criação intelectual, fora do debate público. Enquanto os homens escreviam, investigavam, viajavam e davam voz ao mundo, ela permanecia invisível, em um cargo considerado técnico, estrutural, sem espaço para opinião ou autoria.

Isso me faz pensar no quanto a noção de pluralidade pode ser seletiva. A revista era plural — até certo ponto. Era ousada — dentro dos limites do masculino. Era moderna — mas ainda ancorada em um modelo patriarcal de produção jornalística. Para mim, Tavinha não é apenas um nome esquecido na legenda de uma foto: ela é um símbolo do silêncio imposto às mulheres em muitas redações, e da ausência de perspectivas femininas na construção de narrativas que diziam representar o Brasil. As redações da época eram masculinas, falo isso pois Tavinha não é o único exemplo. No jornal *O Pasquim* (1969-1991), também publicado no período de censura militar, a presença feminina é apagada. Martha Alencar e Nelma Quadros foram as únicas mulheres na redação do *Pasquim* e, adivinhe? Também eram secretárias. O que evidencia o machismo latente presente nos periódicos. (BUZALAF, 2009).

No meio da luta de egos masculinos, poucas mulheres participavam. A pouca organização ficava por conta das duas únicas que fizeram parte da redação, Nelma Quadros e Martha Alencar, responsáveis por unir os artigos, paginar (distribuir o material entre as páginas), concluir a capa e enviar para a gráfica imprimir. [...] Uma das poucas mulheres que realmente circularam na redação do Pasquim à trabalho, Martha Alencar afirma que o clima no cotidiano do jornal era de disputa de egos, de muita criatividade e de um machismo latente (BUZALAF, 2009, p.63- 64).

Figura 5 – A equipe original de *Realidade*



Fonte: a própria autora - Realidade: a história da revista que virou lenda

Figura 6 – Cargos da equipe

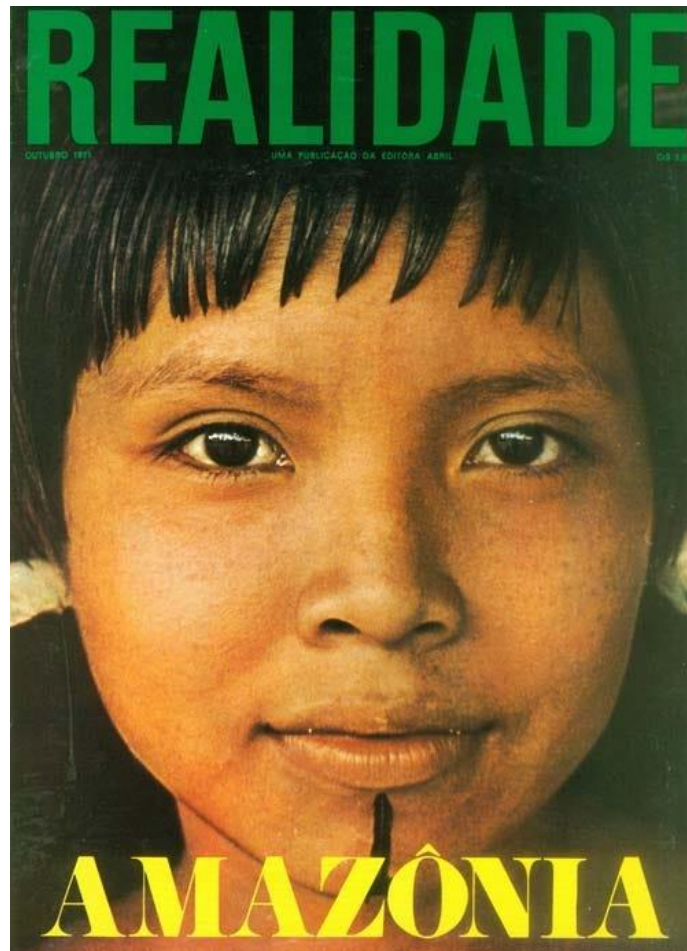


Fonte: a própria autora - Realidade: a história da revista que virou lenda

3 RASTRO DA CENSURA: AS ENTRELINHAS DE OUTUBRO DE 1971

A Amazônia foi o tema central da edição de nº 67, publicada em outubro de 1971. Na capa, a foto de uma criança indígena (como mostra a figura 7), imagem escolhida pelos editores para representar o tema da revista.

Figura 7 – A capa da edição de nº 67 Amazônia



Fonte: Hemeroteca Digital

Há duas composições possíveis nesta edição: 320 páginas, como afirma Luis Carta – diretor editorial do Grupo Abril ou 341 páginas seguindo a tabela feita por mim. De acordo com a divisão e tabela feitas por mim são 11 reportagens com média de 10 páginas cada, além de 2 ensaios fotográficos e 1 documentário fotográfico. A revista teve a tiragem de 300 mil exemplares que foram esgotados. Além disso, ela foi premiada na edição de 1972 do prêmio Esso em três categorias: melhor equipe,

melhor trabalho e melhor contribuição à imprensa. Na carta do editor, Victor Civita, fundador do grupo Abril, cita o trabalho para a realização da edição.

Nas páginas seguintes estão cinco meses de viagem pela Amazônia feitos com a maior equipe e o maior orçamento para a cobertura de um único assunto em toda a história da Realidade e, possivelmente da imprensa nacional". (CIVITA, 1971, p. 3)

O objetivo, de acordo com Civita, é informar a população nacional sobre a Amazônia - já que pairava muita desinformação e desconhecimento na época sobre o assunto - e também documentar o "momento extraordinário" que estava acontecendo na região, construção de estradas, início da mineração e instalação de fazendas de gado. Vitor Civita ainda afirma que a Amazônia é "despovoadada, improdutiva e uma fonte de pureza" (REALIDADE, 1971, p.3).

Foram nove meses de trabalho para produzir a revista. 16 jornalistas participaram da edição e foram liderados por Raimundo Rodrigues Pereira – repórter e um dos editores da Veja. A equipe também contou com seis fotógrafos, andou 1.232 horas de barco, 184 mil quilômetros de avião e visitou 131 cidades, como afirma Luis Carta, Diretor Editorial do Grupo Abril (REALIDADE, 1971, p.30-31).

A edição especial da *Realidade* sobre a Amazônia já era assunto na imprensa antes mesmo do seu lançamento. Uma nota publicada no jornal Tribuna da Imprensa em maio de 1970 mostrava que os preparativos para a publicação da revista já tinham iniciado. O jornalista Hélio Fernandes informou na seção “fatos e rumores em primeira mão”, que

O acadêmico Mário Palmério foi a São Paulo acertar definitivamente com a revista “Realidade” um número especial sobre a Amazônia. Como se sabe, o antigo embaixador do Brasil no Paraguai ficou 1 ano na Amazônia e fez estudos curiosíssimos sobre essa importante região (FERNANDES, 1970, p. 3)

Mário Palmério foi filósofo, professor, romancista e político. Foi eleito deputado federal por Minas Gerais, assumiu a embaixada do Brasil no Paraguai e também ocupou a cadeira na Academia Brasileira de Letras em abril de 1968. Um ano depois, decidiu fazer uma viagem pela Amazônia. A ideia era ficar de dois a três meses, mas permaneceu durante um ano. Em 70 retornou a Uberaba na tentativa de se eleger prefeito. Com a derrota, retornou à região Amazônia e ficou durante anos.

Autodefinindo-se como o maior conhecedor da Amazônia em todo o mundo, defendia uma ocupação “programada, orientada e dirigida pelo governo, com a implantação de parques florestais, tal como nos Estados Unidos”. Ainda em 1989 pretendia criar a disciplina colonização do Brasil, a ser ministrada em todos os cursos da Uniub, visando a defender a idéia de que a região não estava sendo devastada pelo governo, pois “não se pode ocupar economicamente uma região sem cortar árvores”. (COSTA, 2025).

3.1 O QUE SE DIZ DA FLORESTA

Oito páginas foram destinadas para a seção chamada de “Amazônia Opinião”. Neste espaço, em sua maioria, homens, brancos e em cargos do estado ditatorial foram convidados a participar da revista apresentando as opiniões. O primeiro, Rodrigo Octavio Jordão Ramos, ex-diretor da Escola Superior de Guerra, comenta sobre o medo da ameaça de posse internacional da Amazônia. (Figura 8).

Figura 8 – A seção Opinião



Ele defendia que era por conta disso que ela precisava ser ocupada, povoada e, ainda, que os povos originários precisavam ser catequisados afirmando, “Não acredito que os índios possam representar qualquer dificuldade para o povoamento amazônico, não só pela sua dimensão insignificante no grande vazio geográfico, como pela sua índole pacífica”. (REALIDADE, 1971, p.7).

Ao me deparar com a frase publicada, senti um nó na garganta. Dizer que os povos indígenas representam uma “dimensão insignificante” no “vazio geográfico” da Amazônia é mais do que ignorância histórica, é um ato de violência simbólica. Caminho com os olhos pelas palavras e enxergo nelas o eco de um Brasil que insiste em não reconhecer a humanidade plena dos que sempre estiveram aqui. Não há vazio na Amazônia — há floresta, há memória, há vida pulsando em cada canto. Chamar de “pacífica” a índole indígena como justificativa para apagá-los do território revela não só desprezo, mas uma tentativa perversa de transformar resistência em invisibilidade.

Na sequência é a vez de Olympio Mourão Filho, ex-ministro do Superior Tribunal Militar, expressar a opinião. Ele defende o não povoamento da Amazônia, afirma que não é um espaço vazio, mas sim um “espaço pleno de árvores, formando a maior floresta tropical do globo e garatidora da vida na maior parte da América do Sul, especialmente no Brasil.” (REALIDADE , 1971, p. 9) O ex-ministro acrescenta: “As futuras gerações não pouparão queixas as atuais que ousarem a destruição predatória da selva, abrindo, a qualquer pretexto, clareiras que conduzirão as novas falacroses progressivas até a diminuição substancial da mata virgem ou seu desaparecimento”. (REALIDADE, 1971, p. 9) Para ele, antes de abrir rodovias deveria ser realizado um estudo e análises para definir as regiões onde se fixariam núcleos da população.

Olympio, neste texto, se posiciona contra a destruição ambiental. Ao contrário do discurso, que tende a naturalizar a exploração da floresta em nome do “progresso”, ele adota uma visão mais consciente. Contudo, apesar disso, não podemos esquecer que mesmo assim, se trata de um homem, branco, militar e o responsável por redigir o plano Cohen, documento usado para justificar o golpe do Estado Novo com Getúlio Vargas. Anos mais tarde, foi ele também quem ordenou que as tropas marchassem em direção ao Rio de Janeiro para consolidar o Golpe Militar de 1964. Olympio não é ingênuo, eu diria que está mais para um falso, fingido e hipócrita. Ele se mostra

consciente, mas também tem a mão manchada pelo sangue das comunidades indígenas e não só delas, mas de civis que foram torturados, exilados e mortos pela ditadura empresarial-militar.

Outro a dar opinião é o economista e industrial paraense, Ramiro Nazaré. Para o empresário, o que se fazia na região amazônica era simplesmente imitar os processos de industrialização do centro-sul – usado como referência de sucesso – sem considerar as peculiaridades da Amazônia. A atuação do economista não foi tão significativa na seção, ao meu ver pareceu que ele quis dar a opinião de forma mais imparcial, sem gerar conflitos com os extremos ideológicos.

A seção de opinião prossegue, desta vez com a presença de Roy Philips, um vendedor de aparelhos elétricos norte-americano que decidiu fixar residência na Amazônia. O que mais chama atenção em sua participação é o modo como ele é apresentado: é um personagem sem fotografia e com uma entrevista notavelmente breve em comparação aos demais. Sua visão positiva sobre a região — ao afirmar que a Amazônia é “o melhor lugar do mundo” — contrasta com a tônica predominante na revista, que tende a retratar a floresta como espaço vazio, atrasado ou a ser conquistado. Paradoxalmente, é justamente essa posição favorável que parece motivar sua quase exclusão. A impressão que se tem é que sua presença foi incluída às pressas, como um recurso superficial para aparentar imparcialidade, dando a falsa ideia de que “ambos os lados” foram ouvidos. Na prática, porém, sua voz é esvaziada e invisibilizada, servindo mais como ornamento do que como contraponto real ao discurso hegemônico. E neste caso, me questiono qual a contribuição da opinião de um norte-americano sobre a Amazônia. Segue sendo um homem, branco, distante dos povos da floresta.

Figura 9 – Roy Philips

ROY PHILIPS,
vendedor de
aparelhos elétricos

Tem cinquenta anos, nasceu em Nova York e quer se apresentar ao mundo. Acha que o que lá viu é mais do que suficiente: lutou em duas guerras — no Japão e na Coreia —, depois foi vendedor de aparelhos elétricos nos 32 Estados de seu país. Gosta dos biquêis; não gosta de Nixon. É contra a

guerra do Vietnam. No ano passado, um amigo brasileiro lhe falou sobre a Amazônia: ele resolveu que era ali o lugar onde passaria de passar o fim de sua vida. Em fevereiro, desembarcou em Belém do Pará. Depois, foi até Manaus. Ali alugou um barco e passou um mês viajando pelas rios. Voltou aos Estados Unidos com uma única finalidade: vender tudo o que tinha, despedir-se dos amigos, comprar uma canoa-barco e vir morar na Amazônia. Encorajado.

"O melhor lugar do mundo, sem dívida."

P. O senhor gosta da Amazônia?
R. Minha única dívida era o clima. Mas não é tão bom quanto a



MÁRIO ANDREAZZA,
ministro
dos Transportes

Ministro dos Transportes desde o governo Costa e Silva, está em sua mesa a parte do trabalho de preparação para a ocupação da Amazônia: a construção de estradas.

Uma de suas últimas declarações: "É um erro considerar as rodovias amazônicas como projetos exclusivos de transporte. A Transamazônica e a maioria das outras rodovias são projetos associados aos propósitos de dinamização das imensas potencialidades de uma região demograficamente vazia".

"Antes da Belém—Brasília, a população da região era de 100 000 pessoas. Hoje já passa de 2 milhões. Com a construção da Transamazônica acontecerá o mesmo."

P. O que levou o Ministério dos Transportes a se decidir por um sistema de transporte rodoviário na Amazônia?
R. O Ministério dos Transportes não enfatiza, especialmente, o transporte rodoviário na região amazônica. Apenas destaca o papel fundamental que as rodovias têm representado, em todo o mundo, na colonização. Sem dívida, são as estradas que descobrem novos caminhos e novas riquezas, permitindo a fixação do homem em terras inexploradas.

P. Por que estão sendo eliminadas as poucas estradas de ferro da Amazônia?
R. A política do Ministério dos Transportes no setor de ferrovias está sendo executada muito mais no sentido da eliminação dos deficiências existentes e da conservação dos ramais que proporcionam lucros, do que propriamente da ampliação da rede ferroviária. De acordo com essa filosofia, as estradas de ferro existentes devem ser construídas em áreas com uma economia já consolidada e deci-

nadas ao transporte de cargas com grande tonagem para zonas muito distantes. Futuramente, quando a economia da Amazônia estiver sedimentada, deveremos pensar obrigatoriamente na construção de ferrovias.

P. Em relação ao aproveitamento dos rios quais são os planos do governo?
R. A implantação de um "sistema de transportes" numa região como a amazônica não pode prescindir do aproveitamento dos rios. Já na fase atual, os rios têm sido muito úteis no transporte de tratores, caminhões e equipamentos. Quando a Transamazônica estiver concluída, eles serão mais úteis ainda. Inclui-se a estrada foi traçada no sentido do aproveitamento dos trechos navegáveis dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira. Assim, o governo já projeta a criação de uma infra-estrutura hidroviária para a região.

P. O senhor tem dito que a Belém—Brasília atrairá alguns milhares de colonos e servirá realmente como um fator de desenvolvimento para a região. Mas há quem afirme que a Belém—Brasília apenas agrupou as margens

de uma raçada populacional que viviam espalhadas pela região, e que o agrupamento não alterou as condições de modo em que viviam essas populações. Como o senhor justifica suas pontos de vista?
R. A Belém—Brasília é um exemplo típico de que se deve abrir estradas em regiões desertas, mesmo quando é inexistente ou precária a infra-estrutura econômica. Em dez anos mudou muito o panorama do planalto goiano e da floresta amazônica ao longo dos 2 123 km da Belém—Brasília. Um exemplo: em 1960, a população da região, excluídas as cidades de Brasília, Anápolis e Belém, era de 100 000 habitantes; em 1970, já tinha atingido 2 milhões de pessoas. Bran- de as cidades e os povoados; hoje são 120. O rebando bovino, antes inexistente, atingiu no ano passado um número expressivo: 5 milhões de reses. As chamadas estradas vicinais (pequenas ligações que fazem a conexão com as rodovias principais), que há dez anos não existiam, hoje atingem 2 300 km de extensão. Estamos seguros de que, com a construção da Transamazônica, e dos outros grandes projetos rodoviários previstos para a região, acontecerá o mesmo.

OSCAR JERÔNIMO BANDEIRA DE MELLO,
presidente da Fundação
Nacional do Índio

Antes de assumir a presidência da Funai, foi diretor da Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior e do Ministério das Minas e Energia. Também foi chefe do Estado-Maior da 1ª Região Militar. Ocupa a presidência da Funai desde 10 de junho de 1970.

"Devemos levar o progresso ao índio"

P. Como deve ser tratado o problema do índio diante da ocupação da Amazônia? Que meios existem para proteger os interesses indígenas?
R. A ação da Funai tem sido orientada no sentido de manter os índios em suas terras, devidamente demarcadas e fiscalizadas. Neste momento, por exemplo, estamos propondo a criação da Reserva Indígena Karará, localizada na confluência dos rios Iriti e Xingu, onde muitos sertanistas entraram em contato com um grupo indígena Karará (isatapó). A Funai atua também os limites da Reserva Indígena Paracaná, localizada no próprio habitat desses índios. Somente dentro das reservas é que os índios podem ter a garantia de um processo de integração voluntária, gradual e orientada.

P. Sempre que entram em contato com os brancos, os índios acabam uma série de doenças, que, finalmente, levam aos seus filhos à morte. Como esse mortandade poderia ser evitada nos períodos hamônicos próximos, de intensos contatos das civilizações com os índios?
R. A Funai já está adotando algumas providências: 1) vacinação de todo o pessoal encarregado de entrar em contato com os índios; 2) vacinação de todos os índios contatados, tão logo isso seja possível; 3) organização de postos de dignos com enfermarias, ambulâncias e farmácias-padrão; 4) organização e instalação, em cada um

Fonte: Hemeroteca Digital

Conflitando com o que Roy disse, o próximo a expressar a opinião é Mário Andreazza, ministro dos transportes, responsável pela ocupação da região amazônica através da construção de estradas. Para ele "A Transamazônica e a maioria das outras rodovias são projetos associados aos propósitos de dinamização dos imensos potenciais de uma região demograficamente vazia". Ele também destaca "o papel fundamental que as rodovias têm representado, em todo mundo, na colonização. Sem dúvida, são as estradas que descobrem novos caminhos e novas riquezas, permitindo a fixação do homem em terras inexploradas". Complementa ainda que "a Belém-Brasília (rodovia) é um exemplo típico de que se deve abrir estradas em regiões desertas, mesmo quando é inexistente ou precária a infra-estrutura econômica." (REALIDADE, 1971, p.12).

A fala do então ministro reforça a perspectiva dos militares e de setores empresariais, que viam na ocupação da Amazônia um caminho para o “progresso” e a inovação, com base em um discurso desenvolvimentista. Nesse contexto, Andreazza também reproduz a visão dominante entre os generais, que consideravam a região como inabitada, um espaço vazio — o que revela uma concepção profundamente equivocada e ignorante sobre a presença e os modos de vida dos povos originários e comunidades tradicionais que historicamente habitam a Amazônia.

Mas o que talvez tenha mais me chocado, é a opinião de Oscar Jerônimo Bandeira de Mello. Na posição de presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai – atual Fundação dos Povos Indígenas) ele diz “devemos levar o progresso ao índio” e ainda afirma que “a ação da Funai tem sido orientada no sentido de manter os índios em suas terras devidamente demarcadas e fiscalizadas” (REALIDADE, 1971, p. 12), segundo ele para evitar as doenças aos povos originários, a fundação estava realizando a vacinação de brancos, indígenas e instalando postos de enfermaria, mas sabemos que a realidade foi bem diferente da informada pelo presidente da fundação, houve o genocídio da população indígena por conta de invasões e doenças levadas pelos brancos.

Depois que os brancos chegaram à nossa floresta, a fumaça de epidemia, xawara a wakixi, os seguiu para aqui ficar. Por isso é que desde então estamos o tempo todo doentes (ALBERT; KOPENAWA, 2023, p. 157)

Além disso, o relatório da Comissão Nacional da Verdade, finalizado em 2014, indica que, apenas na investigação de dez povos, foram estimadas 8.350 mortes decorrentes do governo militar. (PASSOS, 2023). Contudo, o número pode ser impreciso, já que por muitos anos, inclusive nos 21 de poder autoritário, a coleta dessas informações ficou em um limbo.

Até pouco tempo atrás, eram inexistentes as referências ao assunto nas ações do palácio do Planalto sobre o período. Os governos de José Sarney (1985-90), Fernando Collor (1990-2) e Itamar Franco (1992-5) nem sequer abordaram o tópico. No de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), leis e comissões criadas para conceder indenizações a perseguidos, mortos e desaparecidos políticos nunca estabeleceram a possibilidade de estender sua atenção para os indígenas. Em 2007, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-11), a publicação Direito à memória e à verdade, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, não trouxe uma única referência às violações de direitos dos índios em suas 502

páginas. (VALENTE, 2017, p. 7).

Oscar finaliza sua participação afirmando que os povos indígenas são um patrimônio da nação e que não representam um obstáculo ao “progresso”, mas são participantes ativos desse processo. O posicionamento do então presidente da fundação reflete uma tentativa de legitimar a política de colonização em curso, ao construir um discurso conciliador que mascara a realidade do período: a violência sistemática contra os povos originários, incluindo massacres, deslocamentos forçados e a apropriação — muitas vezes violenta — de terras, inclusive daquelas já oficialmente demarcadas.

Em seguida as narrativas seguem. O próximo a opinar é o professor da Universidade de São Paulo, Paulo Nogueira Neto. Ele adota um posicionamento aparentemente de defesa dos povos originários. Segundo o professor, “só existe um meio para evitar o extermínio dos índios e da sua cultura: é a multiplicação dos parques indígenas” (REALIDADE, 1971, p. 15). Embora reconheça que os povos indígenas não devam ser privados dos avanços da chamada civilização, enfatiza que esse acesso deve ocorrer “sem perder a sua própria identidade, sem se desfazerem de suas línguas e, até mesmo, de seus costumes”.

Nogueira Neto denuncia ainda a violência histórica que marca a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas: “não se deve massacrá-los culturalmente [...] há quatrocentos anos os índios vêm sendo massacrados, no confronto com o homem branco”. Ao criticar as ideias assimilacionistas, conclui: “chegam ao absurdo de dizer que não devemos ter aqui núcleos raciais diferentes, como se os índios não fossem os brasileiros mais autênticos” (REALIDADE, 1971, p. 15). Sua fala representa uma exceção entre as vozes oficiais da época. Porém, mesmo com este discurso, reforço: é de novo um homem, branco, com certa condição social e financeira que se acha no direito de dizer como os povos originários devem ser tratados. Até o momento, a revista não deu espaço para os povos floresta se manifestarem sobre um assunto que compete a eles mesmos. Há ausência de representação, um silenciamento discursivo.

Yoshiaki Nishimukai, professor e economista é o próximo convidado. Ele defende a industrialização da Amazônia. Quando questionado a respeito da poluição ele diz que é um problema variável e que onde há bastante vegetação e rios volumosos isso não se transformaria em uma situação grave como em São Paulo.

Nishimukai fala a respeito do “progresso”, segundo ele, é algo inevitável, principalmente com o avanço da tecnologia. O professor ainda brinca no final

Além disso, quem sabe se, na Amazônia, não será encontrada uma vida vegetal com resistência e capacidade de absorção tais que possa ser transferida para locais altamente contaminados, a fim de purificar o ar – e salvar a todos nós? (REALIDADE, 1971, p. 16)

A fala dele só reforça o quanto há descolamento do que realmente estava acontecendo na região. Mesmo com esse ar de salvação, a Amazônia ainda é colocada como um local que necessita ser ocupado, explorado e aproveitado. Neste caso, vigiada. O discurso dele abre brechas para a exploração e uso dos recursos naturais como se fossem inesgotáveis. Justifica a violação afirmando que a instalação de indústrias na região não seria tão prejudicial, já que a vegetação evitaria a poluição. Nishimukai desconsidera tudo o que significa e compõe a região amazônica.

A seção de opinião segue com a entrevista de Armando Dias Mendes, vice-reitor da Universidade Federal do Pará. Ele fala que mesmo com o aumento da população da Amazônia “o local ainda parecia despovoado e que o grande território destinado a poucas pessoas, poderia colocar a região sob ameaça de outros países, numa briga por territórios”. O vice-reitor defende a “ocupação gradativa do local e a construção de rodovias e outras obras federais”.

Está claro para todo mundo que a Amazônia não conseguirá se desenvolver apenas com os próprios recursos. E que a simples ideia de povoá-la com imigrantes nordestinos é utópica. O plano que pode mostrar alguma possibilidade de êxito deve orientar-se em função de quatro objetivos: 1) programa de pesquisa capaz de revelar o que a região possui; 2) ocupação gradativa dos espaços vazios a partir de alguns pontos que poderiam reunir a maior parte dos atuais habitantes da Amazônia; 3) desenvolvimento propriamente dito em torno de áreas que já possuem alguns pré-requisitos – Belém, Manaus, Santarém, Macapá; e 4) integração intra e inter-regional através de grandes obras federais, como as rodovias: Transamazônica; Belém – Brasília; Cuiabá – Santarém. (REALIDADE, 1971, p. 16)

O discurso de Armando Dias Mendes, vice-reitor da Universidade Federal do Pará, reforça a retórica desenvolvimentista dominante no período, ao associar o suposto “vazio demográfico” da Amazônia a uma ameaça geopolítica externa. Dessa forma, a fala de Mendes não apenas naturaliza o discurso da ocupação como estratégia de defesa territorial, mas também contribui para a legitimação de políticas

que resultaram em impactos profundos sobre o meio ambiente e os modos de vida das populações locais. Sua visão representa um exemplo claro de como a universidade — ou ao menos parte de seus representantes — esteve alinhada, naquele momento histórico, com os interesses do regime militar.

A opinião de Mendes é semelhante à de Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e da Cultura. Ele afirma: "Vamos ocupar a Amazônia, não podemos perder mais tempo". Ambos defendem a necessidade urgente de ocupação da região e também defendem a construção de estradas e da exploração dos recursos naturais. Passarinho ainda argumenta pela ocupação da Amazônia com imigração nacional e internacional, evitando ameaças de outros países pelo domínio da terra, já que o local poderia ser a solução para alimentar o mundo em caso de escassez. A floresta é reduzida a uma reserva de recursos naturais, e a ocupação se apresenta como destino inevitável diante das promessas de "progresso". Mais uma vez, silencia-se a existência e a resistência dos povos originários, das comunidades tradicionais e dos ecossistemas complexos que ali já existiam.

Na sequência, Gabriel Jean Passajou, técnico em cooperativismo compartilha a sua opinião. O francês defende a imigração estrangeira como solução para garantir a ocupação efetiva da região. O seu argumento mostra uma questão colonialista: ao mesmo tempo em que promove a presença de estrangeiros, manifesta desconfiança em relação a quais grupos migrariam — especialmente os asiáticos —, por temer que eles "poderiam pensar em reivindicar a soberania sobre a área que ocupam" (REALIDADE, 1971, p. 20). Essa preocupação disfarçada, recorrente em outras falas analisadas, reforça o discurso de que a colonização ou a colonialidade precisam ser ocidentais. Não é à toa que o espaço para falar de um território latino americano foi dado a um europeu.

A perspectiva de Passajou também se expressa na forma como descreve os habitantes do interior da Amazônia: "a população do interior da Amazônia vive sem incentivos, apática. É um tipo de gente que se pode tornar escrava inconsciente dos estrangeiros". (REALIDADE, 1971, p. 20). Essa caracterização reforça o olhar colonial, que desqualifica os saberes, modos de vida e formas de organização das populações locais. Uma lógica que sustenta a necessidade de intervenção estatal ou internacional para "salvá-la" do atraso. Colocando, mais uma vez, o modelo europeu, ocidental, como superior.

Há então 8 anos na Amazônia, o italiano, Giocondo Maria Grotti, bispo do Acre

reforça a visão colonialista do ocidente. Enquanto membro da igreja católica, responsável pela colonização do país, Grotti sugere supostas “melhorias” para a Amazônia. Entre elas algumas chamam a atenção, como a igual validade entre carteira de identidade e certidão de batismo. Uma forma de identificar a população, já que naquela época, “há zonas na Amazônia onde mais de 25% da população não possui certidão de nascimento” (REALIDADE, 1971, p.20). Outra proposta é a extinção do serviço militar para estudantes de medicina e a obrigatoriedade de depois de formado prestar, por pelo menos um ano, serviço de medicina gratuitamente em regiões amazônicas que não há atendimento médico. Mais uma vez, a revista traz a opinião de um branco, europeu, colonialista, que tenta esconder a verdadeira intenção de ocupação do espaço. Tanto que o último “projeto” citado pelo então bispo é “efetivar a defesa das áreas mais isoladas da Amazônia confiando às Forças Armadas missões civis como a criação de colônias agrícolas e cooperativas”. (REALIDADE, 1971, p.20). Bom... acho que não preciso dizer mais nada.

O próximo entrevistado é Francisco Meirelles, delegado da Funai de Rondônia e um sertanista ligado à política indigenista brasileira, ou seja, alguém que deveria “agir” em prol dos povos indígenas e da sua proteção. Pelo menos, seria isso na prática. Importante frisar, antes de fato fazer uma leitura do que foi dito por ele na revista, que existe uma distinção quando se fala em políticas públicas para os povos originários. Há a política indígena: aquela protagonizada pelos próprios indígenas e a política indigenista: onde há a atuação de não indígenas por meio de organizações não-governamentais, as ongs, e organizações religiosas, como a igreja católica e evangélica.¹⁰

A participação de Meirelles é curta, com apenas três perguntas. Objetivo o delegado afirma, “Confinado em parques, ou integrado à sociedade, o índio só tem um destino: a marginalização” (REALIDADE, 1971, p.24). Importante dizer que o então delegado, como diz na própria revista, foi o responsável por ter pacificado povos indígenas na região amazônica, como os Xavantes e Cintas-Largas. Questionado pelo jornalista, Meirelles ainda afirma: “Ou o índio se integra rapidamente ou será exterminado” (REALIDADE, 1971, p. 24). Ele ainda diz “Se o governo não tem condições para resolver o problema social dos grandes centros urbanos como é que ele vai resolver o problema do índio na mata?” (REALIDADE, 1971, p. 24). Meirelles

¹⁰ https://pib.socioambiental.org/pt/O_que_%C3%A9_pol%C3%ADtica_indigenista

aparenta despreocupado com os questionamentos e com os povos originários. O então delegado, ocupava uma função relevante, principalmente pelo cargo na Fundação Nacional dos Povos Indígenas, mas é apático a quem ele deveria, enquanto servidor público, defender. Pelo contrário, ele pacifica, “lava as mãos”. Isso só reflete o histórico dele, enquanto participante de expedições colonialistas. Mais um homem branco, que se achava no direito de dizer o que os povos indígenas deveriam ser e fazer.

Djalma Batista, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia é o próximo a expressar a opinião. Em uma participação curta e sem foto, Batista fala da “dificuldade de alimentação na Amazônia”, reforçando os estereótipos da região: “Se o homem não é um morto de fome, é pelo menos um subnutrido”. Batista mostra a negligência institucional, mas também a ignorância quanto às necessidades reais da região, o que inclui ele mesmo. Djalma Batista reforça a indiferença aos povos originários e o desprezo pela vida na região ao potencializar discursos de “progresso” e ocupação de uma área já habitada. Ao mencionar a desnutrição, o discurso mostra uma leitura simplificada e generalista, que associa a Amazônia à carência e à precariedade. A narrativa dele fortalece a ideia de vazio produtivo e de ocupação forçada.

Em breve entrevista, com apenas uma pergunta, Gustavo Moraes Rêgo Reis, ex-comandante da Fronteira do Solimões, cita a função do exército na fronteira e critica a falta de recursos. Ele ainda zomba “ingenuidade: mandam estudantes de belas-artes para salvar a Amazônia e o Brasil [...] no máximo vão aprender muito da realidade” (REALIDADE, 1971, p. 26). A fala de Rêgo Reis indica um discurso onde a força, a autoridade e o controle são valorizados, enquanto o conhecimento sensível, artístico ou humanista é ridicularizado. Isso ajuda a compreender como o regime militar cultivava um imaginário de fronteira que exigia vigilância, ocupação e disciplina, já que existia um medo da região ser ocupada por estrangeiros.

A seção de opinião com entrevista se encerra com Carlos Aloysio Weber, ex-comandante do 5º Batalhão de Engenharia e Construção. Em um relato curto, o militar pontua “Quando se quer fazer alguma coisa na Amazônia, não se deve pedir licença: faz-se [...] Se tudo o que fizemos não tivesse dado certo, eu estaria na cadeia, velho.” (REALIDADE, 1971, p. 26) Ele ainda cita que 800 quilômetros de estradas só foram feitos por meio da invasão e agressividade, sem pedir licença.

Como você pensa que nós fizemos 800 quilômetros de estrada? Pedindo licença, tchê? Usamos a mesma tática dos portugueses, que não pediam licença aos espanhóis para cruzar a linha de Tordesilhas. Se tudo o que fizemos não tivesse dado certo, eu estaria na cadeia, velho (REALIDADE, 1971, p.26).

A fala do militar reforça a concepção da Amazônia como território a ser dominado, não negociado. Naturaliza a violência como elemento necessário da expansão territorial, com o objetivo de conquistar, colonizar a região e os povos que ali estão. Transmite ainda a convicção de que os fins (a ideia do “progresso”) justificam os meios, mesmo que esses meios envolvam desrespeito às comunidades locais, destruição ambiental e apagamento de populações tradicionais.

As páginas reservadas para entrevistas de opinião reforçam a discussão tratada neste trabalho, o da ocupação, colonização sem escrúpulos e misericórdia da região amazônica. Entre os convidados não há nenhuma mulher, nenhum indígena, ou seja, se a proposta da *Realidade* era fazer um jornalismo diferente, que rompesse com tabus, não se deslocou em termos de fontes e, conseqüentemente, de conteúdo. Justamente porque as pessoas que foram escolhidas para compor essa seção são: homens, brancos, a maioria militares ou servidores do estado. As falas reforçam ainda o sentimento de impunidade da época e que a floresta é um local para ser explorado independentemente de qualquer responsabilidade. Predomina a ideia de um espaço vazio, subutilizado e, portanto, disponível para ser ocupado, explorado e integrado ao projeto nacional de modernização.

Dos 16 participantes, apenas seis não incentivam diretamente a exploração da Amazônia, eles criticam a atuação do governo e citam o extermínio dos povos originários. Porém, como é possível perceber, a maioria vai contra este pensamento e encoraja o abuso do território, a abertura de rodovias, o genocídio em prol do “progresso”. Os entrevistados reforçam a urgência da ocupação territorial, seja por meio de grandes obras de infraestrutura, como as rodovias, seja pela mão de obra nacional ou internacional. Argumentos como a ameaça estrangeira, a soberania nacional, o potencial produtivo da floresta e a promessa de “progresso” são mobilizados para legitimar uma intervenção intensa e violenta na região. Nesse contexto, os povos originários aparecem como obstáculos a serem integrados à força ou eliminados.

Em conjunto, essas entrevistas revelam não apenas um discurso dominante sobre a Amazônia, mas também os mecanismos que sustentaram as políticas de

ocupação no período da ditadura empresarial-militar. A floresta é transformada em recurso, os povos originários, em entrave e o desenvolvimento, em justificativa para a exclusão. Ao reunir essas vozes, a Revista *Realidade* acaba por espelhar — e, em certa medida, legitimar — um projeto nacional que impôs à Amazônia a um processo profundo de exploração, silenciamento e apagamento.

Enquanto escrevo, penso nas vozes silenciadas, nos corpos expulsos, nas culturas rasgadas por discursos como esse. Entre as páginas desta seção não ouço a floresta falar, apenas os ruídos das vozes que falam por ela. Minha indignação é também mapa: marca o lugar de onde falo, mas aponta para o que precisa mudar. A Amazônia, tantas vezes descrita como vazio, nunca esteve vazia. O vazio foi produzido pelo olhar que não vê, pela palavra que reduz, pela pressa em ocupar o que já era mundo para tantos outros. Recusar esse tipo de pensamento não é apenas um gesto político, é um ato de respeito à terra, à história e às vidas que resistem apesar de tudo. Se este trabalho tem um sentido, talvez seja o de abrir frestas.

3.2 RETRATOS DA FLORESTA: REPORTAGENS SOBRE A AMAZÔNIA

Pela paginação realizada por mim e presente no apêndice deste trabalho, a edição especial sobre a Amazônia da revista *Realidade* publica 11 reportagens com média de 10 páginas cada. Dentre as produções há também dois ensaios fotográficos e um documentário fotográfico. A ideia desta seção é trazer justamente o conteúdo dessas reportagens produzidas e veiculadas no periódico, com o olhar para as falas, estereótipos e violências.

Figura 10 – A nossa vida nos Trópicos



Fonte: Hemeroteca Digital

A primeira reportagem aparece na página 51 da revista. Intitulada "A nossa vida nos Trópicos" e traz a imagem de uma mulher na água, em um "banho" nos igarapés da região (Figura 10). Apesar do abre, a matéria traz um homem de 40 anos, norte-americano como personagem. Em uma das falas, ele comenta: "Sabe, você precisa fazer um grande favor ao Brasil. Diga que este lugar aqui é bom para se viver. Eu acho que nós, estrangeiros, sabemos disso mais que os brasileiros de outras regiões, que imaginam a Amazônia como um inferno". (REALIDADE, 1971, p.52). A fala dele oferece um olhar segmentado, mas curioso sobre a percepção estrangeira da Amazônia naquele período. Expressa uma opinião própria que contrasta com o imaginário comum entre brasileiros de outras regiões, mas reforça o medo do governo militar de ter a região dominada por estrangeiros. A fala do estadunidense revela dois aspectos importantes:

A valorização estrangeira da Amazônia como espaço de oportunidade, em oposição ao estereótipo negativo nacional, que via a região como inóspita, perigosa

ou atrasada. E uma crítica implícita à visão estereotipada do brasileiro médio, que desconhecia a realidade local e perpetuava a ideia da Amazônia como um "inferno verde", reforçada por décadas. Apesar disso, ao mesmo tempo, a fala dele não anula a visão com teor de interesse pelas riquezas da região e a sua exploração.

A matéria segue e o jornalista retrata a ideia de “progresso” que avançava pela região. Enquanto a floresta é tratada como selva, como algo mítico, a cidade, por sua vez, já era tomada pela necessidade de avançar. Esse segundo trecho reforça a tensão central do discurso sobre a Amazônia nos anos 1970: o conflito entre natureza e “progresso”, entre a “selva mítica” e a cidade moderna em expansão. Ao dizer que a floresta é tratada como “selva”, o texto já carrega uma carga simbólica: a palavra “selva” evoca o desconhecido, o indomável, quase um espaço mítico, distante da racionalidade urbana. Já a cidade surge como o polo do “progresso”, onde a presença humana avança com infraestrutura, tecnologia e modernidade, muitas vezes em descompasso com a realidade ecológica e sociocultural local.

Mas o autor questiona “Que homem e que cultura saberão realizar o progresso em harmonia com a natureza?” (REALIDADE, 1971, p. 57). O trecho mostra uma consciência do jornalista, já antecipando o que iria acontecer na região anos mais tarde. Está implícita aí uma possível crítica ao modelo desenvolvimentista da ditadura empresarial-militar, que via a Amazônia como um vazio a ser preenchido, e não como um território já habitado, complexo e com modos próprios de vida.

Seguindo nossa viagem pelas páginas de *Realidade*, o jornalista afirma que quem vive nas grandes cidades se contenta com as migalhas do mundo capitalista, ao comprar objetos ou ao ligar o botão da TV. Porém, como ele relata, a Amazônia é um espetáculo a parte e quem não conhece essa verdade não entende o privilégio de estar na região. “O visitante descuidado confundirá a introspecção do homem amazônico com tédio, assim como achará monótona a floresta mais viva e colorida do seu planeta”. (REALIDADE, 1971, p. 60).

A matéria continua e traz à tona uma situação frequente na época, a exploração de minérios, como o ouro e a crescente presença de garimpos ilegais na região. De forma desenfreada, vários foram abertos e milhares de trabalhadores desembarcaram para explorar a região. “Em 1963, havia 5 000 homens garimpando o ouro no Tapajós. O metal foi pouco para tanta cobiça”. (REALIDADE, 1971, p. 61). O caso de Santarém, retratado no texto, evidencia a explosão da cobiça desencadeada pela descoberta de ouro no Tapajós, trazendo à tona o avanço dos garimpos e suas consequências

sociais e ambientais. Paralelamente, o autor menciona a presença histórica da nação indígena dos Tapajó, uma das mais notáveis da Amazônia, cuja destruição simboliza o apagamento sistemático das culturas originárias diante da expansão econômica. A reportagem reforça a exploração e o extermínio os povos originários.

Os Marajoaras já tinham desaparecido quando os brancos chegaram. Mas os Tapajós não escaparam ao cruel contato com os civilizados e a cultura amazônica perdeu mais um de seus elementos [...] No fim do século XVII, dos orgulhosos Tapajós, sobraram apenas restos para arqueólogos. E o rio a que deram seu nome. (REALIDADE, 1971, p. 62).

A fala é potente, demonstra o desrespeito aos povos originários e revela um cenário de impunidade. Este será um dos poucos momentos, como veremos adiante, em que os indígenas serão retratados na revista. Seguimos analisando as outras reportagens.

“Você já imaginou o Brasil sem a Amazônia?”, eu confesso que nunca imaginei até porque não vejo o país sem a maior floresta do mundo, com tanta biodiversidade. Mas este questionamento foi a manchete de uma matéria da edição de *Realidade* (Figura 11). Na página há a afirmação de que o Brasil sem a Amazônia se tornaria um país com contornos territoriais diferentes e teria uma grande perda dos recursos naturais. Acredito que ambas opiniões são coerentes e fazem sentido, contudo, quando se analisa a partir da questão econômica, há uma mudança de pensamento. “Mas, em termos econômicos, o que representaria a perda da Amazônia para o Brasil? Analisando os índices econômicos atuais da região, chega-se a uma resposta estranha: seria uma perda insignificante. A Amazônia contribui com menos de 4% para a formação da renda total brasileira” (REALIDADE, 1971, p. 67).

Figura 11 – Já imaginou o Brasil sem a Amazônia?



Fonte: Hemeroteca Digital

Embora a matéria da época tenha apontado que, do ponto de vista econômico, a perda da Amazônia seria “insignificante”, para mim essa visão revela uma compreensão limitada e reducionista do verdadeiro valor da floresta. A Amazônia ultrapassa o aspecto econômico imediato e representa uma riqueza ambiental, cultural e estratégica inestimável para o Brasil e para o mundo. Do ponto de vista social, histórico, antropológico, energético, intelectual e geopolítico, a Amazônia é também um território habitado por centenas de comunidades tradicionais e povos indígenas, guardiões de saberes ancestrais e formas sustentáveis de viver. Sua preservação está intrinsecamente ligada à garantia de direitos humanos, culturais e territoriais.

Na sequência é a vez de uma grande reportagem, com 69 páginas, dividida em capítulos intitulados Amazônia de ontem, de hoje, de amanhã e a fronteira. Como cada capítulo aborda um tema, considere cada um deles como uma reportagem isolada,

por isso a contagem no início deste capítulo demonstra 11 textos do gênero. O objetivo, segundo a apresentação, é mostrar “os tipos humanos e as condições de vida na Amazônia” e ainda acrescenta: “Este primeiro capítulo conta o passado através da vida de cinco heróis, que os escolares brasileiros praticamente desconhecem, mas de feitos tão épicos quanto os de Cabral e Tiradentes”. (REALIDADE, 1971, p. 70). É o que iremos descobrir juntos.

As primeiras páginas trazem uma história - digo uma pois há várias histórias possíveis e não uma definitiva – que mescla mitologia, com a lenda das Amazonas (mulheres guerreiras da mitologia grega), com a história da colonização européia, no nosso caso dos portugueses. De acordo com o escritor, a exploração portuguesa na Amazônia inicia a partir de Belém: “É uma história sangrenta”. Um nome que se destaca é Pedro Teixeira, que como veremos, foi um grande assassino das comunidades indígenas, principalmente da região Amazônica.

No fim da expedição, com 69 anos, Pedro Teixeira recebeu do governador do Pará uma oferta que na época significava verdadeira fortuna: trezentos casais de índios cativos, mais as terras de suas aldeias. O truculento português passara grande parte da vida matando índios. Matava os que se aliavam aos estrangeiros, os que resistiam à ocupação de suas terras, ou simplesmente à própria escravidão. Quantos índios matou ou mandou matar, não tinha mais conta. Em trinta anos, na região e na época de suas atividades, estima-se (conforme referências do padre Antônio Vieira) que tenham sido mortos 2 milhões de índios. (REALIDADE, 1971, p. 75).

Como revela o relato histórico, Teixeira assassinava não apenas aqueles que resistiam à escravização ou à perda de suas terras, mas também aqueles que simplesmente não se alinhavam aos interesses coloniais. Ao final de sua expedição, recebeu como recompensa casais de indígenas e suas terras, um reflexo da desumanização dos povos originários, tratados como propriedade e moeda de troca pelo sistema colonial.

Além disso, a estimativa de 2 milhões de indígenas mortos em trinta anos, mencionada pelo padre Antônio Vieira e registrada na mesma matéria, revela o caráter sistemático do extermínio. A violência não foi pontual, nem resultado de conflitos isolados: foi uma política de ocupação amparada por Estado, Igreja e interesses econômicos. A Amazônia, portanto, foi palco de um verdadeiro massacre histórico, cujas consequências ecoam até hoje na luta dos povos indígenas por território, dignidade e reconhecimento de seus direitos.

Dessa forma, repensar figuras históricas como Pedro Teixeira sob uma perspectiva crítica é essencial para descolonizar a narrativa oficial e reconhecer a dívida histórica com os povos originários. A Amazônia não foi “descoberta” ou “desbravada”, mas invadida, saqueada e marcada por um processo brutal de apagamento cultural e humano. Ao se limitar a descrever os atos de violência, o texto reforça a imagem da Amazônia como um espaço passivo, exótico e brutal, destinado à exploração por figuras históricas “fortes”, mesmo que cruéis. Dessa forma, a narrativa, em vez de transformar os estereótipos, os reafirma sutilmente, apresentando a violência como parte do “destino histórico” da região, sem dar voz aos povos indígenas.

As páginas seguintes da reportagem seguem apresentando o que é construído como a “história oficial” da Amazônia, agora com ênfase na exploração econômica e ambiental da região, especialmente por meio do ciclo da borracha. Nesse contexto, são destacadas as atividades das seringueiras e a crescente valorização da borracha no mercado internacional, consolidando uma narrativa em que a floresta aparece novamente como recurso a ser apropriado, sem problematizar as consequências sociais e ambientais desse modelo extrativista.

A floresta é novamente representada como fonte inesgotável de riqueza, enquanto as relações de trabalho e os impactos sociais e ambientais dessa atividade são tratados de forma superficial ou secundária. As condições de vida precárias, a violência sistemática contra os trabalhadores, muitos deles indígenas ou migrantes nordestinos, e a destruição progressiva do ecossistema são negligenciadas em favor de uma narrativa de “progresso”. “Governos burros acham que a economia não pode parar. Mas a economia é uma atividade que os humanos inventaram e que depende de nós. Se os humanos estão em risco, qualquer atividade humana deixa de ter importância”. (KRENAK, 2020, p.7).

O próximo capítulo da grande reportagem leva a “Amazônia, hoje”. De acordo com a apresentação, este trecho é uma viagem as áreas rurais da região amazônica e que ainda “não foram atingidas pelas estradas [...] Terra de gente sofrida, de castanheiros, seringueiros, caçadores de pele de animais, garimpeiros e ouro, diamante e estanho [...] E talvez o maior deserto humano do mundo [...]” (REALIDADE, 1971, p.87)

De forma resumida, este capítulo da reportagem busca mostrar o cotidiano das comunidades ribeirinhas e as dificuldades enfrentadas por quem vive do extrativismo

– atividade que já estava em decadência e com pouca produtividade na época, segundo o jornalista.

Cento e cinquenta mil das 300 000 famílias que vivem no extrativismo dependem da seringueira e, em menor escala, da castanheira, árvores que já fizeram a glória e a fortuna da Amazônia e agora são participantes semi-exaustos da dramática decadência do sistema extrativista. (REALIDADE, 1971, p. 95).

O retrato que se constrói, portanto, é o de uma Amazônia marcada por promessas não cumpridas, onde os recursos naturais foram consumidos sem que se construísse uma alternativa sustentável para os trabalhadores que sustentaram a economia. As árvores são descritas como "semi-exaustas" assim como os homens e mulheres que nelas depositavam sua sobrevivência.

As páginas seguem, agora com a presença de dois repórteres que acompanham um grupo de caçadores. O grande "trofeu" deles? A onça pintada. A reportagem documenta: se eles conseguiram matar o animal com um tiro na cabeça a pele vale tanto, mas se não, vale metade. Os caçadores ainda dividem o "prêmio" entre eles, mas precisam repassar parte do valor ao patrão, já que foi ele quem forneceu o armamento e as munições. É uma caçada sem fim, um ciclo de matar uma espécie rara e receber pouco por isso. (REALIDADE, 1971, p.96).

O relato da caçada à onça pintada, acompanhada de perto pelos repórteres, expõe de forma direta e quase brutal a dinâmica predatória que atravessa a vida na Amazônia: a morte de um animal raro como forma de sobrevivência imediata. A pele da onça, convertida em mercadoria, tem seu valor definido não pela raridade da espécie, mas pela precisão do disparo que a matou, uma lógica que reduz o animal à condição de objeto e reforça a desumanização dos próprios caçadores, que atuam em um sistema de dependência e subordinação ao "patrão".

A divisão do "prêmio" evidencia as estruturas de desigualdade presentes no interior da floresta, em que os trabalhadores, mesmo arriscando a vida, retêm apenas parte do lucro. Essa cadeia de exploração revela um ciclo de violência econômica e ambiental, sustentado por relações assimétricas de poder.

A quase 2 mil quilômetros de distância dos caçadores de onça, está outro repórter acompanhando a rotina dos seringueiros no Acre. O trabalho deles também não é fácil, são horas a fio na floresta. A matéria retrata a precarização do ofício para as pessoas mais 'simples' na região amazônica.

Élcio sai de casa às 4 horas da manhã, a 2 quilômetros da primeira estrada, com um pouco de farinha para o almoço. Geralmente volta às cinco, com 15 quilos de leite das árvores, depois de 32 quilômetros de caminhada e corte. Teresa, à 1 hora da tarde, já pegou outros 15 quilos que Élcio deixou na saída de uma das estradas. Faz a caminhada de 4 a 6 quilômetros, ida e volta, com Marinete, sua filha de um ano e meio no colo. (REALIDADE, 1971, p. 96).

Esse recorte da matéria serve como denúncia da precarização estrutural imposta aos trabalhadores da floresta, que vivem distantes das decisões que afetam as suas vidas. A reportagem dá nome, rosto e trajetória aos que costumam ser reduzidos. Mostra como o extrativismo, que um dia simbolizou o auge da economia amazônica, tornou-se um símbolo de resistência e abandono, perpetuando desigualdades sociais profundas. Isso fica ainda mais evidente com a continuação da leitura.

O mesmo repórter, Hamilton Almeida agora acompanha a vida de outro seringueiro, apesar de estar a quilômetros de distância, uma coisa se repete: a precarização: “No dia em que Élcio feriu o pé, não tinha nem álcool para desinfetar a ferida. Quando Graça, a filha mais velha do Zeca, de dez anos, caiu doente com febre, também não houve o que fazer”. (REALIDADE, 1971, p. 97). Enquanto as pessoas mais humildes e simples lutavam para viver, o governo ditatorial investia na ideia do “progresso”, da ocupação.

O mesmo capítulo que acompanha a vida de Élcio e Teresa também registra novas formas de exploração: caçadas ao peixe-boi e ao jacaré, espécies valiosas e vulneráveis, caçadas não apenas por subsistência, mas como parte de um sistema comercial que ignora os limites ecológicos e perpetua ciclos de devastação. Essas práticas, embora inseridas no cotidiano local, revelam a falta de alternativas sustentáveis e a ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano da região. A Amazônia é apresentada não como uma “fronteira de oportunidades”, mas como um território de tensões, onde o “progresso” anunciado pelo governo não chega às margens dos rios, nem altera a dura realidade das populações ribeirinhas. O que há é um projeto de ocupação que ignora os habitantes originais da floresta, tratando-a como espaço vazio, pronto para ser explorado, ou seja, uma visão colonial.

A reportagem ainda evidencia um movimento cruel e exploratório. Depois da

queda da atividade extrativista, centenas de pessoas que trabalhavam como seringueiros, garimpeiros, caçadores (que já viviam em uma situação precária) perderam o emprego. “Mais de 5000 garimpeiros foram retirados do trabalho e levados para a margem da BR-364, de onde tiveram que seguir em busca de nova profissão”. (REALIDADE, 1971, p. 104). Isso mostra como as pessoas eram (e ainda são) descartáveis. A partir do momento que você não serve mais, não é mais útil economicamente, tchau. A matéria narra um deslocamento forçado, não houve nenhuma preocupação com essas famílias, vidas humanas são colocadas como peças substituíveis. O que me tocou aqui enquanto jornalista foi justamente a forma como a informação foi dada, vejo que neste trecho o autor do texto quis evidenciar essa situação de forma que não fosse percebida pelo sensor ditatorial, ou seja, não fosse pega na vigilância da censura. É uma denúncia silenciosa que mostra a verdade sem críticas e opiniões explícitas.

O capítulo “A fronteira da aventura” carrega histórias da viagem ao longo da fronteira amazônica. Na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, a Revista *Realidade* revela mais um capítulo do processo de devastação silenciosa da Amazônia: a caça e o tráfico de animais vivos, prática comum naquela região, especialmente entre Belém (Brasil) e Letícia (Colômbia). O personagem central desse cenário é Mike, um estrangeiro com hotéis e zoológicos espalhados pelo mundo, que se aproveita da fragilidade institucional na região para lucrar com a fauna amazônica. Instalado estrategicamente em território colombiano, onde a legislação ambiental era mais branda que a brasileira, Mike operava com liberdade quase total, exportando animais raros e lucrando com um tipo de turismo que fetichiza a floresta e seus povos. E não era só isso, em troca de remédios, Mike fazia os povos originários se vestirem com roupas dadas por ele mesmo e a fazer encenações para os turistas. Essa prática revela uma lógica colonial direta. A Amazônia é novamente tratada como mercadoria e os povos originários como atração, espetáculo. A floresta, junto com os seus povos, se transforma em produto.

É a vez de falar então da “Amazônia, amanhã”, anunciada como uma “nova Amazônia”, com a presença de empresas, indústrias e as mudanças de funções dos trabalhadores, como os nordestinos que antes cortavam as seringueiras e agora cortam árvores para abrir estradas. Para mim, este é o capítulo que revela de forma explícita o projeto macroestrutural que se impunha sobre o território: a visão dos governantes da ditadura empresarial-militar, cuja ideia de futuro para a região se

articulava com interesses geopolíticos, desenvolvimentistas, empresariais e colonizadores.

A reportagem começa enfatizando a caça “aos tesouros do subsolo amazônico”, a corrida para extrair os minérios da região e as ferramentas usadas para este fim, como a fotografia feita por câmeras com filtro infravermelho instaladas em aviões. Tudo isso, para determinar qual região seria a mais rentável para a exploração. (Figura 12).

Figura 12 - Os “tesouros” da Amazônia



Fonte: Hemeroteca Digital

Enquanto em uma região, a maior preocupação são os minérios, em outra as fazendas e o gado vão ganhando popularidade, em proporções gigantescas: “[...] mais de cem vezes maior que as maiores do sul, 678 000 hectares, equivalente a uma faixa de terra de 2 quilômetros de largura indo do Rio a São Paulo, cinco vezes o tamanho do Estado da Guanabara”. (REALIDADE, 1971, p. 122). Propriedades estas que eram financiadas por grandes empresários da época. O diretor de um desses grupos, Guilherme Cardoso, afirmou: “A região amazônica está fadada a ser o grande exportador de carne do mundo”. (REALIDADE, 1971, p. 123).

O que vemos aqui é uma concepção de futuro subordinada à exploração intensiva de recursos naturais e à expansão do agronegócio, em conjunto com interesses geopolíticos e empresariais. A transição do trabalho seringueiro para a abertura de estradas, a corrida mineral viabilizada por tecnologias e o financiamento de fazendas em proporções colossais revelam como a Amazônia foi reduzida a um espaço estratégico de extração e produção em larga escala.

A reportagem segue e aborda a construção da Transamazônica. De acordo com a matéria foi Friedrich Hoepke, um alemão, que deu a ideia de construir uma estrada que unisse os "extremos navegáveis dos grandes afluentes da margem direita do Amazonas". Um mês depois da morte dele, o governo brasileiro anunciou a construção da estrada. "A extensa rodovia une - como Friedrich propôs - os trechos navegáveis de grande afluentes do Amazonas. Une ainda o nordeste seco e superpovoado à Amazônia úmida e desabitada. É, por isso, uma espécie de convite para a colonização da selva". (REALIDADE, 1971, p. 125). O que reforça o caráter colonizador e integracionista da obra. Ao usar termos como "desabitada" e "colonização da selva" o jornalista exclui e torna invisíveis os povos originários que lá já existiam.

Ao invisibilizar essas populações, a narrativa jornalística legitima o avanço de políticas estatais que abriram caminho para a expulsão, a perseguição e a matança sistemática dos povos indígenas, tratados como obstáculos ao "progresso". A Transamazônica não foi apenas uma estrada, mas também um meio de destruir culturas. Sua construção manchou de sangue o território amazônico. Ao colocar a região a serviço dos interesses econômicos e políticos da ditadura empresarial-militar, a rodovia desfez modos de vida que existiam ali há séculos e ameaçou a sobrevivência dos povos originários. Esse processo se aproxima do que se chama de etnocídio: quando uma cultura é apagada e suas formas de existência são eliminadas, principalmente de forma cultural, levando à perda da identidade.

A extração da bauxita e do manganês, por exemplo, é apresentada como parte de uma "corrida" pelo aproveitamento dos recursos naturais, descrita de forma positiva e associada a dados grandiosos, como bilhões de toneladas estimadas, altos faturamentos e investimentos que somam milhões de cruzeiros.

A entrevista conduzida por José Martinez com o presidente do projeto Radam (Radar da Amazônia), José Maciel de Moura, reforça esse enquadramento ao destacar a inovação tecnológica do mapeamento das jazidas minerais, especialmente

em um contexto em que as reservas minerais mundiais seriam, segundo o discurso da época, rapidamente esgotadas. Expressões como “corrida em busca dos tesouros do subsolo amazônico” mobilizam um imaginário de conquista e riqueza, transformando o território amazônico em promessa de solução econômica para o país. (REALIDADE, 1971, p.129).

Essa mesma lógica se estende à expansão da pecuária e do agronegócio. Personagens como Plínio Benfica, apresentado como alguém que enriqueceu a partir da exploração dos minérios da Amazônia, defendem a ocupação da região como estratégia para seu povoamento, enquanto o desmatamento da floresta para a criação de fazendas e pastagens aparece como consequência natural desse processo. Dados institucionais reforçam esse discurso, ao apontar que metade dos projetos que pleiteavam incentivos fiscais junto à Sudam destinava-se a atividades agropecuárias, com a aprovação média de cinco novas fazendas por mês. (REALIDADE, 1971, p. 133).

A atuação do Estado surge como elemento central na legitimação dessa narrativa. A Sudam é apresentada como responsável por “mudar o ritmo da Amazônia”, alterando sua paisagem por meio das fazendas de gado e incentivando descobertas minerais que poderiam, segundo o discurso jornalístico, contribuir para o pagamento das dívidas nacionais. A criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, e a instalação de indústrias reforçam a ideia de modernização e integração econômica da região. Enquanto leio, percebo como o progresso é escrito como promessa e a floresta, como saldo. Nesse ritmo, o que se chama desenvolvimento soa menos como futuro e mais como a repetição de um gesto antigo: o de ocupar, tomar e seguir adiante, como se ali nunca houvesse mundo antes.

Nesse mesmo sentido, a construção da Rodovia Transamazônica é descrita como um “acontecimento histórico”, capaz de estabelecer uma ligação entre o “mundo superdesenvolvido” e a floresta, enquanto projetos de colonização prometem casa, emprego e renda a famílias vindas de diferentes partes do país. A Amazônia é comparada a um território de grandeza inexplorada e, ao mesmo tempo, à precariedade de uma terra sem estradas e sem consumo, justificando, assim, a intervenção econômica e territorial.

Ao longo dessas narrativas, povos indígenas aparecem de forma periférica e estereotipada, como no relato do empresário José Ramos Rodrigues, que afirma “gostar dos índios” (REALIDADE, 1971, p. 132) e os descreve como receptivos,

reduzidos a personagens que buscam presentes ou convivem harmonicamente com a expansão das fazendas. Conflitos, assimetrias de poder e impactos sociais mais profundos são silenciados, reforçando uma representação da Amazônia como espaço disponível à exploração e à integração nacional.

A reportagem “Amazônia, problemas” introduz um deslocamento perceptível no tom adotado pela *Realidade* ao longo da edição. Se nas matérias anteriores a região aparece associada ao “progresso” econômico e à integração nacional, aqui a narrativa se abre para o questionamento dos efeitos desse processo. A Amazônia passa a ser apresentada não apenas como território de exploração, mas como espaço ameaçado, onde povos indígenas, fauna e floresta se encontram em risco.

O texto aborda o drama da colonização e a presença de estrangeiros, ao mesmo tempo em que recorre a gráficos e dados para sustentar uma reflexão ambiental mais ampla. Em “A vida que vem do verde” a revista atribui à Amazônia um papel central na manutenção da vida no planeta.

O homem foi destruindo os recursos naturais de seu mundo como se eles fossem inesgotáveis. De repente, água pura, florestas, ar limpo, terras disponíveis tornaram-se escassos. Qual então o significado atual da Amazônia, folha verde no mapa do mundo, [...] onde se produz boa parte do oxigênio da Terra? (REALIDADE, 1971, p. 143).

Pela primeira vez de forma mais direta, o homem deixa de ocupar exclusivamente o lugar do agente do “progresso” e passa a ser identificado como responsável pela degradação ambiental. Frases como “o homem foi destruindo os recursos naturais de seu mundo como se eles fossem inesgotáveis” e “civilização até hoje tem sido sinônimo da mata arrasada” rompem com o tom das páginas anteriores.

A reportagem aponta ainda a agropecuária como principal forma de ocupação física da Amazônia e, ao mesmo tempo, como vetor central da destruição da floresta. Ao mencionar a possibilidade do aumento da temperatura do planeta, o derretimento das calotas polares e a elevação do nível dos oceanos, a reportagem constrói uma narrativa de alerta, incomum no conjunto da edição.

A previsão é de que, no ano 2020, em que presumivelmente uma boa parte dos atuais seres humanos da Terra pretende ainda estar viva, se o ritmo atual persistir, o nível de CO² no ar será 100% maior do que por ocasião do início da Revolução Industrial. [...]. Muitos cientistas teorizam que, quando o seu nível crescer de 100% em relação ao atual - do jeito que vai, dentro de algumas décadas -, a temperatura do

planêta subirá de 2 a 4 graus. Isso bastará para derreter as calotas polares. As águas dos oceanos subirão mais de 30 metros. (REALIDADE, 1971, p. 149).

A frase “finalmente descobrimos o inimigo: o inimigo somos nós” (REALIDADE, 1971, p. 150) – Figura 13 – marca uma ruptura simbólica com a lógica desenvolvimentista. Neste ponto, a revista parece se afastar de si mesma: o “progresso” passa a ser interrogado, abrindo espaço para uma leitura mais crítica.

Figura 13 – O inimigo somos nós



Fonte: Hemeroteca Digital

A reportagem “A lei proíbe. Mas quem cumpre?” aprofunda o tom crítico que começa a emergir nas páginas anteriores da revista e desloca o foco para a relação entre legislação e destruição ambiental. A figura do homem branco aparece associada ao massacre da fauna amazônica. O texto também dá espaço aos argumentos dos caçadores, que surgem como tentativas recorrentes de justificar a violência contra os animais, geralmente ligadas a interesses econômicos. Em um dos trechos, um agrônomo ironiza a existência de jacarés na Amazônia, minimizando o impacto da

caça.

“Os estrangeiros roubam a Amazônia”, detalha a atuação de estrangeiros: norte-americanos, holandeses, canadenses, franceses, suíços, na exploração mineral, madeireira e pesqueira da Amazônia. Personagens como o geólogo holandês Robert Korpershoek, ligado a um dos homens mais ricos do mundo, ilustram a dimensão internacional dessa corrida por recursos. Aqui mostra como áreas pertencentes a povos indígenas foram legalmente autorizadas pelo governo federal para pesquisas e exploração, além da criação de empresas laranjas como estratégia para ampliar o controle territorial.

Embora sua companhia esteja numa área pertencente aos índios, as pesquisas ali foram autorizadas pelo govêrno federal. [...] Americanos, canadenses, franceses, suíços, todos êles correm atrás das possivelmente fabulosas minas amazônicas. [...] Esquecendo o puro e simples assassinato através do envenenamento ou da bala, método muito utilizado pelos antigos seringueiros ou colhedores de castanha, as modernas emprêsas interessadas em lesar e explorar os índios usam de técnica sutil e sofisticada, de modo tão perfeito que, quando os indígenas acordam, estão sem terras e sem riquezas. Todas essas histórias ganham um nôvo colorido com a Transamazônica. [...] Ela serviria para facilitar às firmas estrangeiras se apoderam dos minérios da região. (REALIDADE, 1971, p.181-182)

Aqui os jornalistas de *Realidade* deixam de tratar a Amazônia apenas como espaço de promessas econômicas e passa a evidenciar as disputas, contradições e violências que atravessam a sua ocupação. O território deixa de ser apenas cenário do “progresso” e passa a ser exposto como campo de conflitos, onde interesses nacionais e estrangeiros se sobrepõem aos direitos dos povos floresta e à preservação da vida.

“A busca da terra (inferno ou paraíso?) ” marca uma mudança sensível na postura jornalística da revista. Enquanto os textos sobre mineração e desenvolvimento econômico operam dentro da lógica do “progresso”, essa reportagem foca nos efeitos humanos e sociais do projeto de ocupação promovido pela ditadura empresarial-militar.

Ainda assim, a crítica é cuidadosamente mediada. Não há o confronto direto ao regime nem questionamento aos fundamentos do modelo desenvolvimentista. A censura se manifesta na escolha de uma narrativa que aparenta equilíbrio: o discurso oficial do INCRA é apresentado com destaque, revestido de metáforas, como a

comparação do presidente do órgão a um “Moisés do século XX”.

No entanto, à medida que o texto avança, o contraste entre promessa e realidade aparece. Os relatos das famílias de colonizadores, a precariedade das agrovilas, o retorno de migrantes decepcionados e os casos de corrupção produzem uma crítica que não é declarada, mas construída por acumulação. Trata-se de uma estratégia compatível com o contexto autoritário: o jornalista evita adjetivações duras e julgamentos diretos.

Diferentemente das reportagens iniciais, em que a Amazônia aparece como território de riqueza e solução para o futuro econômico do país, aqui ela surge como espaço de incerteza, imprevisto e fracasso. A revista já não sustenta integralmente a narrativa do sucesso, mas também não rompe com ela. O resultado é um texto atravessado pela ambiguidade, em que a crítica ao modelo da ditadura empresarial-militar existe, porém diluída, protegida por uma escrita que revela os limites impostos pela censura.

Ao longo da análise das reportagens da edição especial da revista *Realidade*, percebo que a Amazônia construída pelo jornalismo do período é atravessada por contradições profundas. As matérias não oferecem uma narrativa única ou linear, mas vários discursos que oscilam entre a exaltação do “progresso” e a exposição de suas consequências. Enquanto jornalista, me chama atenção como esse movimento não se dá de forma abrupta, mas por meio de um deslizamento gradual de tom, no qual a crítica emerge aos poucos, quase sempre de maneira indireta.

Nas reportagens iniciais, a Amazônia surge como promessa: um território vasto, estratégico e capaz de responder às demandas econômicas do país. Esse enquadramento se inscreve no horizonte do projeto da ditadura empresarial-militar, que atribuía à região a função de ser ocupada, integrada e explorada.

A análise das reportagens da edição nº 67 da revista *Realidade* permite mapear um conjunto de enunciados que organizam a floresta dentro da lógica desenvolvimentista predominante no período. Ainda que os textos tornem visíveis os impactos da ocupação territorial e registrem a precariedade das condições de vida na região, esses elementos não se desdobram em um questionamento estrutural do projeto em curso. Ao longo da narrativa, a Amazônia é reiteradamente configurada como espaço a ser integrado, explorado e incorporado ao imaginário do progresso nacional.

O que se diz da floresta, portanto, não aponta para uma crítica velada nem

pode ser atribuído apenas a mecanismos de censura. Trata-se de um campo discursivo que opera dentro dos limites ideológicos do período, no qual a ocupação aparece como horizonte naturalizado e o valor da região é associado à sua exploração econômica e à expansão territorial. Nesse mapa de sentidos, a ausência de confronto direto não indica resistência, mas delimita as fronteiras do que pode ser dito, no interior da narrativa jornalística.

A leitura do conjunto de reportagens indica que *Realidade* não constrói um discurso homogêneo sobre a Amazônia. Ao longo da edição, é possível mapear deslocamentos internos: a floresta aparece ora como solução econômica, ora como território ameaçado; o “progresso” é apresentado tanto como promessa quanto como fonte de tensões e problemas. Durante a narrativa, alguns textos tentam questionar o projeto da ditadura empresarial-militar. O resultado é uma narrativa polifônica, moldada pelas mãos dos jornalistas, marcada por denúncias silenciadas.

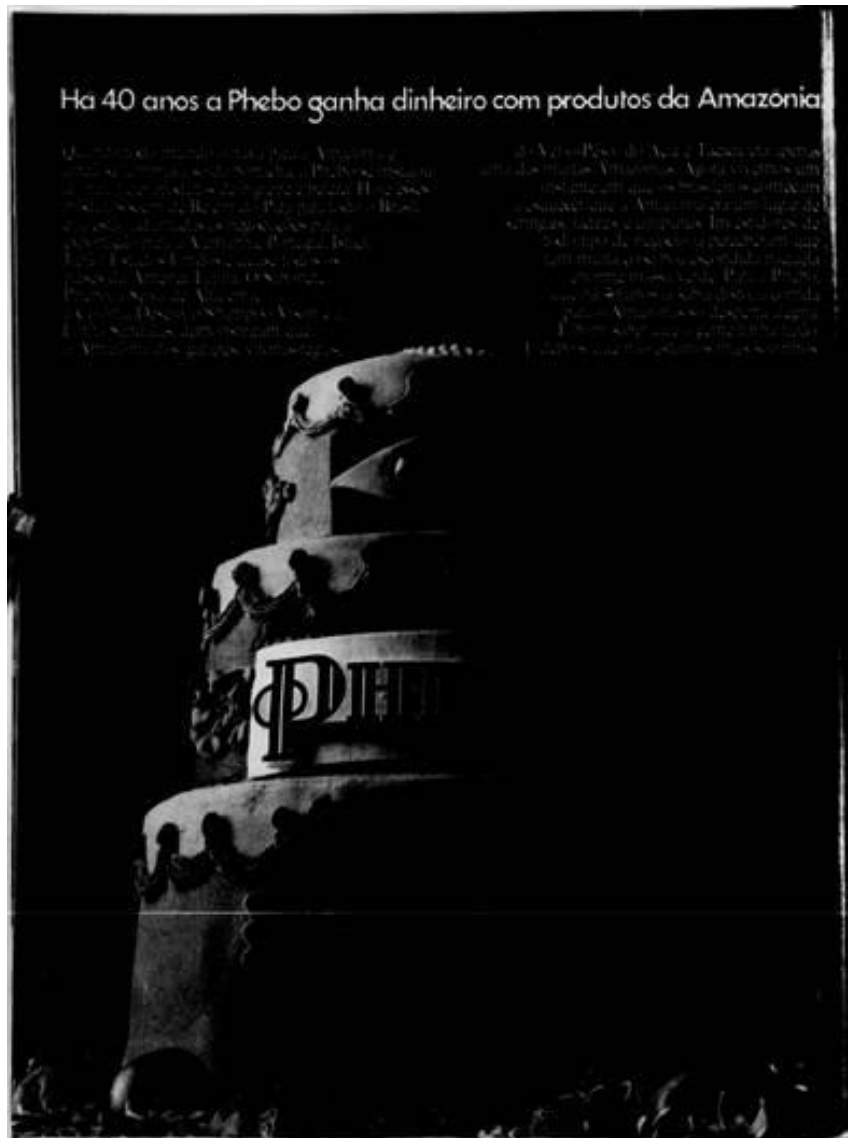
4 FLORESTA À VENDA: A AMAZÔNIA COMO MERCADORIA

Na edição, 132 páginas são destinadas a anúncios, muitos deles vangloriando e incentivando a ideia de “progresso” e de ocupação da Amazônia. Com a presença significativa de bancos, instituições financeiras, empresas de produtos agrícolas e montadoras de veículos. Anúncios que foram pensados exclusivamente para a elite e não para o público amazônico. As empresas tratam a região como um local para ser explorado. Apesar de a revista *Realidade* se apresentar editorialmente como um espaço de aprofundamento jornalístico e de problematização da Amazônia, a presença massiva de anúncios e informes publicitários tensiona e, em certos momentos, contradiz essa proposta. A publicidade veiculada na edição analisada constrói a região amazônica não como território plural, histórico e socialmente habitado, mas como mercadoria simbólica e material, disponível à exploração econômica. Ao mobilizar discursos de “progresso”, integração nacional e modernização, esses anúncios reforçam uma lógica instrumental da floresta, que passa a ser representada como espaço a ser conquistado e ocupado.

Nesse sentido, os anúncios não apenas acompanham o conteúdo editorial, mas atuam como agentes discursivos que naturalizam a exploração da Amazônia, alinhando-se ao imaginário desenvolvimentista do período. A floresta é reiteradamente apresentada como vazia, hostil ou improdutiva, demandando a intervenção técnica e empresarial para cumprir sua “função” no projeto nacional. Tal enquadramento silencia os povos originários e invisibiliza os impactos socioambientais desse processo, transformando a Amazônia em um recurso a ser consumido e integrado ao mercado.

No anúncio da empresa de cosméticos, Phebo, na página 118 (Figura 14), a marca enaltece o abuso: “Há 40 anos a Phebo ganha dinheiro com produtos da Amazônia”.

Figura 14 – Anúncio Phebo



Fonte: Hemeroteca Digital

O exemplar ainda conta com 9 informes publicitários. Diferente do anúncio - um texto direto com objetivo de venda - o informe é apresentado como uma matéria jornalística, com dados e informações que, indiretamente, promove uma marca ou produto. Apesar do formato diferente, o conteúdo e intenção são os mesmos dos anúncios, incentivar a exploração e ocupação da região amazônica. O informe da Companhia Siderúrgica da Amazônia – SIDERAMA, na página 22, trata da criação de uma usina de minério de aço que “utilizará 98% de matérias primas locais”. Já na página 277, a seguinte manchete: “Os empresários de São Paulo mudaram-se. Estão na selva” da empresa agrícola Corebrasa, reforçando a colonização da Amazônia e o desmatamento da área de floresta para o pasto do gado.

Ao observar esse conjunto de anúncios e informes publicitários, fica evidente

que a edição constrói uma narrativa paralela à das reportagens. Enquanto o discurso jornalístico ensaia, ainda que timidamente, deslocamentos críticos e tensões em torno da ocupação da Amazônia, a publicidade opera no sentido oposto: naturaliza a exploração, exalta o lucro e reafirma a região como espaço disponível para o abate. Esse contraste não é casual. Ele revela como o projeto editorial da revista se organiza em camadas, nas quais a crítica possível convive com a lógica empresarial e com os interesses do regime da ditadura empresarial-militar e seu discurso desenvolvimentista. Abaixo, segue um exemplo de conteúdo semelhante ao veiculado na *Realidade*.

Figura 15 – O “progresso” em anúncios e informes publicitários nas revistas da época



Fonte: Jornal da Unicamp

4.1 NARRATIVAS EM CONTRASTE: OS ANÚNCIOS E INFORMES PUBLICITÁRIOS

O que chama atenção é justamente que a edição de nº 67 é apresentada com a ideia de mostrar a realidade da Amazônia, dos povos originários, do início dos garimpos ilegais, do extermínio dos indígenas, das dificuldades dos seringueiros. No geral, as pessoas sabem que as revistas, os jornais, precisam de anúncios para se manterem financeiramente. Mas o que chama atenção no caso da *Realidade* Amazônia são as informações presentes em reportagens, matérias, ensaios fotográficos que conflitam com os anúncios e informes publicitários publicados na edição.

Na antológica edição especial sobre a Amazônia da revista *Realidade*, publicada em outubro de 1971, a construtora Queiroz Galvão, uma das que arrebentavam a floresta para construir Transamazônica, publicou um anúncio explícito sobre a ideologia que movia a destruição. Era a imagem de um bebê recém-nascido erguido pelas mãos do obstetra com um título: 'Ministro, Transamazônico vai bem' e a seguinte mensagem: 'Seu nome todo é Juarez Furtado de Araújo Transamazônico. É O PRIMEIRO MENINO A NASCER NAQUELE ADMIRÁVEL MUNDO NOVO QUE ESTAMOS AJUDANDO A CONSTRUIR. (BRUM, 2021, p. 27-28)

Figura 16 – O filho do “progresso”



Fonte: Reprodução

De acordo com Kaseker (2025), quase metade das páginas é ocupada por anúncios. Empreiteiras, bancos, empresas dos setores agrário e de mineração, montadoras de automóveis e órgãos dos governos estadual e federal, todos

envolvidos no projeto desenvolvimentista da Amazônia, marcam forte presença. Ao todo, são cerca de 120 anunciantes, o que evidencia o peso da publicidade e dos interesses econômicos para além da publicação. O incômodo com os anúncios me atravessa logo no início da revista. A primeira propaganda aparece na sequência da contracapa da edição de *Realidade* com um apelo ao “progresso” e os dizeres “O amanhã está chegando”. O anúncio da Petrobrás deixa claro seu posicionamento e ligação com o pensamento governamental da época. “O homem brasileiro aceitou o desafio da floresta densa, para construir um país mais forte. Integral. Total. Para nossos irmãos da Amazônia, o amanhã será diferente. E este amanhã já está chegando”. (REALIDADE, 1971, p.1).

Poucas páginas à frente surge o anúncio da Codespar, Companhia de Desenvolvimento Sul do Pará, com detalhes sobre o projeto agropecuário feito na região (Figura 17). O tom usado é de sucesso, destacando as quase 10 mil cabeças de gado. O “sucesso” aqui é para os empresários, para a classe dominante, pois considero uma decadência, o extermínio, para os povos floresta. Há ainda um agradecimento ao governo do Brasil. “Tudo isso existe graças à ação do Govêrno que apoia a iniciativa privada, ao grande trabalho de apoio que estamos recebendo do Sudam, e à confiança dos nossos acionistas”. (REALIDADE, 1971, p.10)

Figura 17 – O “sucesso” do projeto agropecuário

Algumas palavras e muitas fotos que mostram o que a Codespar está fazendo no sul do Pará.

O projeto agro-pecuário da Codespar tem uma área bruta de 52.358,4 hectares e a área formada é de 12.100,0 hectares.

A Codespar construiu uma estrada de 290 km ligando Paraíso do Norte (Belém-Brasília) à Fazenda, cortando, com balsa, o Rio Araguaia.

O projeto está praticamente implantado. Já conta com 9.778 cabeças de gado: 362 touros, 721 bois de engorda, 1.397 bezerros, 2.574 garrotes e novilhas e 4.724 matrizes. Os 5.000 alqueires de invernadas formadas em capim colônio estão subdivididos em pastos que formam 3 retiros: 1 de cria de gado Nelore, 1 de cria de gado mestiço e 1 de boiada. O gado está perfeitamente adaptado ao ambiente.



A Fazenda tem dois campos de pouso, olaria, armazém, serraria, máquina de beneficiar arroz.

Os trabalhadores habitam casas de acordo com o elevado padrão do projeto, contam com ambulatório

médico e dentário, escola primária, farmácia e capela.

O programa de trabalho de 1971 está sendo cumprido dentro dos prazos.

Tudo isso existe graças à ação do Governo que apoia a iniciativa privada, ao grande trabalho de apoio que estamos recebendo da Sudam, e à confiança dos nossos acionistas.

Codespar - Companhia de Desenvolvimento Sul do Pará.

Sede em Barreira do Campo - Município de Santana do Araguaia - Comarca de Conceição do Araguaia - Estado do Pará.

Em São Paulo, rua Estados Unidos, 737 - ZP 5 - J. América. Telefones: 81-8974, 282-3083 e 282-5740.



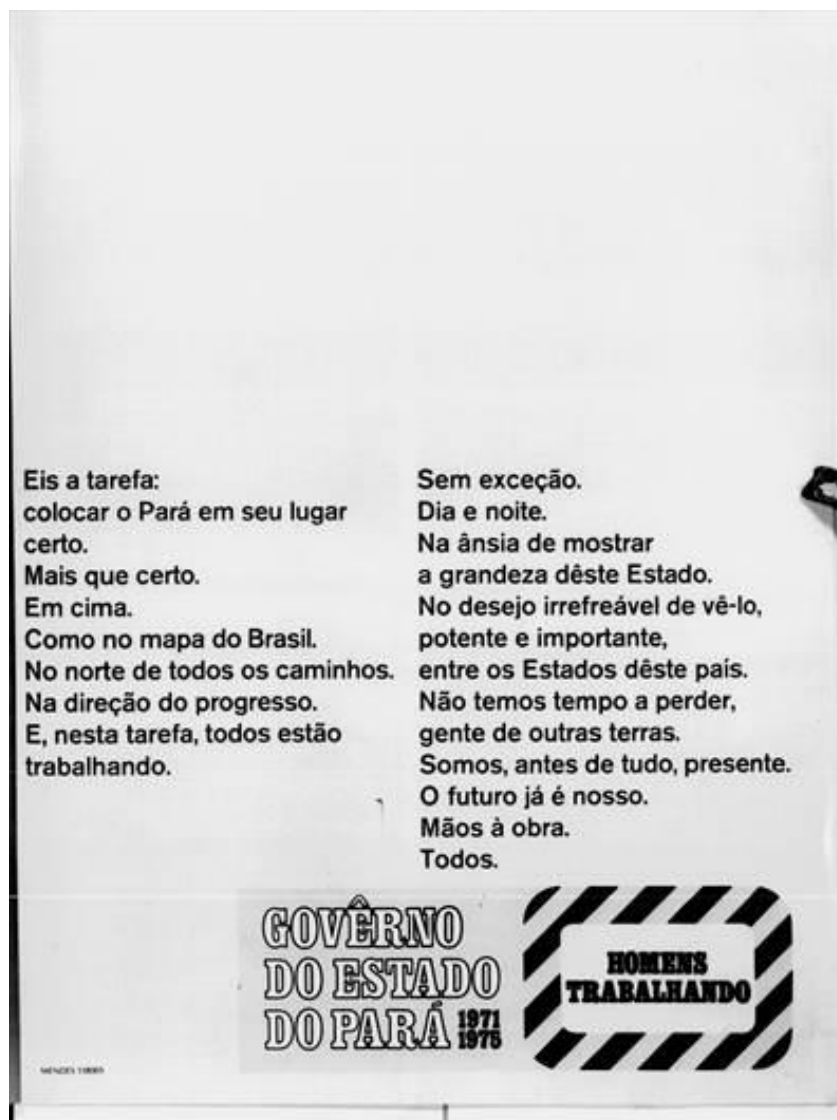
Fonte: Hemeroteca Digital

A Construtora Mendes Junior S.A. é a primeira a fazer menção explícita ao “progresso” ao anunciar a construção da Transamazônica. O anúncio retrata a estrada como uma obra que está “abrindo os caminhos do desenvolvimento social” e que está “enfrentando a selva hostil” (REALIDADE, 1971, p.19), reforçando uma narrativa que associa a floresta ao atraso e à ameaça, enquanto legitima a intervenção humana como sinônimo de avanço e civilização. E esse discurso vai estar presentes em outras propagandas ao longo da revista e de autoria não só de construtoras, mas de outras frentes, como os bancos.

O Bank of London & South América Limited também fala da construção da Transamazônica e enfatiza a ideia do “progresso”. “O Banco de Londres atendeu o apelo e compareceu à região para incentivar o progresso e a exportação que começavam a florescer”. (REALIDADE, 1971, p.21). Discurso semelhante ao do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Maranhão que defende a

construção das estradas como forma de integrar o país e “transportar o progresso” para o desenvolvimento. Expõe ainda a ampliação da agricultura na região que irá incentivar um: “arrojado programa de colonização a ser derramado pelo governo nos próximos anos”. (REALIDADE, 1971, p.23). Em cada anúncio, a utópica ideia do “progresso”, como abaixo.

Figura 18 – Na direção do “progresso”



Fonte: Hemeroteca Digital

Já o anúncio da Ultragaz constrói uma representação da Transamazônica como símbolo máximo do “progresso”, alinhando a marca a um projeto de ocupação territorial legitimado pelo discurso desenvolvimentista. A imagem mostra uma estrada em meio à floresta recém-desmatada, com árvores derrubadas e troncos ainda

visíveis, evidenciando um cenário de transformação forçada da paisagem natural. A floresta aparece fragmentada, ferida, abrindo espaço para a estrada que funciona como metáfora do avanço sobre a natureza.

Não há qualquer menção ou representação de povos indígenas ou comunidades tradicionais, o que contribui para a construção simbólica da Amazônia como território desocupado, disponível à exploração. Ao afirmar que “já está na Transamazônica” (Figura 19), a empresa se insere discursivamente como agente ativo da modernização, apropriando-se da grandiosidade do projeto estatal para fortalecer sua imagem institucional.

Figura 19 – “Já estou na Transamazônica!”



Já estou na Transamazônica!

Apresentei-me voluntário porque creio na necessidade inadiável desta rodovia e tenho fé na Integração Nacional. E, depois, é meu jeito. Escoteiro gosta de abrir mata e desbravar sertão. Estou descendo de helicóptero. Quando os primeiros engenheiros chegarem, vou recebê-los com a hospitalidade de um calé queninho. E à noite iluminarei o acampamento para que o repouso do operário seja também segurança.

Tudo foi planejado para que de 100 em 100 quilômetros nasça uma cidade. Vai ter barão, escola, hospital, estação meteorológica, postos de Cobal, Inora e Cibrazem. Mas, antes disso, é preciso que eu acenda os fogões e faça de cada posto um verdadeiro lar. O Brasil merece sacrifícios dos pioneiros, mas os pioneiros também merecem conforto. Por isso, quem começar a Transamazônica, começará com ULTRAGAZ.

CIA. ULTRAGAZ S.A.



Fonte: Hemeroteca Digital

E não para por aí, o anúncio do Governo de Goiás afirma: “Vende-se um estado rico”. Nas primeiras linhas o texto é ainda mais incisivo: “Terra virgem, terra que precisa ser possuída. Agora. Urgente. Terra que dá arroz, algodão, soja, feijão, milho e tudo o mais”. (REALIDADE, 1971, p. 232).

Esses são apenas alguns exemplos do que foi anunciado na revista. Mas pelo pouco que foi demonstrado aqui é possível perceber o incentivo desvelado à ocupação e exploração da região amazônica. A publicidade grita: OCUPE, USE, TOME POSSE, como se o espaço estivesse desocupado, fosse um “deserto verde”, sem identidade, sem habitantes, hostil e atrasado.

Na paginação realizada por mim, fica ainda mais evidente o conteúdo desses anúncios e informes publicitários. E falando deste último é a vez de demonstrar aqui como os informes também têm a mesma linha e conteúdo semelhante aos anúncios, enfatizando a ideia do “progresso” e da ocupação a todo custo. O título já chama atenção: “A Amazônia vai transformar seu impôsto de renda em \$ Filet-Mignon” afirma o informe publicitário da Sudam na página 261 (Figura 20). O título já chama atenção ao usar o corte de uma carne nobre e de alto valor para acionar o imaginário de lucro, abundância e recompensa financeira rápida. No texto, fica claro o incentivo à pecuária na região por conta do “sucesso” de duas empresas do setor que fizeram a “derrubada das matas para a formação dos pastos”.

E ah! Tudo é aproveitado: a madeira do desmatamento também tem destino “está sendo comercializada”. Tudo é explorado e divulgado, como forma de mostrar a rentabilidade do projeto e as “vantagens” de se investir na Amazônia. O informe ainda entrega a participação do governo na exploração “E não se deve esquecer que investir, hoje, na área da SUDAM, é um grande negócio. Apôio governamental, dedução de impôsto de renda, clima favorável à pecuária, qualidade das terras, mais bois por hectare”. (REALIDADE, 1971, p. 261). Nas imagens utilizadas na publicidade, tratores em meio a mata derrubada, propriedade rural e gado, muito gado.

Figura 20 – “Garanta já o seu Filet-Mignon”

INFORMAÇÃO PUBLICITÁRIA

A Amazônia vai transformar seu impôsto de renda em \$ Filet-Mignon

A abóbada celeste tingia-se de vermelho, incendiando o horizonte. Todos já estavam de pé e podiam se deleitar com o amanhecer da Amazônia. Sentia-se um cheiro forte de mato úmido do orvalho e ouvia-se uma inerível mistura de vozes de pássaros que, ora se desordenavam, ora se tornavam harmoniosas, dando a impressão de terem sido organizadas por um maestro. Antonio José Junqueira Vilela, sentado numa cadeira, devorava com apetite a primeira refeição matinal. "Tenho uma grande satisfação em saber que posso participar do desenvolvimento amazônico. Olho esta terra e já posso ver um grande número de pessoas





com emprego fixo, assistência médica, escolas, elevação dos salários, uma série de vantagens que advem da implantação desses nossos novos projetos aprovados pela SUDAM: Pecbrás e Junqueira Vilela".

O dia já estava claro. Antonio José Junqueira Vilela, diretor presidente da Pecbrás — Cia. Pecuária Brasileira e da Agro Pecuária Junqueira Vilela S/A., levantou-se para inspecionar o trabalho de implantação da Pecbrás: estradas para trânsito na gleba, currais, cercas, portais, estábulos. "Estão programadas uma série de outras edificações que serão iniciadas o mais breve possível: sede, administração e casas de empregados, depósito, casas para máquinas, oficinas, e já está construído um campo de pouso. A empresa adquirirá equipamentos para pecuária e agricultura, aparelho de rádio-comunicação, veículos, móveis e utensílios. Na Junqueira Vilela já estamos no fim de sua implantação. Durante a derrubada das matas para formação dos pastos, toda a madeira está sendo comercializada. Na Pecbrás, estão sendo formados 9.680 hectares de pastagens com capim colômbia e, na Junqueira Vilela

14.460 ha. O objetivo principal de ambas é a criação e engorda de gado bovino, com um rebanho permanente de 18.000 vacas mestiças, produzindo anualmente 13.000 bezerros. As vacas mestiças serão cruzadas com reprodutores nelore mocho, obtendo-se gado de excelente qualidade".

Antonio José Junqueira Vilela sendo de uma das famílias de maior tradição da PECUÁRIA BRASILEIRA caminha com segurança, enquanto fala da implantação da Pecbrás e Junqueira Vilela S/A. "As duas empresas localizam-se aqui no Município de Diamantina, Estado de Mato Grosso. Surgiram por iniciativa minha e do meu irmão, José Marcos Junqueira Vilela.

Rentabilidade do projeto

A hora do almoço chegou depressa. Antonio José falava com entusiasmo dos dois novos projetos. Explicava, agora, a lucratividade e as vantagens de se investir na Amazônia, fazendo comparações com São Paulo. "Em 1 alqueire de terra paulista de valor muito alto é possível engordar no máximo 3 bois. Em 1 alqueire de terra nova da Amazônia de valor baixo é possível engordar de 4 a 5 bois. É claro

que isso é uma grande vantagem para qualquer investidor. Ademais, após a execução dos projetos, o patrimônio das empresas será muito superior ao capital investido face ao aumento do rebanho e valorização das terras. E não se deve esquecer que investir, hoje, na área da SUDAM, é um grande negócio. Apoio governamental, dedução de imposto de renda, clima favorável à pecuária, qualidade das terras, mais bois por hectare. É por isso que eu sempre digo: a Amazônia vai transformar em \$ Filet-Mignon o impôsto de renda de muita gente".

Fonte: Hemeroteca Digital

A análise que fiz dos anúncios e informes publicitários presentes na edição especial da revista *Realidade* evidencia que a publicidade não ocupa um lugar secundário ou apenas complementar ao conteúdo editorial. Ao contrário, ela atua como um eixo narrativo próprio, responsável por construir uma representação da Amazônia como mercadoria, espaço disponível à apropriação e ao lucro, em acordo com o projeto desenvolvimentista promovido pelo Estado durante a ditadura empresarial-militar.

Ao longo das páginas, observei que esse discurso publicitário opera pela naturalização da ocupação e da exploração do território, recorrendo a metáforas de "progresso", abundância e futuro promissor, enquanto silencia sistematicamente a existência dos povos originários, das comunidades tradicionais e os impactos

socioambientais decorrentes desse modelo. A floresta aparece reiteradamente como vazia, improdutiva ou hostil, o que legitima sua transformação em estrada, pasto e mineração. Trata-se de uma narrativa que não apenas incentiva a exploração, mas a celebra como destino inevitável.

Ao observar esse conjunto de anúncios e informes publicitários com o conteúdo editorial da revista, percebo uma dualidade. Se, por um lado, as reportagens e ensaios fotográficos fazem, mesmo que de forma sutil, algumas críticas à situação ao abordar conflitos e violências, por outro, a publicidade reafirma, sem constrangimentos, a lógica de transformar o território em mercadoria.

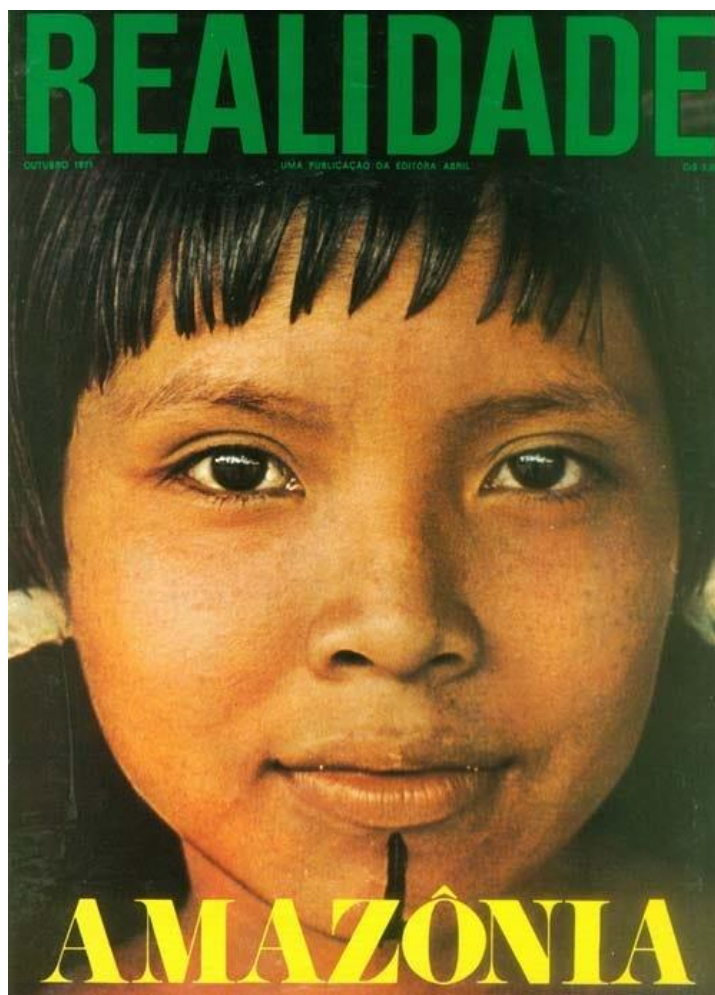
A análise da publicidade, portanto, me permitiu não apenas compreender o papel das empresas e do Estado na construção desse imaginário, mas também evidenciar como o discurso jornalístico está condicionado, e, em determinados momentos, neutralizado pela lógica comercial.

5 POVOS INVISÍVEIS? O APAGAMENTO DOS INDÍGENAS

Para os povos originários, não existe a natureza e as pessoas humanas, uma coisa é uma coisa e outra coisa. Há apenas natureza. Os indígenas não estão na floresta, eles são a floresta. (BRUM, 2021, p. 23).

O rosto de um menino indígena estampa a capa da revista (Figura 21). Em um primeiro momento pode-se acreditar que os povos originários serão o grande tema do periódico, ou terão grande participação nas páginas de *Realidade*, mas o que ocorre é o inverso.

Figura 21 – A capa (de novo)



Fonte: Reprodução Observatório da Imprensa

Pesquisando por palavras que remetem aos povos originários no buscador da Hemeroteca Digital, a palavra índio aparece 331 vezes considerando todas as edições

de *Realidade* disponíveis na biblioteca. Na edição de nº 67 são 18 ocorrências, ou seja, a palavra índio apareceu pelo menos 1 vez na página. É a edição com a maior quantidade de registros. Já quando se pesquisa, da mesma forma, pela palavra indígena, aparecem 86 ocorrências. 14 na edição sobre a Amazônia, também a edição com o maior registro da presença da palavra. Mas a questão indígena foi tema de reportagens também no primeiro ano da revista, como afirma Kaseker (2018).

A primeira, em agosto de 1966, com o título Indinho brinca de índio, de 13 páginas, com a chamada de capa: Índios - assim nasce um guerreiro. A segunda, em dezembro do mesmo ano, com 18 páginas, intitulava-se Resgate de uma tribo, cuja chamada na capa foi Amazônia: um povo a salvo. As duas foram produzidas pelo repórter Carlos Azevedo, com viagens viabilizadas pelos irmãos Villas-Bôas. (KASEKER, 2018, p.3).

Apesar da capa e da temática sobre a Amazônia, os povos originários nem sempre aparecem com destaque nas reportagens e produções. A reportagem “Amazônia, problemas”, por exemplo, cita os indígenas apenas na abertura e não dá visibilidade aos povos no decorrer do texto. O foco para os indígenas só aparece na matéria que foi classificada pelos próprios integrantes da equipe como Ensaio Fotográfico.

“A última chance dos últimos guerreiros” apresenta a Amazônia como o último refúgio indígena e constrói uma narrativa marcada pela ideia de urgência e de ameaça, associando a presença de estradas, fazendas, mineração e colonização à continuidade de um processo histórico de extermínio.

Ao recuperar episódios de massacres, epidemias e a drástica redução da população indígena desde a chegada dos portugueses, o texto reconhece a violência estrutural sofrida pelos povos originários ao longo da história do Brasil. Há, ainda, menções a iniciativas estatais de proteção, como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e à atuação de Cândido Rondon, apresentadas como tentativas de contenção desse processo, embora marcadas por fracassos e limitações.

Apesar do tom crítico, o texto adota, em alguns momentos, uma perspectiva etnocêntrica, ao sugerir que os indígenas precisariam ser gradualmente conduzidos à “nossa civilização”, considerada tecnicamente superior. Esse discurso hierarquiza culturas e naturaliza a ideia de integração forçada, reproduzindo visões do pensamento desenvolvimentista da época.

No final, a narrativa reconhece que a abertura de estradas e projetos como a Transamazônica colocam os povos indígenas diretamente no caminho do avanço estatal sobre a Amazônia. No entanto, embora levante a pergunta sobre a repetição da tragédia indígena, o texto não rompe completamente com a lógica do “progresso”, tratando o impacto sobre essas populações como consequência colateral de um projeto considerado maior. Assim, mesmo sendo o espaço mais dedicado aos indígenas na revista, o texto revela os limites da crítica editorial diante do discurso dominante de ocupação e desenvolvimento da região.

Há, ao longo da edição, uma tentativa de alguns jornalistas em tratar de questões complexas e sensíveis relacionadas ao meio ambiente e aos povos indígenas. No entanto, quando a revista é observada em sua totalidade, especialmente ao se considerar o conteúdo publicitário, prevalece uma narrativa marcada por um imaginário distópico, fortemente orientado pela exaltação do desenvolvimento e do “progresso” como valores incontestáveis.

O uso da imagem indígena, especialmente na capa da revista, reforça esse processo de visibilidade aparente. O rosto do menino indígena funciona como elemento de impacto e sensibilização, mas não se converte, ao longo da publicação, como centro da narrativa. Há, portanto, um descompasso entre o apelo visual e a efetiva presença dos povos indígenas no conteúdo editorial, o que produz um efeito de invisibilização simbólica: o indígena é visto, mas não escutado.

Esse apagamento se intensifica quando o discurso desenvolvimentista se impõe como eixo estruturante da edição. A ocupação da Amazônia, apresentada como inevitável e necessária, transforma os povos indígenas em obstáculos ao “progresso”. Os textos analisados acabam reproduzindo uma hierarquia de valores em que o crescimento econômico e a integração territorial se sobrepõem ao direito à terra, à autodeterminação e à existência indígena.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU UMA CARTA COM ‘QUASE FIM’

Caro leitor, cara leitora — ou, como escrevi antes, caro companheiro de travessia,

Chegar ao fim deste trabalho não significa alcançar um ponto de chegada definitivo, mas reconhecer que algo se deslocou. Ao longo dessas páginas, percorri a edição nº 67 da revista *Realidade* não como quem revisita um objeto encerrado no passado, mas como quem se aproxima de uma ferida que segue aberta. A Amazônia que aparece nas páginas de outubro de 1971 não ficou presa àquela década. Ela reverbera, insiste, reaparece — muitas vezes com as mesmas palavras, os mesmos silêncios e as mesmas promessas.

Espero que não tenha falhado enquanto pesquisadora. Para mim, foi diferente e difícil usar uma proposta antimetodológica. Reconheço que, em alguns momentos, cometi deslizos e voltei para aquela Tatiane presa às amarras da academia e de sua forma... mas tentei.

Esta dissertação partiu do desejo de compreender como a Amazônia e seus povos foram representados em uma revista consagrada como marco do jornalismo brasileiro. O que encontrei foi uma narrativa ambígua: ao mesmo tempo em que *Realidade* se apresenta como inovadora, profunda e sensível em sua forma, ela se alinha, em grande medida, ao imaginário desenvolvimentista e autoritário do regime empresarial-militar. A floresta é frequentemente narrada como espaço vazio, hostil ou improdutivo. Os povos originários, quando aparecem, são enquadrados como vestígios de um passado em extinção ou obstáculos a um projeto maior de “progresso”.

A análise da narrativa, atravessada por aspectos da cartografia sentimental, permitiu que eu não apenas identificasse o que estava dito, mas também aquilo que foi silenciado. Os apagamentos não são acidentais. Eles operam por meio da seleção de fontes, da hierarquização das vozes, do destaque dado a agentes estatais e econômicos em detrimento dos povos indígenas, e, sobretudo, pela convivência naturalizada entre conteúdo editorial e publicidade. Os anúncios, longe de ocuparem um lugar secundário, funcionam como eixo estruturante da narrativa, reforçando a Amazônia como mercadoria, como promessa de lucro e como fronteira a ser conquistada.

Ao olhar com atenção para a edição como um todo, percebi que o espaço mais

dedicado aos povos indígenas — o ensaio fotográfico “A última chance dos últimos guerreiros” — é também aquele em que os limites da crítica ficam mais evidentes. Embora reconheça a violência histórica sofrida pelos povos originários, o texto não rompe completamente com a lógica civilizatória que hierarquiza culturas e naturaliza a integração forçada. Há uma denúncia, mas ela caminha lado a lado com a aceitação tácita de que o “progresso” é inevitável, mesmo quando seu custo é o extermínio.

Esse movimento revela uma das principais conclusões deste trabalho: *Realidade* não confronta, não rompe, permanece ancorada no discurso hegemônico de seu tempo. E isso não diminui sua importância histórica, mas torna mais complexo. Desmistificar a visão idealizada da revista não significa negá-la, e sim compreendê-la em suas contradições. Até porque seria injusto esperar naquela época, de jornalistas brancos, a mesma visão e compreensão que temos hoje, em um novo tempo, em um modelo de governo democrático, com o aumento das lutas e da representação dos diferentes povos e etnias.

Assumir a análise da narrativa como metodologia foi também assumir que eu, enquanto pesquisadora, não estou fora do campo. Minha formação como jornalista, minha atuação no hard news, meu pertencimento geográfico e meus afetos atravessaram a leitura. Em diversos momentos, o incômodo foi motor da análise. A cartografia sentimental, ainda que utilizada aqui em diálogo, e não como antimetodologia total, me autorizou a reconhecer esses atravessamentos não como fragilidade, mas como potência de análise.

Encerrar este trabalho é, portanto, reconhecer seus limites. Esta pesquisa se concentrou em uma única edição da revista *Realidade*, ainda que emblemática. Um caminho possível para investigações futuras seria ampliar o corpus, comparando outras edições temáticas ou analisando a evolução (ou não) da representação da Amazônia ao longo dos dez anos de circulação do periódico. Outra possibilidade é aprofundar a análise especificamente sobre os povos indígenas, contrastando *Realidade* com outros veículos da época ou com produções contemporâneas feitas a partir de perspectivas indígenas.

Também permanece em aberto a necessidade de investigar com mais fôlego a relação entre jornalismo e publicidade durante a ditadura empresarial-militar, entendendo como a lógica comercial influenciou, e ainda influencia, os limites da crítica jornalística. Do mesmo modo, há espaço para pensar como essas narrativas ecoam no jornalismo atual, sobretudo em um contexto de retomada dos discursos

autoritários e de ataques sistemáticos aos povos originários e ao meio ambiente.

Se este trabalho deixa alguma contribuição, espero que seja esta: olhar para o jornalismo não apenas como técnica ou produto, mas como narrativa situada, atravessada por disputas de poder, afetos e silêncios. A Amazônia, quando vira pauta, nunca é apenas tema, é projeto, é disputa, é território simbólico. E enquanto ela seguir sendo narrada como fronteira a ser explorada, este debate seguirá urgente.

Não fecho esta carta com uma conclusão definitiva, mas com um convite. Que este trabalho não seja lido como ponto final, e sim como continuidade. Que ele sirva para provocar novos olhares, novas perguntas e outras travessias.

Com isso, sigo adiante sabendo que a floresta, diferente das páginas, resiste.

Como forma de sintetizar simbolicamente o percurso desta pesquisa, apresento a metáfora a seguir.

A foz da pesquisa

*E como um rio
A pesquisa teve sua nascente
Brotou pequena
Juvenil
Um fio de água
Que foi tomando velocidade no trajeto
Foi ganhando corpo
Volume
Espaço
No meio do percurso
Foi perdendo velocidade
Carregando sedimentos
Conhecimentos
Ideias
E criando afluentes
Tirou conclusões
Confirmou percepções
Tomou corpo
Ficou mais calmo*

Maduro

*O trajeto ganhou distância
Animais aquáticos e vegetação
Mas chegou ao trecho final
Para desaguar em outro rio
Lago ou mar
E seguir caminho
Por outras águas
Outras ideias
A foz de uma pesquisa
Pode ser a nascente de outra*

Tatiane Pívaro

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **O espírito da floresta**: a luta pelo nosso futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

AVANCINI, Marta. Boiada passou e foi tocada para o 'maior pasto do mundo'. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 18-31 mar. 2024. Disponível em: <<https://jornal.unicamp.br/edicao/702/boiada-passou-e-foi-tocada-para-o-maior-pasto-do-mundo/>>. Acesso em: 13 maio 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. *Análise estrutural da narrativa*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-62.

BISPO, Fábio; CHAVES, Leandro. **Em imagens de satélite**: a devastação da Amazônia no governo Bolsonaro. 28 out. 2022. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2022/10/28/imagens-satelite-desmatamento-amazonia-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL, Bruno. **Realidade**: a mãe das atuais revistas jornalísticas no Brasil. Biblioteca Nacional Digital, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-realidade-a-mae-das-atuais-revistas-jornalisticas-no-brasil/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 6 v. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório final da Comissão Nacional da Verdade: Volume 2 – Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Brasília: CNV, 2014. v. 2. Disponível em: <<https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%205.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2025.

BUZALAF, Márcia Neme. A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração. 2009. 220 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2009.

BRUM, Eliane. **Banzeiro Òkòtó**: Uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CIVITA, Vitor. Carta ao Editor. **Realidade**, São Paulo, p. 3, outubro de 1971.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiências e histórias na pesquisa qualitativa. Tradução de Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.

COSTA, Marcelo. Mario de Ascensão Palmério. In: FGV-CPDCOC. Dicionário

histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, Verbete. Disponível em: <https://bit.ly/42Fqvz5> . Acesso em: 16 fev. 2025

FARO, José Salvador. **Revista Realidade 1966-1968**: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre: ULBRA/AGE, 1999.

FERNANDES, Hélio. Fatos e rumores em primeira mão. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 3, 19 maio 1970.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Vida de sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles. *Tellus*, Campo Grande, n. 7, p. 151–182, 2004. Disponível em: <http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/viewFile/151/182>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. A origem dos índios. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/a-origem-dos-indios.html>. Acesso em: 16 jun. 2025.

KASEKER, Mônica. A revista Realidade e a representação dos Indígenas brasileiros. In: KASEKER, Mônica. **Conversa em volta do fogo**, Gênio Editora, São Paulo, 2025. p. 57-72.

KASEKER, Mônica. O indígena brasileiro na revista Realidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 41., 2018, Joinville. **Anais...** Joinville, 2018.

KAMBEBA, Márcia Wayna. Saberes da floresta [e-book]. São Paulo: Jandaíra, 2020. Disponível em: Kindle.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. O amanhã não está à venda [e-book]. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em: Kindle.

KRÜGER, Helena; FERNANDES, Mayala; FÁVARO, Bruno; BUDEL, Caio. Terras sagradas x usina hidrelétrica: como construção da Itaipu Binacional causou “apagamento violento” de indígenas do Paraná. *G1*, 30 out. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2025/10/30/historico-e-impacto-construcao-usina-hidreletrica-itaipu.ghtml>.

LANGONI, Giovana Pereira. Etnocídio – Pierre Clastres. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/etnocidio-pierre-clastres>. Acesso em: 1 set. 2025

MARCELINO, Vitor. Entre o alinhamento e a dissonância: a fotografia na revista Realidade Amazônia (1971) e a defesa da colonização da floresta. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 31, p. 1–54, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/212123>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise crítica da narrativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PASSOS, Gésio. Ditadura Militar contribuiu para genocídio dos povos indígenas. **Agência Brasil**, Brasília, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/ditadura-militar-contribuiu-para-genocidio-dos-povos-indigenas> Acesso em: 04 maio 2025.

PEIXOTO, Roberto. Inpe: Alertas de desmatamento na Amazônia alcançam menor valor histórico para fevereiro. **G1**, mar. 2025. Editoria de Meio Ambiente. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/03/12/inpe-alertas-de-desmatamento-na-amazonia-alcancam-menor-valor-historico-para-fevereiro.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2025.

POVOS indígenas no Brasil. **Serviço de Proteção aos Índios**. Disponível em: < [https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_\(SPI\)>](https://pib.socioambiental.org/pt/Servi%C3%A7o_de_Prote%C3%A7%C3%A3o_aos_%C3%8Dndios_(SPI)>). Acesso em: 06 jul. 2025

POVOS indígenas no Brasil. **O que é política indigenista?**. São Paulo, Instituto Socioambiental. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/O_que_%C3%A9_pol%C3%ADtica_indigenista.

REALIDADE. **Amazônia**. Edição especial. Editora Abril, outubro de 1971.

RIESSMAN, Catherine Kohler. Análise narrativa. Tradução de Marcelo A. C. Nascimento Silva. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ROCHA, Liliane. Amazônia, cerrado e povos indígenas: o que a COP30 precisa priorizar. **Época Negócios**. Mar. 2025. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/colunas/diversifique-se/coluna/2025/03/amazonia-cerrado-e-povos-indigenas-o-que-a-cop30-precisa-priorizar.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SCHWARCZ. Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ. Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. **O Pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.61-92.

SEVERIANO, Mylton. **Realidade** - história da revista que virou lenda. Florianópolis, Santa Catarina: Editora Insular, 2013.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: por que as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. Disponível em: < https://www2.unifap.br/poscult/files/2018/08/VALENTE_Os_Fuzis_e_as_Flechas_-_Historia_de_sangue_e_resis.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025

VENTURA, Zuenir. **1968**: o ano que não terminou. 3. ed. São Paulo: Planeta, 2008.

VERÍSSIMO, Tatiana Corrêa; PEREIRA, Jakeline; MALCHER, Livando; PORTO, Biratan. A floresta habitada: história da ocupação humana na Amazônia. 2. ed. Belém: Imazon, 2020. Disponível em: <https://imazon.org.br/a-floresta-habitada-historia-da-ocupacao-humana-na-amazonia/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ZIGANTE, Daniela. Capa da revista Realidade sobre a Amazônia – reprodução. Observatório da Imprensa, 15 maio 2025. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/meio-ambiente-2/realidade-na-amazonia-e-amazonia-na-realidade-53-anos-depois-na-cop-30-em-belem/attachment/capa-da-revista-realidade-sobre-a-amazonia-reproducao/>.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela com paginação da edição 67º de *Realidade*

Paginação revista <i>Realidade</i> nº 67 - Outubro de 1971		
Página	Conteúdo	Descrição
0	Capa	Foto criança indígena sem manchetes
0	Contra-capa	Foto Rio Paru d'Oeste
1	Anúncio	Petrobrás - ideia de progresso / futuro promissor
2	Anúncio	Petrobrás - ideia de progresso / futuro promissor
3	Carta do Editor	Vitor Civita, cita o trabalho para a realização da edição. "Nas páginas seguintes estão cinco meses de viagem pela Amazônia feitos com a maior equipe e o maior orçamento para a cobertura de um único assunto em toda a história da Realidade e, possivelmente da imprensa nacional". O objetivo é informar a população nacional sobre a Amazônia (muita desinformação e desconhecimento na época sobre o assunto) e também documentar o "momento extraordinário" que estava acontecendo na região (construção de estradas, início da mineração e instalação de fazendas de gado). Civita ainda afirma que a Amazônia é "despovoada, improdutiva e uma fonte de pureza".
4	Anúncio	Perfume francês
5	Sumário	Índice com as reportagens e conteúdos trazidos na revista - manchete e linha fina
6	Anúncio	Diolen Guahyba - marca de tecidos para produção de ternos masculinos (empresa de tecelagem gaúcha)
7	Opinião	Espaço de opinião com vários homens, brancos, em cargos do estado ditatorial. Rodrigo Octavio Jordão Ramos: ex-diretor da Escola Superior de Guerra. Medo da "ameaça de posse internacional" da Amazônia. (por isso ela precisava ser "ocupada", "povoada". Ele defende que os povos originários precisam ser catequisados e ainda conclui "Não acredito que os índios possam representar qualquer dificuldade para o povoamento amazônico, não só pela sua dimensão insignificante no grande vazio geográfico, como pela sua índole pacífica".
8	Anúncio	Perfume "Maderas de Oriente" - perfume de toucador

9	Opinião	Continuação da entrevista com Rodrigo Octavio Jordão Ramos. // Olympio Mourão Filho: ex-ministro do Superior Tribunal Militar. Ele defende o não povoamento da Amazônia, diz que não é um espaço vazio, mas sim, "um espaço pleno de árvores, formando a maior floresta tropical do globo e garantidora da vida na maior parte da América do Sul, especialmente no Brasil. As futuras gerações não pouparão queixas as atuais que ousarem a destruição predatória da selva, abrindo, a qualquer pretexto, clareiras que conduzirão as novas falacroses progressivas até a diminuição substancial da mata virgem ou seu desaparecimento". Ele diz ainda que a abertura de rodovias deveria ser feita com estudo e análise de cientistas para definir as regiões onde se fixariam núcleos da população. // Entrevista com Ramiro Nazaré, economista e industrial paraense, industrializa caju no Pará. De acordo com ele, o que se fazia na região amazônica era imitar os processos de industrialização do centro-sul, "sem considerar as peculiaridades da região".
10	Anúncio	O que a Codespar (Companhia de Desenvolvimento Sul do Pará) e seu projeto agropecuário está fazendo no sul do Pará.
11	Anúncio	Codespar: imagens do projeto agropecuário, fotos das fazendas e do gado na região amazônica.
12	Opinião	Entrevista com Roy Philips, vendedor de aparelhos elétricos que decide morar na Amazônia. (Detalhe, não tem foto dele e a entrevista é super curta). // Mário Andreazza, ministro dos transportes, responsável pela "ocupação da Amazônia" por meio da construção de estradas. Para ele "A Transamazônica e a maioria das outras rodovias são projetos associados aos propósitos de dinamização dos imensos potenciais de uma região demograficamente vazia". Ele também destaca "o papel fundamental que as rodovias têm representado, em todo mundo, na colonização. Sem dúvida, são as estradas que descobrem novos caminhos e novas riquezas, permitindo a fixação do homem em terras inexploradas". Complementa ainda que "a Belém-Brasília (rodovia) é um exemplo típico de que se deve abrir estradas em regiões desertas, mesmo quando é inexistente ou precária a infraestrutura econômica." // Entrevista com Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, presidente da Fundação Nacional do Índio, ele diz "devemos levar o progresso ao índio". Afirma ainda que "a ação da Funai tem sido orientada no sentido de manter os índios em suas terras devidamente demarcadas e fiscalizadas" e que em relação às doenças levadas aos povos originários, estão realizando vacinação dos brancos, dos indígenas e instalando postos de enfermaria.
13	Anúncio	Nestlé, 50 anos da empresa que "nutre e alimenta o país".

14	Anúncio	Imagem de uma mulher negra com uma placa de alumínio. Empresa ASA alumínios, "levando o homem à dimensão do seu futuro".
15	Opinião	Continuação da entrevista com Oscar Jerônimo Bandeira Mello, presidente da FUNAI. Fala que os povos indígenas são um patrimônio da nação e que eles não são um obstáculo ao progresso, mas sim que eles devem participar do progresso. // Entrevista com Paulo Nogueira Neto, professor da USP. "Só existe um meio para evitar o extermínio dos índios e da sua cultura: é a multiplicação dos parques indígenas", defende que não se pode negar aos povos originários os benefícios da civilização, mas que eles tenham acesso a tudo isso "sem perder a sua própria identidade, sem se desfazerem de suas línguas e, até mesmo, de seus costumes. Não se deve massacrá-los culturalmente..." ... "há quatrocentos anos os índios vêm sendo massacrados, no confronto com o homem branco". "Chegam no absurdo de dizer que não devemos ter aqui núcleos raciais diferentes, como se os índios não fossem os brasileiros mais autênticos". // Entrevista com Yoshiaki Nishimukai, professor e economista, fala da ocupação e do desenvolvimento da Amazônia.
16	Opinião	Continuação da entrevista com Yoshiaki Nishimukai. // Entrevista com Armando Dias Mendes, vice-reitor da Universidade Federal do Pará. Ele fala que mesmo com o aumento da população da Amazônia o local ainda parecia despovoado e que o grande território destinado a poucas pessoas, poderia colocar a região sob ameaça de outros países, numa briga por territórios. Defende a ocupação gradativa do local e a construção de rodovias e outras obras federais. // Entrevista com Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e da Cultura. "Vamos ocupar a Amazônia, não podemos perder mais tempo", também defende a construção de estradas e da exploração dos recursos naturais da região.
17	Anúncio	Telefone da General Telephone & Eletronics do Brasil S.A. // "O telefone que não pifa"
18	Anúncio	Construtora Mendes Junior S.A.
19	Anúncio	Construtora Mendes Junior S.A. "A partir de agora, o progresso e o otimismo começam a percorrer a estrada que liga as cidades de Estreito e Marabá. É o primeiro trecho da Transamazônica que fica pronto. E seis meses antes do prazo. Um milagre?" Retratando a estrada como uma obra que está "abrindo os caminhos do desenvolvimento nacional" "Sob chuva ou sol, atravessando rios e corredeiras, enfrentando a selva hostil..."

20	Opinião	Continuação da entrevista com Jarbas Passarinho. Defende a ocupação da Amazônia com imigração nacional e internacional, evitando ameaças. // Entrevista com Gabriel Jean Passajou, técnico em cooperativismo (é francês). Defende a imigração estrangeira para ter uma ocupação efetiva da Amazônia. "Em muitos lugares, a população do interior da Amazônia vive sem incentivos, apática. É um tipo de gente que se pode tornar escrava inconsciente dos estrangeiros". // Entrevista com Giocondo Maria Grotti, bispo do Acre. (italiano, estava há 8 anos na Amazônia) apresenta projetos para a Amazônia.
21	Anúncio	Bank of London & South America Limited // Fala da construção da Transamazônica. O Banco de Londres atendeu o apelo e compareceu à região para incentivar o progresso e a exportação que começavam a florescer.
22	Informativo Publicitário	SIDERAMA - Companhia Siderúrgica da Amazônia // "Suprida a fome de aço na Amazônia" // Criação de uma usina de minério e aço que "utilizará 98% de matérias primas locais".
23	Anúncio	Departamento de Estradas de Rodagem do Maranhão (DER) "Integrar o país através de estradas que possam transportar o progresso é condição básica para o desenvolvimento". "Ampliarão a fronteira agrícola, sustentando um arrojado programa de colonização a ser derramado pelo governo nos próximos anos". Ideia de novo, modernização e progresso.
24	Opinião	Entrevista com Francisco Meirelles, delegado da Funai, Rondônia. "Confinado em parques, ou integrado à sociedade, o índio só tem um destino: a marginalização. "Ou o índio se integra rapidamente ou será exterminado". Entrevista muito curta com o delegado. // Djalma Batista, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Fala da dificuldade de alimentação na Amazônia, "Se o homem não é um morto de fome, é pelo menos um subnutrido".
25	Anúncio	Propaganda de um farol para carros da Volkswagen, no caso para a época, o Fusca.
26	Anúncio e Opinião	Propaganda de isqueiro caríssimo, com opções de ouro e diamantes. // Fim entrevista com Djalma Batista // Entrevista com Gustavo Moraes Rêgo Reis, ex-comandante da Fronteira do Solimões, critica a falta de recursos, entrevista breve. // Entrevista com Carlos Aloysio Weber, ex-comandante do 5º Batalhão de Engenharia e Construção. "Quando se quer fazer alguma coisa na Amazônia, não se deve pedir licença: faz-se". Relato bem curto, finaliza com "Se tudo o que fizemos não tivesse dado certo, eu estaria na cadeia, velho." Encerra-se assim a parte de opinião com entrevistas.
27	Anúncio	Perfume Canoe, de Paris.

28	Informativo Publicitário	CAEMA (Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão // saneamento básico e abastecimento de água para o estado do Maranhão
29	Anúncio	Companhia Nacional de Tecidos Nova América
30	Luis Carta Diretor Editorial do Grupo Abril	"Realidade na Amazônia" - A edição especial da Amazônia começou em janeiro de 1971, convite ao jornalista Raimundo Rodrigues Pereira.
31	Luis Carta Diretor Editorial do Grupo Abril	Nove meses para transformar a conversa de ambos jornalistas em 320 páginas da edição. "Raimundo Rodrigues Pereira, formado em física, foi repórter policial de 'O Dia' e depois um dos editores de 'Veja'. Foi ele o escolhido para chefiar uma equipe de dezesseis jornalistas que partiram para descobrir um território maior que a Europa, uma Europa só de mato e água." "Queríamos contar a Amazônia do ponto de vista do herói diário, do seringueiro, do técnico, do pescador, do desempregado, do índio. Até, num certo sentido, do jacaré, da onça, dos peixes e das árvores".
32	Luis Carta Diretor Editorial do Grupo Abril	Nomes da equipe especial para a produção da edição da revista, jornalistas, fotógrafos e ilustradores.
33	Anúncio	Ultrafertil // empresa de fertilizantes
34		Viagem ao planeta do verde, da água e do sol (matéria é um ensaio fotográfico e conta com 14 páginas) Certa valorização da Amazônia, por sua beleza natural, banhada por rios, com árvores, flores e animais
35	Ensaio Fotográfico	-
36	Ensaio Fotográfico	-
37	Ensaio Fotográfico	-
38	Ensaio Fotográfico	-
39	Ensaio Fotográfico	-
40	Ensaio Fotográfico	-
41	Ensaio Fotográfico	-
42	Ensaio Fotográfico	-
43	Ensaio Fotográfico	-
44	Ensaio Fotográfico	-
45	Ensaio	-

	Fotográfico	
46	Ensaio Fotográfico	-
47	Ensaio Fotográfico	-
48	Anúncio	Governo do Estado do Pará "Homens trabalhando para colocar o Pará em seu lugar certo - em cima"
49	Anúncio	Governo do Estado do Pará / levar o estado na direção do progresso
50	Fotografia	-
51	Reportagem	"A nossa vida nos Trópicos"
52	Reportagem	Os insetos, o calor e a chuva // "Então é impossível habitar esse inferno quente, úmido e insalubre?" // "Jack Swagety, quarenta anos, um americano de riso fácil, doutor em agronomia pela Universidade de Davis, Califórnia, está falando sobre a vida na Amazônia. De repente torna-se quase solene: Sabe, você precisa fazer um grande favor ao Brasil. Diga que este lugar aqui é bom para se viver. Eu acho que nós, estrangeiros, sabemos isso mais que os brasileiros de outras regiões, que imaginam a Amazônia como um inferno".
53	Fotografia	-
54	Fotografia com legendas	-
55	Fotografia com legendas	-
56	Fotografia com legendas	-
57	Reportagem	As cidades, as civilizações // "A duas horas de barco da cidade está a selva, com seu fascínio, seu mistério, seu misticismo. Na cidade, por sua vez, as forças para transformar a selva - algo confusamente definido como 'progresso' - estão chegando. Que o homem e que cultura saberão realizar o progresso em harmonia com a natureza?"
58	Fotografia	-
59	Fotografia com legendas	Rostos Amazônicos
60	Reportagem	Quem derrotou os marajoaras? // "O visitante descuidado confundirá a introspecção do homem amazônico com o tédio, assim como achará monótona a floresta mais viva e colorida do seu planeta."
61	Reportagem	Satarém e a perda do anonimato depois que o ouro foi descoberto na região. Garimpos foram abertos. "Em 1963 havia 5 000 homens garimpando o ouro do Tapajós. O metal foi pouco para tanta cobiça". "Na cidade, além da tentação do ouro, o visitante reencontra também o mistério das antigas civilizações amazônicas. Ali viveu e

		foi destruída outra das mais notáveis nações indígenas do Brasil, a tapajó". Que podem ter sido a maior tribo da Amazônia.
62	Reportagem	"Os marajoaras já tinham desaparecido quando os brancos chegaram. Mas os Tapajós não escaparam ao cruel contato com os civilizados e a cultura amazônica perdeu mais um de seus elementos". / "No fim do século XVII, dos orgulhosos tapajós, sobravam apenas restos para os arqueólogos. E o rio a que deram seu nome". /
63	Anúncio	Leite Ninho
64	Anúncio	Carro Ford - imagem do casal e do carro aparentemente em uma floresta, área de mata
65	Anúncio	Carro Ford - imagem do casal e do carro aparentemente em uma floresta, área de mata
66	Reportagem	Sobre o território da Amazônia
67	Reportagem	"Você já imaginou o Brasil sem a Amazônia?" // "Num mapa da América do Sul, o Brasil-sem-Amazônia- é um país de contornos irreconhecíveis. Mas, em termos econômicos, o que representaria a perda da Amazônia para o Brasil? Analisando os índices econômicos atuais da região, chega-se a uma resposta estranha: seria uma perda insignificante. A Amazônia contribui com menos de 4% para a formação da renda total brasileira". Mas analisando a potencialidade do território, seria uma grande perda, principalmente dos recursos naturais. Finaliza com um chama para a página 143.
68	Anúncio	Emissor S.A - Instituição financeira
69	Anúncio	Ultragaz - Apoio ao progresso e a construção da Transamazônica
70	Reportagem	Amazônia, ontem
71	Reportagem	Mitologia e história, as mulheres Amazonas
72	Reportagem	História
73	Reportagem	História e mitologia, grande rio batizado de Amazonas (por conta das mulheres da mitologia)
74	Reportagem	"A partir de Belém, começa a exploração portuguesa da Amazônia" Um nome de destaca, Pedro Teixeira . //
75	Reportagem	Época de colonização e briga de Portugal pelo território Amazônico. 1639 - "No fim da expedição, com 69 anos, Pedro Teixeira recebeu do governador do Pará uma oferta que na época significava verdadeira fortuna: trezentos casais de índios cativos, mais as terras de suas aldeias. O truculento português passara grande parte da vida matando índios. Matava os que se aliavam aos estrangeiros, os que resistiam à ocupação de suas terras, ou simplesmente à própria escravidão. Quantos índios matou ou mandou matar, não tinha mais conta. Em trinta

		anos, na região e na época de suas atividades, estima-se (conforme referências do padre Antônio Vieira) que tenham sido mortos 2 milhões de índios". // " Dois anos depois ele morreu, "sem saber que suas ações contribuíram para mudar a geografia política do mundo".
76	Reportagem	Portugueses escravizaram os povos indígenas
77	Reportagem	História da colonização e da guerra pelo território da Amazônia, que mesmo após a independência do Brasil, ainda não era independente de Portugal
78	Reportagem	Branços, Portugueses detentores do dinheiro, das empresas, do comércio x Caboclos, indígenas, ribeirinhos
79	Reportagem	Angelim - Líder da Cabanagem
80	Reportagem	Cabanagem e a descoberta das seringueiras
81	Reportagem	As seringueiras e a popularização da borracha
82	Reportagem	Brasil x Bolívia x Acre
83	Reportagem	Revolução Acreana
84	Reportagem	Manaus evoluindo como cidade
85	Reportagem	Manaus evoluindo como cidade
86	Reportagem	Nimuendaju - cientista, indígena.
87	Reportagem	Amazônia, hoje // Áreas rurais da Amazônia, ainda sem estradas, trabalhadores da floresta
88	Reportagem	A vida do interior, dos trabalhadores (que moram longe das estradas), do extrativismo
89	Reportagem	Vida dos trabalhadores "É uma miséria sem eletrodomésticos, sem móveis, mesmo a cama é um conforto exagerado, substituída pela rede de dormir".
90	Reportagem	As águas dos rios sobem no inverno Amazônico.
91	Fotografia	-
92	Fotografia com legendas	Trabalhadores
93	Fotografia	Trabalhadores
94	Fotografia	-
95	Reportagem	150 mil famílias vivem do extrativismo de seringueiras e castanheiras, trabalho em decadência e já com pouca produtividade

96	Reportagem	Repórteres Octávio Ribeiro e Jean Solari acompanham há 23 dias um grupo de caçadores // a caça? Onça-pintada, um "troféu" // Depois da caça ainda devem ao patrão pelas armas e munições, o que ganham ainda é pouco, para ser dividido em equipe. // o trabalho do seringueiro também não é fácil, são horas a fio na floresta - matéria que retrata a precarização do trabalho para as pessoas mais 'simples' na região amazônica. // "Élcio sai de casa às 4 horas da manhã, a 2 quilômetros da primeira estrada, com um pouco de farinha para o almoço. Geralmente volta às cinco, com 15 quilos de leite das árvores, depois de 32 quilômetros de caminhada e corte. Teresa, à 1 hora da tarde, já pegou outros 15 quilos que Élcio deixou na saída de uma das estradas. Faz a caminhada de 4 a 6 quilômetros, ida e volta, com Marinete, sua filha de um ano e meio no colo".
97	Reportagem	"No dia em que Élcio feriu o pé, não tinha nem álcool para desinfetar a ferida. Quando Graça, a filha mais velha do Zeca, de dez anos, caiu doente com febre, também não houve o que fazer". // Precarização das pessoas mais humildes em relação a ideia fantasiosa de progresso imposta pelo então governo // Repórter agora acompanha um pescador em busca do peixe-boi. // "A caçada do peixe-boi, embora proibida pelas leis de proteção às espécies ameaçadas de extinção, é o momento mais tenso e épico da vida de Rodrigues Simões e de toda a gente daquela região, onde se leva uma vida quase anfíbia, entre a terra e a água, em busca da sobrevivência, que ora está nos rios, ora na mata". // Agora o repórter acompanha a caçada de jacarés.
98	Mini Perfil	Jamil Abdon - extrativista
99	Mini Perfil	Bento e companheiros - caçadores de onça
100	Reportagem	Jornalistas acompanham agora o dono das terras
101	Anúncio	Brasilit - telhas para casas (casal branco na imagem)
102	Reportagem	Entrevistam o gerente de um escritório do seringal. Ele comenta sobre a vida miserável dos seringueiros, que a maioria tem 'dívidas' com os patrões e que o Acre era praticamente só seringal, mas "Dia a dia vai diminuindo. São as estradas, a nova vida".
103	Anúncio	Philips Turnolock - rádio
104	Reportagem	Uma leve comparação do agora e do antes, o extrativismo continua, mesmo que os seringais entraram em decadência. A "moda" do momento era o garimpo, feita até com auxílio de maquinários
105	Anúncio	Mercedes-Benz - incentivando a construção de estradas e dizendo como isso valoriza ainda mais o veículo. Vangloria a ideia de progresso
106	Fotografia	-
107	Reportagem	A fronteira da aventura

108	Reportagem	Mike Tsalicks - o homem da cobra // finge que luta com uma sucuri para fazer fotos
109	Reportagem	A caça e o tráfico de animais vivos na fronteira entre Brasil (Belém) e Colômbia (Letícia) // A tríplice fronteira de Brasil, Colômbia e Peru // Mike ficava na Colômbia pois as leis de proteção a fauna brasileira eram mais rígidas. // [Amazônia sendo explorada sem dó nem piedade, sendo abusada, estuprada, para o lucro] // Mike tem hotéis e zoológicos em várias regiões do mundo. // Em troca de remédios, Mike fazia os povos originários se vestirem com roupas dadas por ele mesmo e a fazer encenações para os turistas.
110	Reportagem	"Na América do Sul, a Amazônia, dividida em nove países, é quase do mesmo tamanho do Brasil, 8 milhões de quilômetros quadrados. As conquistas militares ao longo de quatro séculos asseguraram aos brasileiros 63,4% deste território e uma fronteira de 11 600 que nos aproxima e nos afasta de sete outros proprietários desse grande consórcio amazônico.
111	Reportagem	Fala da fronteira do Brasil com a Bolívia
112	Reportagem	Fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Peru
113	Reportagem	Fronteira do Brasil com a Bolívia , com o Peru e com a Venezuela
114	Reportagem	Fronteira e construção de estradas
115	Anúncio	Carro Variant - Volkswagen
116	Informativo Publicitário	Produção de palitos de fósforo - FOSNOR
117	Informativo Publicitário	Produção de palitos de fósforo - FOSNOR
118	Anúncio	Phebo - "Há 40 anos a Phebo ganha dinheiro com produtos da Amazônia
119	Reportagem	Amazônia, amanhã
120	Reportagem	A caça aos tesouros do subsolo amazônico
121	Reportagem	Corrida aos minérios da Amazônia
122	Reportagem	Fazenda de gado, as da Amazônia, maiores do que as do Sul
123	Reportagem	"A região amazônica está fadada a ser o grande centro exportador de carne do mundo"
124	Fotografia	-
125	Reportagem	A construção da Transamazônica. Foi Friedrich Hoepke, um alemão, que deu a ideia de construir uma estrada que unisse os "extremos navegáveis dos grandes afluentes da margem direita do Amazonas. Um mês depois da morte dele, o governo brasileiro anunciou a construção da estrada. "A extensa rodovia une - como Friedrich propôs - os trechos navegáveis de grandes afluentes do Amazonas. Une ainda o nordeste seco e superpovoado à Amazônia úmida e desabitada. É, por isso, uma espécie de convite para a colonização da selva".

126	Reportagem	Os primeiros noivos da Transamazônica
127	Reportagem	Pessoas do Nordeste mudando para a região da Transamazônica com suposto incentivo do governo na época. A promessa era de 100 hectares de terra, mais casa, salário, assistência médica, escola. "Mais de mil famílias como a dele já vivem na Amazônia em lotes dados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)".
128	Reportagem	Exploração às minas de bauxita, minério de alumínio. // Exploração do manganês no Amapá
129	Reportagem	Corrida para exploração dos minérios, colocada aqui como um sucesso, com bilhões de toneladas e faturamento alto. Parte com traços positivos dessa exploração. Milhões de cruzeiros investidos. José Martinez entrevista o presidente do Radam (Radar da Amazônia), José Maciel de Moura. O projeto indica os locais mais propensos a ter jazidas de minérios.
130	Reportagem	Reservas minerais no mundo se esgotando rapidamente e a inovação do Radam na descoberta de novas jazidas. "Corrida em busca dos tesouros do subsolo amazônico".
131	Reportagem	Plínio Benfica - ficou rico com os minérios da Amazônia. Ele defende que a corrida dos brasileiros ao minério amazônico, iria ajudar a povoar a região. O desmatamento da floresta para a criação de fazendas e pasto para o gado
132	Reportagem	A pecuária e o agronegócio invadem a Amazônia. José Ramos Rodrigues, empresário, dono da empresa de ônibus Reunidas "diz que gosta é dos índios: O que os índios querem é nos receber de braços abertos. Caiapós e Cajabis, tribos da região aparecem em sua casa para buscar "presentes". A convocação de 'peões' 'por 'gatos' para trabalhar nas fazendas na região amazônica. Pessoas de vários cantos do país se mudavam.
133	Reportagem	"De cada seis projetos que querem os incentivos fiscais que o governo destina à Amazônia, três são para atividades agropecuárias". "A Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) aprova uma média de cinco novas fazendas por mês". // "A região amazônica está fadada a ser o grande centro exportador de carne do mundo".
134	Reportagem	Comparativo da grandeza da Amazônia com a "precariedade" de uma terra sem estradas e sem consumo. // "Nos seus cinco anos (foi iniciada em 28/09/1966), a Sudam mudou o ritmo da Amazônia. As fazendas de gado criadas com seus incentivos estão alterando a paisagem. As descobertas minerais, incentivadas pelo órgão, poderão levar a área a produzir a maior parte de nossas dividas". // Instalação de indústrias // Criação da Zona Franca de Manaus em 28/02/1967. //

135	Reportagem	Construção da Transamazônica "O chefe do escritório da empresa em Manaus fala dessa ligação incrível entre o mundo superdesenvolvido e a selva, como de um acontecimento histórico. E seguramente tem razão".
136	Reportagem	Colonização da Amazônia com famílias de todos os cantos do país, com promessa de casa, emprego, dinheiro
137	Anúncio	Wella - marca de cosméticos
138	Anúncio	Revista Quatro Rodas - concurso de melhor motorista do Brasil
139	Anúncio	Revista Quatro Rodas - concurso de melhor motorista do Brasil
140	Anúncio	Banco Bamerindus do Brasil
141	Reportagem	Amazônia, problemas // A ameaça sobre os povos indígenas, fauna, floresta, a presença dos "gringos", o drama da colonização
142	Gráfico	-
143	Reportagem	A vida que vem do verde // gráfico // " O homem foi destruindo os recursos naturais de seu mundo como se eles fossem inesgotáveis".
144	Reportagem	"Civilização até hoje tem sido sinônimo da mata arrasada. Hoje, cem mil pessoas vivem da destruição da floresta amazônica. Civilização ou ameaça?" // Traz alguns dados de destruição e exploração de outros países. // "A principal atividade de ocupação física da Amazônia - e de destruição de suas florestas - é a agropecuária."
145	Reportagem	Pastagens pobres e inúteis depois da derrubada da floresta para uso da criação de gado
146	Gráfico	-
147	Reportagem	Gráfico e texto "Como a floresta tenta defender o ambiente do homem" // importância da Amazônia em manter como órgão que mantém a vida na biosfera. //
148	Reportagem	A Amazônia produz metade do oxigênio da Terra. // "As florestas e áreas verdes são, por enquanto, as únicas fontes produtoras do oxigênio que aspiramos. As áreas verdes naturais têm desaparecido constantemente para dar lugar ao cimento e ao asfalto de estradas e cidades ou ao verde menos intenso dos campos cultivados".
149	Reportagem ***	"A previsão é de que, no ano 2020, em que presumivelmente uma boa parte dos atuais seres humanos da Terra pretende ainda estar viva, se o ritmo atual persistir, o nível de CO ² no ar será 100% maior do que por ocasião do início da Revolução Industrial. [...]. Muitos cientistas teorizam que, quando o seu nível crescer de 100% em relação ao atual - do jeito que vai, dentro de algumas décadas -, a temperatura do planeta subirá de 2 a 4 graus. Isso bastará para derreter as calotas polares. As águas dos oceanos subirão mais de

		30 metros".
150	Imagem	"Finalmente descobrimos o inimigo: o inimigo somos nós" // nessa parte a revista nem parece a mesma das páginas anteriores
151	Reportagem	"Morreram as cidades e o homem" - Um jovem arquiteto brasileiro, de 26 anos, Sérgio Prado vai à Amazônia para propor caminhos e possibilidades
152	Imagem	-
153	Imagem	-
154	Reportagem	Sérgio acompanhou os repórteres da Realidade por um mês.
155	Anúncio	Philips Eletrofone - para tocar discos de vinil
156	Anúncio	SERPRO - parque de processamento eletrônico de dados da América Latina
157	Documentário Fotográfico	Imagens de um massacre // Cenas de morte de macacos, onça, jacarés e peixe boi: um documentário fotográfico inédito de 95 dias na selva // extermínio da fauna amazônica // caçadas proibidas por lei desde o governo Castelo Branco
158	Documentário Fotográfico	-
159	Documentário Fotográfico	"Em 1970 foram mortos 'apenas' 500 000 jacarés".
160	Documentário Fotográfico	Onça-pintada e veado
161	Documentário Fotográfico	-
162	Documentário Fotográfico	Peixe-boi - espécie ameaçada de extinção, caça proibida
163	Documentário Fotográfico	-
164	Documentário Fotográfico	-
165	Reportagem	A lei proíbe. Mas quem cumpre? // Homem branco responsável pelo massacre da fauna amazônica. "A civilização europeia que veio colonizar o Brasil achava que todo bicho deve ser morto e que toda floresta é sinônimo de pestilência". "Civilização = ausência de floresta. Esta fórmula é a principal característica da nossa cultura - diz o professor Paulo Emílio Vanzolini, diretor do Museu de Zoologia de São Paulo. Em seus 47 anos, fez 23 expedições científicas pela Amazônia. Concluiu: - O maior inimigo da fauna selvagem é a destruição do seu ambiente natural". Castelo Branco proibiu a caça depois de tomar conhecimento do genocídio que estava acontecendo, porém não adiantava ter a lei, se não tinha fiscalização e efetivo para isso. O massacre continuou

166	Reportagem	Caçadores davam argumentos e desculpas para justificar as matanças // Box: Parte que fala dos jacarés. Agrônomo debocha dizendo que deve ter uns dois ou três animais da espécie na Amazônia. O jornalista então escreve (sendo racista) "A piada de humor negro por enquanto ainda é apenas piada".
167	Reportagem	Argumentos voltados para questões econômicas do Brasil, dizendo que a proibição iria afetar a economia e incentivar o contrabando. A vida da população do interior da Amazônia vai "sofrer rebaixamento".
168	Reportagem	"Caçar peles? E por que não fotos? "
169	Anúncio	Perfume "Rastro"
170	Anúncio	Relógio "Longines Admiral"
171	Reportagem	"Os estrangeiros (um fato) roubam a Amazônia. (uma opinião) roubam mesmo? (uma questão)" "Pesquisa: o povo acredita que os estrangeiros estão roubando a Amazônia. Documento: 21 páginas com êsses estrangeiros fantásticos e suas histórias"
172	Fotografia	Crianças estrangeiras
173	Reportagem	Loirinhos estrangeiros "vivem e estudam aqui, numa escola de língua inglesa para os filhos dos 106 missionários da igreja Novas Tribos do Brasil. Os pais estão com os índios, em diversos pontos da Amazônia".
174	Reportagem	"Dizem que querem traduzir a língua dos índios, mesmo existindo um só com essa língua."
175	Reportagem	Missionários na "missão" de catequizar os povos originários
176	Reportagem	Primeira leva de emigrantes japoneses // Poloneses
177	Reportagem	Pastores norte americanos
178	Reportagem	Holandês, norte americanos - geralmente proprietários de empresas
179	Reportagem	Norte americanos donos das indústrias de ferro e madeira que tomam grande parte do território da Amazônia. // "Robert Korpershoek, holandês, geólogo, chefe da mina de alumínio de um dos seis homens mais ricos do mundo, o americano Daniel Keith Ludwig, dono da National Bolk Carriers".
180	Reportagem	"Esta mina estava aí para quem quisesse. Nós brasileiros passamos de longe, nem pisamos na Serra, chutamos que era calcário".
181	Reportagem	"Embora sua companhia esteja numa área pertencente aos índios, as pesquisas ali foram autorizadas pelo govêrno federal". "Americanos, canadenses, franceses, suíços, todos êles correm atrás das possivelmente fabulosas minas amazônicas". Criavam empresas laranjas, mas que pertenciam ao mesmo grupo para poder explorar mais áreas da floresta

182	Reportagem	"A corrida do alumínio é a história mais recente dos fantásticos estrangeiros atrás dos minérios da Amazônia". // "Esquecendo o puro e simples assassinato através do envenenamento ou da bala, método muito utilizado pelos antigos seringueiros ou colhedores de castanha, as modernas empresas interessadas em lesar e explorar os índios usam de técnica sutil e sofisticada, de modo tão perfeito que, quando os indígenas acordam, estão sem terras e sem riquezas". "Todas essas histórias ganham um novo colorido com a Transamazônica. [...] "Ela serviria para facilitar às firmas estrangeiras se apoderam dos minérios da região".
183	Reportagem	"Anos atrás, Rudolph Heine, de outra das cinco lanchas "Luzeiro" que os adventistas têm na Amazônia, fôra chamado pelo subsecretário da Saúde do governo da Amazônia para se defender de uma séria denúncia: seu pessoal estaria empregando técnicas de esterilização em massa nas caboclas do interior. Foi absolvido. [...]. Aqui, você vê uma mulher de vinte anos com seis filhos e já acabada, como uma velha, sem dentes. Talvez não exista outra forma de acabar com tanta miséria a não ser o controle de natalidade, feito com política do governo". // Os responsáveis pela evangelização na Amazônia eram, em sua maioria, estrangeiros.
184	Reportagem	"Os padres católicos dizem cuidar de 60 000 índios, só na Amazônia ocidental. O número parece inflacionado e muitos o atribuem a uma intenção de obter mais verbas federais destinadas aos selvagens. Também os protestantes estão mais interessados nos índios". // Ideia de traduzir a língua dos povos indígenas.
185	Reportagem	Grandes grupos madeireiros internacionais
186	Reportagem	Não é só a floresta que atrai capital estrangeiro, o rio também atrai pela pesca.
187	Reportagem	Estrangeiros e seus planos de exploração
188	Reportagem	Estrangeiros e seus planos de exploração
189	Anúncio	Banco Noroeste
190	Reportagem	Dizem que ele tem um exército secreto no país. Mas o que ele tem é um país // Continuação sobre os estrangeiros
191	Reportagem	Daniel Ludwig: O homem colocado entre os seis mais ricos do mundo
192	Reportagem	Os segredos do império de Ludwig
193	Reportagem	A maior frota do mundo, o maior projeto agrícola do mundo... Búfalos, bois, minas
194	Reportagem	A exploração da bauxita e as inúmeras jazidas de Ludwig
195	Anúncio	Guaraná Brahma
196	Reportagem	Derrubam a floresta para plantar gmelina, árvore responsável pela produção de celulose. A Amazônia como o grande celeiro de produção de alimentos,

		reforçando que organizações preveem escassez de alimentos.
197	Anúncio	Soda Limonada Brahma
198	Anúncio	Realidade
199	Anúncio	Realidade
200	Anúncio	Lloydbras - nós fazemos no mar o caminho do progresso // cita o uso dos navios na Amazônia
201	Anúncio	Banco Holandês Unido S.A. e Banco Aymoré de Investimentos S.A.
202	Ensaio Fotográfico	-
203	Ensaio Fotográfico	A última chance dos últimos guerreiros // Ensaio fotográfico: beleza indígena / Problema: a Amazônia era o último refúgio dos povos indígenas e agora, que está sendo invadida por estradas, gado, colonos? // "Dos 2 ou 3 milhões de índios que viviam no Brasil em 1500, restam hoje uns 50 000. E seu último refúgio é a Amazônia, a região que nosso povo ocupará em pouco tempo, a partir de agora, com a construção de estradas, abertura de fazendas de gado, exploração de minérios. Contamos a seguir uma tragédia: a história da nação índia no Brasil, desde Pedro Álvares Cabral. E tentamos responder a uma pergunta: Na Amazônia evitaremos que a tragédia se repita?"
204	Ensaio Fotográfico	-
205	Ensaio Fotográfico	-
206	Ensaio Fotográfico	"Em 1729, a expedição Belchior Mendes de Moraes matou cerca de 20 000 índios Manaus nas margens do rio Branco. Mas também as doenças dizimaram muitas tribos. Entre 1743 e 1749, a varíola trazida pelos portugueses matou 40 000 índios na Amazônia". // "O Brasil já era República. A opinião das cidades, incentivada por uma imprensa combativa, participava ardentemente de todos os acontecimentos. Emocionou-se com a questão dos índios, e pôs-se a favor deles. E apoiava apaixonadamente as posições de um oficial do Exército, Cândido Mariano da Silva Rondon, neto de índios. Durante a construção de linhas telegráficas, que então penetravam pelo sertão, Rondon adotava uma atitude de respeito total às comunidades tribais e seus costumes. Esse movimento urbano provocou o nascimento, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios, SPI. Com Rondon à frente e com uma política por ele formulada, baseada em quatro pontos: 1- Morrer, se preciso fôr. Matar, nunca; 2- Respeito às tribos indígenas como povos independentes; 3- Garantir aos índios a posse da terra que habitam, e é necessária à sua sobrevivência; 4- Assegurar aos índios a proteção direta

		do Estado. Em seguida, a própria Constituição incorporou essa posição diante do índio, garantindo-lhe a posse de suas terras. Mas, em 1957, o etnólogo Darcy Ribeiro anuncia que o SPI está falhando. E demonstra: dos 200 000 índios existentes em 1900, só restavam uns 70 000. Das 230 tribos do início do século, 87 tinham desaparecido."
207	Ensaio Fotográfico	"As tribos atraídas para o convívio pacífico com os brancos eram igualmente exterminadas pelas doenças, especialmente gripe, tuberculose, sarampo, varíola, malária e blenorragia." // O despreparo e a corrupção dos funcionários do SPI também contribuíram para o seu fracasso.
208	Ensaio Fotográfico	-
209	Ensaio Fotográfico	-
210	Ensaio Fotográfico	"O índio não pode saltar direto para nossa civilização. Já pensou no que significa para ele defrontar-se com uma civilização incrivelmente superior em sua técnica, que usa aparelhos tão assustadores como um avião, que traz doenças para as quais seus remédios não funcionam? É preciso dar tempo aos índios. Aos poucos irão criando resistência às doenças. Enquanto isso, vamos ensinando-lhes a técnica da nossa civilização." FALA RACISTA // Criação da FUNAI depois do SPI
211	Ensaio Fotográfico	-
212	Ensaio Fotográfico	"Em 1970 o governo decidiu abrir estradas para conquistar definitivamente a Amazônia. Mas os índios estavam no caminho. Só no traçado da Transamazônica, ou nas suas proximidades, havia sinais de treze tribos, com uma população de aproximadamente 5 000 índios."
213	Informativo Publicitário	Agrimsa - Agro Industrial Meinberg S.A. // "O progresso da Amazônia aceita sócios. Participe deste desenvolvimento com a Agrimsa".
214	Anúncio	Esso - distribuição de produtos do petróleo // cita a Transamazônica
215	Reportagem	A busca da terra (inferno ou paraíso?) prometida Fala sobre a colonização da Amazônia. O movimento, de acordo com o autor, pode ser comparado ao êxodo do povo Hebreu. INCRA foi o órgão responsável pelo projeto, para eles a "Meta é ambiciosa: em cinco anos, levar 100 000 famílias para as faixas de 200 km ao longo das novas rodovias federais na Amazônia". // Cinco repórteres contam como anda o projeto, cada um em uma região e acompanhando / entrevistando públicos diferentes, desde o presidente do INCA, a 22 famílias do Paraná que se mudaram para a região amazônica.

216	Reportagem	Conta a história de três famílias de colonizadores que estão na Amazônia. A primeira de origem nordestina. “A publicidade que fazem no Nordeste leva muitos a pensar que vão enriquecer da noite para o dia aqui”. // Mostra a precarização do sistema: “O sistema de agrovilas tem sido criticado. Instalado já há cinco anos, ainda não tem luz e falta água”. // Famílias começaram a retornar para a cidade de origem. “No último mês, cinco famílias voltaram, decepcionadas com a terra, a produção, o isolamento”. // Além de nordestinos, iam pessoas de São Paulo, como o Sebastião Ribeiro. Ele foi um dos que acreditou no plano do governo para dar terras da Amazônia.
217	Reportagem	Projeto Ouro Preto: abertura de duas novas áreas para a agricultura e pecuária, uma em Rondônia e outra no Acre. Ida de famílias paranaenses para a região amazônica com a promessa de boas terras. // José Francisco Moura Cavalcanti, 45 anos, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). “Sua missão, a de um Moisés o século XX: organizar um êxodo humano para a Amazônia, a terra prometida, onde colonos miseráveis teriam terra, casa e todo tipo de assistência”.
218	Reportagem	Japonês Massanori Shimon
219	Reportagem	Perfis de pessoas que vivem na Amazônia como imigrantes, na sequência tem uma imagem mostrando as rodovias que cortam a região da floresta.
220	Reportagem	Notícias sobre a construção da Transamazônica, recrutamento de colonos para trabalharem nas terras. “O critério geográfico tem em vista atrair para a Amazônia o excedente de população e quatro áreas superpovoadas do país”. // “Além disso, o INCRA convocou as empresas privadas de colonização para dirigirem parte do êxodo em direção à Amazônia. Foram consultadas 28 dessas empresas, inclusive as responsáveis pela formação de cidade como Londrina e Maringá (Paraná)”. // “A maior parte da colonização da Amazônia deve ser feita mesmo pela iniciativa das empresas particulares. O INCRA apenas aprova, fiscaliza e garante a entrega da terra à família escolhida”.
221	Reportagem	Corrupção durante a colonização da Amazônia “Logo que surgiu o projeto de colonização em torno das áreas de terra roxa de Altamira, o INCRA ficou perplexo ao descobrir que grandes figuras de São Paulo tinham uma propriedade conjunta de setenta lotes, de 4 356 hectares cada – exatamente nas margens da estrada e na zona das terras roxas. O grupo havia também apresentado à Sudam um projeto agropecuário para as terras, no valor de 6 milhões de cruzeiros. Intrigado com tanta ‘visão empresarial’ do grupo, o INCRA resolveu investigar os títulos das setenta propriedades. E descobriu que todos

		tinham sido emitidos através de um falso livro do Cartório do Segundo Ofício e Imóveis de São Félix do Xingu”.
222	Reportagem	“A ideia de que a floresta um inferno infestado de insetos e bichos transmissores de moléstias, que tem afastado muito dos possíveis colonizadores da Amazônia, não é exata”.
223	Reportagem	Laboratório de arbovírus do Instituto Evandro Chagas. O Instituto Evandro Chagas (IEC), ligado ao Ministério da Saúde, atua principalmente na Amazônia com pesquisas biomédicas, vigilância em saúde e meio ambiente. Também realiza diagnósticos, monitora doenças infecciosas e forma profissionais em programas de ensino e pós-graduação.
224	Reportagem	Zona Bragantina, região que faz parte de 1% da área do Pará é colocada pelo autor como a única “experiência efetiva de colonização”. “Concentram-se nessa região mais de 90% das estradas asfaltadas da Amazônia, e quase todas as suas cidades dispõem de luz elétrica nas 24 horas do dia (coisa bastante rara na Amazônia). Ao ser escolhida como núcleo da colonização, a Zona Bragantina deveria se transformar no ‘celeiro do mundo’, segundo as previsões mais otimistas. Hoje restam as estradas e a luz elétrica, mas a colonização – baseada na agricultura – falhou”. “Na história da Amazônia, não foi apenas o projeto da Zona Bragantina que falhou. Falharam todas as experiências de colonização oficiais ou particulares, até mesmo estrangeiras. É certo que nenhum deles parece contar com tanto apoio (e verbas) do governo brasileiro, como o projeto que se inicia agora. Mesmo assim, a conquista da Amazônia parece ainda um desafio. Uma coisa é certa: tentar a exploração de terras, na Amazônia, com métodos (e produtos) agrícolas tradicionais, é condenar os colonizadores à desgraça”.
225	Anúncio	Banco Itaú
226	Anúncio	Companhia Industrial Amazonense - exploração do estanho
227	Anúncio	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - exploração do estanho
228	Informativo Publicitário	Informativo da Cia. Carioca Industrial // exploração do côco de babaçu
229	Informativo Publicitário	Informativo da Cia. Carioca Industrial // exploração do côco de babaçu // substituição da mão de obra das pessoas pelas máquinas
230	Anúncio	Governo de Goiás
231	Indicações	Índice e indicações que "resumem as impressões pessoais da equipe de Realidade a respeito do clima, das condições de vida e das doenças da região".
232	Anúncio	Governo de Goiás - "vende-se um estado rico"
233	Anúncio	Petróleo Sabbá S.A. // Amazônia como desenvolvimento,

		progresso, riqueza.
234	Indicações	O ambiente
235	Anúncio	Kodak - Câmera Fotográfica
236	Indicações	Clima
237	Anúncio	Banco Real S.A.
238	Anúncio	Sudema - Superintendência do Desenvolvimento do Maranhão // estudos sobre o estado do Maranhão
239	Anúncio	Eletrobras Energia
240	Indicações	Clima
241	Anúncio	Atlante S.A. - Indústrias Médico - Odontológicas // "Para cuidar da saúde dos homens que estão construindo um novo país, onde antes havia apenas um desafio a ser vencido, a ATLANTE criou o Hospital Móvel Atlante"
242	Anúncio	Villares // Governo presidencial
243	Anúncio	Villares - companhia que trabalha com aço
244	Anúncio	Fábrica Nacional de Motores S.A "A maior frota de caminhões em operação na Transamazônica"
245	Indicações	Relevo
246	Anúncio	Prosdócimo - Refrigeração Paraná S.A.
247	Indicações	Continuação de Relevo e início de Rios
248	Informativo Publicitário	Agro-Pecuária Suiá Missú
249	Indicações	Continuação de Rios e início de Floresta
250	Anúncio e Indicações	Anúncio Dýmo e continuação Floresta
251	Anúncio e Indicações	Continuação Floresta e anúncio Bonança-Açu Agropecuária S.A. e Construtora Nassar // "Agora, atendendo ao apêlo governamental para a conquista da AMAZÔNIA, instalaram-se na zona da SUDAM, no Município de BARRA DO GARÇAS, com projeto agro pecuário, já em franco desenvolvimento, ocupando uma área de 90.000 hectares [...]"
252	Anúncio	SUDAMTEX - Moda em tecidos
253	Anúncio e Indicações	Indicações de Fauna // Anúncio da Agropecuária Chapada dos Guimarães S.A. - lucro através das fazendas de gado
254	Anúncio e Indicações	Anúncio CODESGA e Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S.A. // Continuação Indicação Fauna
255	Anúncio	Grupo União de Bancos - "A Transamazônica se faz com união"
256	Anúncio	Chevrolet Opala
257	Anúncio e Indicações	Continuação Indicações Fauna // Anúncio Inajá Pecuária e Agrícola S.A.
258	Anúncio	Agrisal - Agropecuária
259	Anúncio e Indicações	Continuação Indicações Fauna // Anúncio Technos Relógios
260	Anúncio e	Anúncio Agro-Pecuária Remanso Açu S.A. E Escritório

	Indicações	Jurídico Contábil // Continuação Indicações Fauna
261	Informativo Publicitário	"A Amazônia vai transformar seu imposto de renda em \$ Filet-Mignon"
262	Anúncio e Indicações	Continuação Indicações Fauna // Anúncio Fábrica de Tecidos Santa Helena S.A.
263	Anúncio	Projeto Anápolis Industrial
264	Anúncio	COPIA E COPASA - Agroindustrial
265	Anúncio	Editora de Guias LTB S.A. - "Lado a lado da Transamazônica, está sendo construída outra estrada gigantesca. Uma estrada que não se vê, mas que cada brasileiro tem diante de si. É a estrada da cultura. Da comunicação. Da oportunidade igual para todos. "
266	Anúncio e Indicações	Anúncio Equipamentos Dieselimpo // Continuação Fauna
267	Anúncio	Caminhões Dodge - Usados pela Coca-Cola
268	Anúncio	Madeira Prama
269	Anúncio	Calças Raymond - "A melhor roupa do Brasil fabricada na Zona Franca de Manaus" // Colaboração do Banco do Estado do Amazonas S.A.
270	Indicações	Continuação de Fauna / Início de Salubridade
271	Anúncio	Companhia Maranhense de Refrigerantes - Fabricante autorizado de Coca-Cola e Fanta / Banco Denasa de Investimento S.A.
272	Anúncio	Banco do Estado do Maranhão S.A. "A confiança no desenvolvimento brasileiro" / Colabora com a SUDAM
273	Anúncio	Multinavi S.A. Indústria Naval // Cita também o desenvolvimento da Amazônia
274	Anúncio e Indicações	Anúncio canetas Sheaffer / Continuação Indicações Salubridade
275	Anúncio	Trator Terex GM // "Fama de macho que abre estradas, entra na lama, atravessa pântanos. Macho que vai aonde o resto encalha. Por isso ele foi para o norte. Foi tirar sossêgo da Amazônia."
276	Anúncio e Indicações	Anúncio Grupo Meinberg e Meias Aço / Continuação Indicações Salubridade
277	Informativo Publicitário	"Os empresários de São Paulo mudaram-se. Estão na selva" Empresa Corebrasa
278	Anúncio	Goodyear pneus
279	Indicações	Continuação de Salubridade / Início de População
280	Anúncio e Indicações	Anúncio Rio Fontoura Agro-Pecuária S.A. E Consuplan / Continuação Indicações População
281	Anúncio	Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (D.E.R.) - construção da BR-319 que liga Manaus a Porto Velho
282	Indicações	Economia, extrativismo e agricultura
283	Anúncio	Óleo Texaco
284	Anúncio	Siderúrgica Dedini S.A.
285	Indicações	Continuação Agricultura / Início Pecuária

286	Informativo Publicitário	"Maranhão dá exemplo fundiário e acelera o progresso do nordeste" - governo do Maranhão
287	Anúncio	Banorte
288	Indicações	Continuação Pecuária / Início Indústria
289	Anúncio	IBM do Brasil LTDA - Computadores
290	Indicações	Continuação Indústria / Início Madeiras
291	Anúncio	Ministério da Indústria e do Comércio - Superintendência da Borracha
292	Anúncio	Companhia Brasileira de Tratores - "Os homens que tomaram a imensa responsabilidade de converter a Transamazônica em realidade, utilizaram a formidável capacidade realizadora do homem brasileiro, a imensa potência das maiores máquinas já fabricadas no mundo para a construção rodoviária".
293	Anúncio	Centrais Elétricas do Maranhão - CEMAR
294	Indicações	Continuação Madeiras
295	Anúncio	Lasa Engenharia e Prospecções S.A.
296	Anúncio	Investbanco - Banco de Investimento Industrial S.A.
297	Indicações	Continuação Madeiras, início Minérios e Estradas
298	Anúncio e Indicações	Anúncio Licor Cointreau / Indicações continuação Estradas
299	Anúncio	Leite Pará
300	Anúncio e Indicações	Anúncio CAPSS - Agro-pecuária São Salomão e VERTICE / Continuação Indicações Estradas
301	Anúncio	Mendes Publicidade
302	Anúncio e Indicações	Anúncio Revista Quatro Rodas / Início Indicações Portos
303	Anúncio	Posto de Combustível Atlantic
304	Indicações	Continuação de Portos / Início de Pesquisa
305	Anúncio	Banco do Brasil S.A. - cita o 'inferno verde'
306	Anúncio	Quimicanorte - Indústrias Químicas do Norte S.A. - cita a ideia de progresso
307	Anúncio	Indústria Brasileira de Máquinas - MERNAK S.A. e Revista Veja
308	Anúncio e Indicações	Anúncio Spuma - Indústria Química de Manaus S.A. - produção do sabão // Continuação Indicações Pesquisa
309	Indicações	Indicações Turismo e Barcos
310	Indicações	Continuação Indicações Barcos
311	Indicações	Continuação Indicações Barcos e início Roteiros
312	Anúncio	Banco Bradesco
313	Anúncio e Indicações	Continuação Indicações Roteiro / Anúncio Agropecuária Jabuti
314	Anúncio	ENASA - Empresa de Navegação da Amazônia S.A.
315	Anúncio	M. DEDINI S.A. Metalúrgica - cita o progresso
316	Anúncio e Indicações	Anúncio Construtora Queiroz Galvão S.A. // Continuação Indicações Roteiro
317	Indicações	Contin. Indicações Roteiro / Início Indicações Comidas

318	Anúncio	Revista Claudia
319	Anúncio	Coleção Club Um
320	Anúncio	Ishikawajima do Brasil - Estaleiros S.A. - produção de motores a diesel
321	Indicações	Continuação Indicações Comidas / Início Indicações Frutas
322	Anúncio	Rodovia de Integração Nacional
323	Anúncio	Banco Halles Comércio e Indústria S.A.
324	Anúncio e Indicações	Anúncio Cobrasa e Revista Quatro Rodas / Continuação Indicações Frutas
325	Anúncio e Indicações	Continuação Indicações Frutas e início Zona Franca / Anúncio Montepio Nacional dos Bancários
326	Anúncio e Indicações	Anúncio Indústrias de Bebidas Joaquim Thomaz de Aquino Filho S.A. / Continuação Indicação Zona Franca
327	Anúncio	Maça Francesa
328	Anúncio	Maça Francesa
329	Anúncio	Maça Francesa
330	Anúncio	Revista Veja
331	Anúncio	Revista Veja
332	Anúncio	Revista Veja
333	Anúncio	Revista Veja
334	Suplemento Especial	"Os mapas deste suplemento especial contam duas histórias: a da ocupação da Amazônia e a de uma viagem por seu passado e sua cultura. No mapa maior estão as estradas que rasgam a selva milenar, as três centenas de fazendas de gado que substituem a floresta por pastagens, os projetos de mineração. No menor, o gigantesco rio Amazonas, com suas histórias e seus mistérios".
335	Suplemento Especial	"Amazônia. Depois da Lua, o maior desafio à espera do homem". "Para enfrentar esse gigantesco desafio, o Governo Federal adotou duas estratégias definidas. Uma para desenvolver as áreas já ocupadas e outra para ocupar as áreas ainda virgens".
336	Suplemento Especial	"As novas estradas já estão atraindo pioneiros de todo o país, demonstrando que essa é a melhor maneira de ocupar as grandes áreas vazias da Amazônia". Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e Basa (Banco da Amazônia S.A.)
337	Suplemento Especial	Mapa
338	Suplemento Especial	Mapa
339	Anúncio	Anúncio da Sudam "Venha para a Amazônia"
340	Anúncio	Anúncio da VW 1500 - "Pense num carro capaz de andar pela Transamazônica".
341	Anúncio	Anúncio cigarros Minister

Fonte: o próprio autor